

MARIA DE FATIMA FRANCO DOS SANTOS

**CARACTERIZAÇÃO DE ENCARCERADOS DE UMA
UNIDADE PRISIONAL**

PUC-CAMPINAS

2.002

MARIA DE FATIMA FRANCO DOS SANTOS

**CARACTERIZAÇÃO DE ENCARCERADOS DE UMA
UNIDADE PRISIONAL**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Elisa Medici Pizão Yoshida

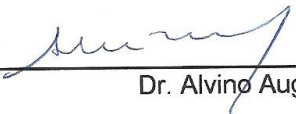
**PUC-CAMPINAS
2.002**

MARIA DE FATIMA FRANCO DOS SANTOS

CARACTERIZAÇÃO DE ENCARCERADOS DE UMA
UNIDADE PRISIONAL

Comissão Examinadora

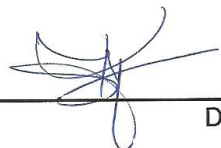
Campinas, 21 de Junho de 2.002



Dr. Alvinho Augusto de Sá



Dra. Marilda Emmanuel Novaes Lipp



Dra. Kayoko Yamamoto



Dra. Vera Lúcia Adami Raposo do Amaral



Orientadora: Dra. Elisa Medici Pizão Yoshida

PUC-CAMPINAS
2.002

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa envolveu a participação de muitas pessoas, as quais o apoio, a amizade, a orientação e a compreensão permitiram a concretização do projeto.

Agradeço de forma especial a algumas pessoas:

- Lúcia Betino (*in memorian*) e Ana Maria F. Carneiro minhas analistas que muito me incentivaram a voltar à Academia e acreditar que poderia oferecer algum conhecimento à área na qual atuo;
- À Rosângela Carmona pelo incentivo e apoio dispensados em tantos momentos difíceis deste trabalho;
- Aos meus colegas da Penitenciária do São Bernardo de Campinas responsáveis pelo desenvolvimento deste instrumento;
- Ao Diretor do Centro de Reabilitação da Penitenciária, Nivaldo A. Bueno, pelo carinho e apoio dispensado nos momentos que se fizeram necessários no decorrer desta pesquisa;
- Aos colegas da Puc-Campinas que apoiaram minha Capacitação na área de Psicologia Forense;
- À Dra. Vera Lucia Raposo do Amaral e Dr. Alvino Augusto de Sá pelas valiosas contribuições no exame de qualificação do projeto;
- Aos meus alunos de Psicologia Forense que há anos fazem estágio na Penitenciária e foram os principais aplicadores do Roteiro de Inclusão utilizados nesta pesquisa;
- E aos prisioneiros que mostram um mundo marcado pelo sofrimento e privações que a vida lhes reservou, na maioria das vezes.

Agradecimento Especial

À Profa. Dra. Elisa Medici Pizão Yoshida,
por sua presença constante e norteadora
em todos os momentos, pela paciência,
dedicação e amizade com que orientou
este trabalho.

Dedicatória:

Benedicta e Francisco (*in memoriam*) meus pais
queridos, minha família e amigos.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE ANEXOS	xv
RESUMO	xvi
ABSTRACT	xvii
RÉSUMÉ	xviii
APRESENTAÇÃO	xix
INTRODUÇÃO	1
Características sócio-demográficas de prisioneiros	24
Objetivos	26
MÉTODO	27
Material	27
Procedimento	28
Instituição	30
RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
I. Identidade	33
II. Atividade ocupacional	42
III. Família	47
IV. Condição financeira vivida	58
V. Aspectos afetivo-relacionais	61
VI. Autocrítica	70
VII. Uso de substâncias psicoativas e HIV	85
VIII. Envolvimento com o crime	94

Associações entre variáveis	112
Tipificação de distintos perfis de prisioneiros	124
CONCLUSÕES FINAIS	142
Sugestões de novas pesquisas	150
REFERÊNCIAS	152
ANEXOS	159

LISTA DE FIGURAS

Figura nº	Página
1. Mapa de A. C. M. para variáveis de relações familiares	131
2. Associações para variáveis de relações familiares	132
3. Associações para variáveis de condição financeira e crime	135
4. Mapa de A. C. M. para variáveis de condição financeira e crime	136
5. Associações para variáveis de H. I. V., uso de substâncias psicoativas e crime	139
6. Mapa de A. C. M. para variáveis de H. I. V., uso de substâncias psicoativas e crime	140

LISTA DE TABELAS

Tabela nº	Página
1. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a faixa etária	34
2. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a cor ..	35
3. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a área geográfica	36
4. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a naturalidade	37
5. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o estado civil	38
6. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a religião	39
7. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a escolaridade	41
8. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a ocupação	43
9. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a faixa etária em que começou a trabalhar	44
10. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o fato de ter tido algum trabalho registrado	45
11. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o fato de estar trabalhando por ocasião do delito	46
12. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a condição do pai	48
13. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a faixa etária em que perdeu o pai	48
14. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a qualidade do relacionamento com o pai	49
15. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a condição da	50

Tabela nº	Página
16. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a faixa etária em que perdeu a mãe	50
17. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a qualidade do relacionamento com a mãe	51
18. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o número de irmãos	52
19. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o fato dos pais viverem juntos	53
20. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com por quem foi criado	53
21. Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto a ter companheira	54
22. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o número de filhos	55
23. Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao fato da família ter problemas judiciais	56
24. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o uso de drogas ilícitas pelos pais	56
25. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o uso de bebida alcoólica pelos pais	57
26. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o fato de ter tido dificuldade financeira na infância	58
27. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o fato de ter tido dificuldade financeira na adolescência	59
28. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o fato de ter tido dificuldade financeira na vida adulta	60
29. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a pessoa referida como a mais importante do passado	62
30. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a pessoa referida como a mais importante atualmente	63

Tabela nº	Página
31. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a melhor lembrança da infância	64
32. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a melhor lembrança da adolescência	65
33. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a pior lembrança da infância	67
34. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a pior lembrança da adolescência	68
35. Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao fato de ter tido amigos	69
36. Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao maior defeito	72
37. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o que pensa do passado.....	74
38. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o que pensa do presente	76
39. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o que pensa do futuro	78
40. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o que pensa da vida	79
41. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o que gostaria que mudasse na vida	82
42. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a explicação dada por ser o único na família com problemas judiciais	84
43. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a faixa etária em que iniciou o uso de drogas ilícitas	87
44. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com as drogas ilícitas que já usou	89
45. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o uso de bebida alcoólica (alcoolicismo)	92
46. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o teste de H. I. V.	93

Tabela nº	Página
47. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a faixa etária do primeiro delito	94
48. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o tipo do primeiro delito	96
49. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o motivo do primeiro delito	99
50. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o fato de ter passado por instituições de menores	101
51. Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao tipo de substância psicoativa utilizada no momento do crime	102
52. Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao fato de estar preso pela primeira vez	103
53. Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao fato de já ter cometido evasão	103
54. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o que acha dos delitos que cometeu	105
55. Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto à justiça da pena que recebeu	106
56. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a pena que escolheria	108
57. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o tipo de crime em que já foi enquadrado	110
58. Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o uso de violência no cometimento do crime	111
59. Uso de álcool pelos pais e uso de álcool (alcoolismo) pelo prisioneiro	114
60. Uso de álcool pelos pais e uso de drogas ilícitas pelo prisioneiro	115
61. O fato de ser alcoolista e uso de violência no crime	117
62. Uso de drogas ilícitas e emprego de violência no crime	119
63. Se esteve em instituição e emprego de violência no crime	120
64. Primeira prisão e emprego de violência no crime	121

Tabela nº	Página
65. Cor e emprego de violência no crime	122
66. Uso de substâncias psicoativas no momento do crime e emprego de violência no crime	123
67. Coeficientes de discriminação para os fatores encontrados nas questões de família	130
68. Coeficientes de discriminação para os fatores encontrados nas questões de condição financeira	134
69. Coeficientes de discriminação para os fatores encontrados nas questões de uso de substâncias psicoativas, HIV e crime	138

LISTA DE ANEXOS

Anexo nº	Página
I. Entrevista de Inclusão	159
II. Roteiro de Inclusão	168
III. Roteiro de Inclusão	172

RESUMO

Santos, M. F. dos (2002). Caracterização de encarcerados de uma Unidade Prisional. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP. xxi + 180 pp.

A pesquisa exploratória de tipo documental caracteriza encarcerados de Unidade Prisional, a partir da análise de registros de 308 roteiros de inclusão, relativos ao ano de 2.000. Compreendem dados: pessoais, de escolaridade, trabalho, família, vida conjugal, situação sócio-econômica, saúde, dinâmica afetivo-emocional, uso de drogas, bebida, vida carcerária, autocrítica e situação processual. A aplicação do roteiro foi por estagiários e técnicos, através de entrevistas individuais. A caracterização dos encarcerados, divididos em presos provisórios e condenados, englobou análise quantitativa e qualitativa. A quantitativa envolveu três etapas: estudo das diferenças entre os grupos para cada variável independentemente através do Teste Qui quadrado; associação entre pares de variáveis através do Teste Qui quadrado e Razão de Chances; tipificação de perfis através da Análise de Correspondência Múltipla e Análise Fatorial. A análise qualitativa interpretou palavras registradas nos Roteiros. Os resultados indicam uma população em que prevalecem: jovens (18 a 21anos), brancos, paulistas, solteiros, católicos, com primeiro grau incompleto, trabalhadores urbanos não qualificados, que começaram a trabalhar antes de 15 anos e trabalhavam na ocasião do delito. Foram criados pelos pais, que não usam bebida alcoólica, sendo a mãe a pessoa mais importante no passado, experimentam dificuldade financeira desde a infância, a pior lembrança da infância foi agressão física, acidente ou doença, o maior defeito apontado foi alguma característica negativa, pensam do passado e do presente de forma negativa, mas no futuro como melhor, já usaram drogas ilícitas combinadas, não foram submetidos a teste de HIV, cometeram o primeiro delito após os 18 anos, não passaram por Instituição de Menores, não utilizavam droga ao cometerem o delito e foram enquadrados principalmente em crime contra o patrimônio.

Palavras-chave: encarcerados, violência, caracterização de prisioneiros, crimes, substâncias psicoativas, perfis de prisioneiros, presos condenados e provisórios.

ABSTRACT

SANTOS, M. F. dos (2002). Characterization of prisoners in a Prison Unit. Doctorate Thesis. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP. xxi + 180 pp.

The exploratory research of documentary type characterizes prisoners of Prison Unit from the analysis of records of 308 inclusion forms, related to the year 2000. The following data was analyzed: personal, schooling, work, family, matrimonial life, social-economic situation, health, affective-emotional dynamics, use of drugs, drinking, prison life, self-criticism and trial situation. The forms were filled probationers and technicians through individual interviews. The characterization of the prisoners, divided in temporary prisoners and convicts, included quantitative and qualitative analyses. The quantitative one involved three phases: study of the differences among the groups for each variable independently by the Qui square Test; associations between pairs of variables by the Qui square Test and Chance Ratio; typification of profiles by the Multiple Correspondence Analysis and Factorial Analysis. The qualitative analysis interpreted words recorded on the forms. The results indicate a population in which predominate: young people (18 to 21 years), white, *paulistas* (from the state of São Paulo), single, catholic, incomplete primary school, non-qualified urban workers who started working before they were 15 years old and worked by the time they committed the crime. They were raised by their parents, who did not drink alcoholic drinks, being the mother the most important person in the past; they passed through financial difficulties since the childhood; the worst memory from childhood was the physical aggression, accident or illness; the worst defect pointed was the negative characteristic, they think about the past and the present negatively, but see a better future; they have already used illegal drugs mixed; they haven't been submitted to HIV test; they committed the first crime after 18 years old; they didn't stay in Juvenile Criminal Institutions; they had not been using drugs at the time of the crime and they were sued mainly for crime against property.

Keywords: imprisoned, violence, characterization of prisoners, crimes, psychoactive substances, prisoners' profiles, temporary prisoners and convicts.

RÉSUMÉ

Santos, M. F. dos (2002). Caractérisation de Prisonniers d'une Maison d'Arrêt. Thèse de Doctorat. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP. xxi + 180 pp.

La recherche exploratoire de type documentaire caractérise des incarcérés d'une Maison d'Arrêt, à partir de l'analyse de rapports de 308 enquêtes d'inclusion se rapportant à l'an 2.000. Ceci rassemble des données personnelles, la scolarité, le travail, la famille, la vie auprès du conjoint, la situation socio-économique, la santé, la dynamique affective émotionnelle, l'usage de drogues, les boissons alcooliques, la vie dans la Maison d'Arrêt, l'autocritique et la situation du procès. L'enquête a été menée par des stagiaires et des techniciens, au moyen d'entrevues individuelles. La caractérisation des prisonniers, partagés en prisonniers provisoires et condamnés a été suivie d'une analyse quantitative et qualitative. Cette dernière a été réalisée en trois parties: l'étude des différences entre les groupes pour chaque variable indépendamment à travers le Test Qui Carré; l'association entre paires de variables à travers le Test Qui carré et le Raison de Chances; classification de profils à travers l'Analyse de Correspondance Multiple et l'Analyse Factorielle. L'analyse qualitative a interprété des mots enregistrés lors des enquêtes. Les résultats indiquent une population où prédominent des jeunes (de 18 à 21 ans), des blancs, des "paulistas", des célibataires, des catholiques, avec l'enseignement primaire incomplet, des travailleurs urbains non qualifiés qui ont commencé à travailler avant d'avoir 15 ans et qui travaillaient à l'époque du délit. Ils ont été élevés par leurs parents, qui ne boivent pas d'alcool, dont la mère était la personne la plus importante au passé, ils ont des difficultés financières depuis l'enfance, le pire souvenir d'enfance a été l'agression physique, accident ou maladie, le plus grand défaut cité est de caractéristique négative, ils pensent au passé et au présent de manière négative, mais l'avenir sera meilleur, ils ont déjà utilisé des drogues interdites combinés, ils n'ont pas été soumis au test du SIDA, ils ont commis leur premier délit après avoir 18 ans, ils n'ont pas passé par Institution de Mineurs, ils n'étaient pas drogués au moment du délit et ils ont été surtout accusés de crime contre le patrimoine.

Des mots clés: prisonniers, violence, caractérisation de prisonniers, crimes, substances psycho-actives, profils de prisonniers, incarcérés condamnés et provisoires.

APRESENTAÇÃO

A caracterização do encarcerado de uma Unidade Prisional através de estudo exploratório do tipo documental em que se utilizou um instrumento previamente elaborado por técnicos da Unidade. O instrumento utilizado é o Roteiro de Inclusão, aplicado no ano de 2000, através de entrevista individual a prisioneiros, por técnicos da Unidade e principalmente estagiários de Psicologia Forense da Puc-Campinas.

A caracterização do encarcerado através de dados a respeito de sua identidade, ocupação, família, condição financeira, aspectos afetivo-relacionais, autocrítica, uso de substâncias psicoativas e H. I. V., e o envolvimento com o crime, mostrou um perfil do prisioneiro que poderá se constituir em informação útil para o estudo da criminalidade.

As publicações internacionais pesquisadas versam a respeito de características psicológicas dos criminosos, principalmente, no que tange aos crimes violentos, especialmente de violência sexual, doméstica e homicídio. Alguns destes estudos que podem ser citados neste momento dizem respeito à reincidência em crime violento; à correlação entre ter experiência de comportamento violento e violência empregada posteriormente; a fatores psicológicos relacionados com homens que tenham cometido violência doméstica; fatores como desestruturação familiar, condição econômica desfavorecida e uso/abuso de drogas entre homicidas e a respeito de características da personalidade de pedofilistas e agressores sexuais no geral.

No cenário nacional poucos trabalhos científicos foram encontrados a respeito de encarcerados. Basicamente foram publicados estudos sobre os determinantes da criminalidade num enfoque da abordagem espacial, portanto, geográfica e não

caracterizando criminosos e estudos a respeito de substâncias psicoativas, freqüentemente entre estudantes, são alguns exemplos achados na literatura pesquisada.

Existindo no Brasil uma falta quase que total de investigação empírica nesta área, o que enseja especulações baseadas em valores e preconceitos, tanto na população geral, quanto junto aos técnicos e profissionais responsáveis por este grupo social, considera-se que o levantamento do perfil do criminoso constitua um passo importante na identificação das características desta população.

A análise dos dados foi feita em três partes. Na primeira parte as variáveis foram estudadas individualmente e verificou-se diferenças entre os presos condenados e provisórios. Para a maioria das variáveis estudadas, tais diferenças não são significantes, neste sentido, representam características comuns a esses dois grupos de prisioneiros. Na segunda parte, procurou-se estabelecer associações entre pares de variáveis, especialmente a respeito do uso de substâncias psicoativas, cor, internação em instituição e violência no cometimento do crime. E na terceira parte, em que se buscou associação entre múltiplas variáveis, surgiram basicamente três perfis: das relações familiares, da condição financeira e do uso de substâncias psicoativas, HIV e crime.

Alguns dados encontrados que podem ser referidos a respeito do perfil dos encarcerados englobam: jovens, brancos, solteiros, não completaram o primeiro grau de escolaridade e são trabalhadores urbanos não qualificados. No que tange aos aspectos familiares, foram criados pelos pais, tem uma companheira e afirmaram serem os únicos com problemas judiciais na família. Em relação à condição econômica, passaram por dificuldade financeira desde a infância. Frente às drogas, iniciaram o uso de substâncias psicoativas entre 14 e 16 anos, basicamente

usaram drogas combinadas.

No que se refere ao **envolvimento** com o crime, o primeiro delito foi cometido com 18 anos ou mais, sendo o crime mais freqüentemente cometido contra o patrimônio, alegando como motivo a dificuldade financeira. Também relataram que não estiveram em instituição de menores. No momento do crime, não utilizaram substâncias psicoativas. Consideraram um erro terem cometido o crime e não usaram de violência capaz de causar dano à integridade corporal da vítima.

São estes alguns dos dados encontrados a respeito do perfil do encarcerado, que se espera possam contribuir para a compreensão do fenômeno da criminalidade.

INTRODUÇÃO

O homem sempre sentiu necessidade em punir aqueles que transgredissem as normas esperadas para o convívio em sociedade. E esta punição se deve ao fato dele ser regido por condutas éticas, que o diferenciam dos outros animais, condutas estas que estabelecem aquilo que se pode ou não fazer, isto é, o que é certo ou errado para uma determinada sociedade.

As Leis procuram estabelecer regras de convivência necessárias para a homeostase social, sem elas, provavelmente o homem viveria em completo caos. Então, vemos as diferentes formas que as sociedades encontraram no decorrer de sua história, desde o homem primitivo até o atual, procurando encontrar maneiras de manter tal equilíbrio para esta convivência.

A prisão é uma maneira alternativa que se encontrou para a punição do transgressor, substituindo o suplício do corpo, isto é, a tortura empregada aos que cometiam crimes.

Segundo Foucault (1989) 'A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição-prisão, antes que a lei a definisse como a pena por excelência. No fim do século XVIII e princípio do século XIX se dá a passagem a uma penalidade de detenção' (p.207).

Este teria sido o caminho encontrado para não apenas humanizar a justiça penal, mas também para se tirar proveito da força de trabalho a ser explorada do criminoso. E ainda citando Foucault, ao referir-se aos inconvenientes da prisão, apesar do seu perigo e até mesmo inutilidade, "não 'vemos' o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão" (p.208).

Até mesmo a arquitetura das prisões foi objeto de especulações, desde o seu surgimento. Jeremy Bentham, no final do século XVIII, já idealizava uma arquitetura para a punição, ao criar o panóptico, que permitiria a vigilância constante dos criminosos, sem que estes pudessem saber que estariam sendo vigiados.

Esta forma de observação teria como consequência a manutenção da disciplina e da ordem. Silva (2000), ao comentar a estrutura do panóptico, afirma "O projeto primitivo de Bentham sustenta-se no domínio absoluto da torre central, tabernáculo do olhar, ao que se atribui onipotência quase divina. Dois anéis concêntricos: na periferia, quatro ou seis andares de celas; no centro, a torre do governador" (p.134).

O encarceramento, culminando na perda do direito de 'ir e vir', tanto pode ocorrer através da Prisão Provisória, quanto da condenação através do julgamento de um crime, sendo tal tipo de confinamento, a pena máxima a ser empregada no Brasil.

Não temos em nossas Leis Penais a prisão perpétua ou a pena de morte, como existe em outros países. No máximo um encarceramento pode atingir 30 anos, mesmo que a condenação do criminoso seja muito superior a este período. A condenação seja ela qual for: reclusão, detenção ou multa, é produto do direito penal.

Roxin (2000), estudioso alemão da ciência do direito, ao citar Welzel sobre a ciência do direito penal ensina: "Ela garante, como ciência sistemática, a uniformidade e a justiça da aplicação da lei, vez que só através do conhecimento das estruturas intrínsecas do direito vem tal aplicação a ser elevada além do acaso e do arbítrio" (p.5).

Esta preocupação com a justiça e ética na condenação do criminoso, parece

ser inquietante aos juristas de um modo geral, pois vêem a sistematização da ciência e sua objetividade, a norteadora da ação penal, que deve tratar com igualdade a todos os criminosos.

E estes criminosos, são oriundos de todas as camadas sociais? Possuem eles diferentes graus de escolaridade? Desenvolvem diversas ocupações? São provenientes de que tipo de constelação familiar? Enfim, quem são estes criminosos a quem o direito penal ensina que se deve garantir a uniformidade e a justiça da aplicação da lei?

Para conhecer algumas características dos criminosos encarcerados, veja-se o que a literatura científica tem, em termos de pesquisa disponível. No geral, as publicações internacionais versam a respeito de características psicológicas dos criminosos, como poderá ser observado a seguir.

Focalizar o crime, tanto em termos de sua 'humanidade' quanto em relação à culpabilidade atribuída a um criminoso e mesmo da percepção que as pessoas têm a respeito de quem o comete, será objeto de referência neste momento.

A culpa atribuída a um assassino pelos seus próprios familiares foi pesquisada por May (1999) através de entrevistas com parentes de condenados por homicídio. Examinou a maneira como estes acreditavam que a 'mente do assassino' é construída socialmente.

O autor chegou a duas categorias de conceituação sobre a percepção dos parentes a respeito do crime. A primeira atribuía a involuntariedade no cometimento do assassinato, isto é, como se o seu parente se sentisse 'obrigado' a cometer o crime. Neste ponto de vista, houve uma tendência a atribuir à vítima a culpa pela sua própria morte, sob vários aspectos, mesmo que de modo acidental. E a outra categoria de conceito sobre o crime, é aquela em que os parentes acreditaram que

houve mesmo a 'culpa' pelo crime, aceitando o veredicto do assassinato.

A culpa assumida pelo próprio criminoso, ao buscar as motivações para o seu ato e mesmo ao escolher a pena que escolheria para a sua punição, não foi objeto de estudo disponível na literatura pesquisada, como o foi na presente pesquisa, como se verá adiante.

A percepção das pessoas sobre criminosos também foi focalizada por Lohman (1998), nos Estados Unidos, “onde o crime tem sido uma das maiores preocupações da população, apesar dos índices criminais permanecerem relativamente estáveis na última década” (p.74). Foram pesquisados estudantes e cidadãos de um modo geral.

Os participantes escutaram uma história de um crime e responderam às questões depois de saberem as condições dos criminosos, que inclusive incluía histórico de doença mental. Os resultados sugerem que as pessoas estão com medo dos criminosos, considerando-os responsáveis por seus atos e querem que sejam punidos severamente pelos seus crimes, mesmo para os que têm uma doença mental.

Sobre o julgamento feito pelo próprio criminoso a respeito da punição recebida, isto é, se considera justa a pena a ele imposta, também não se encontrou material disponível na literatura pesquisada.

A agressividade, violência e criminalidade despertam a atenção de estudiosos que procuram entender suas causas, formas, expressões, predição e a percepção das pessoas, como visto acima, sobre tais condutas.

A respeito da violência na prática de um crime, pode-se inicialmente supor que todo crime é acompanhado de violência, pois ele sempre irá lesar alguém, de alguma forma, mesmo não sendo esta uma violência explícita.

Porém, quando se procura encontrar a violência de modo explícito no cometimento de um crime, com conseqüências físicas objetivas, desde uma lesão corporal até a morte da vítima, a maioria dos crimes não é acompanhada de violência como o sugere pesquisa realizada com prisioneiros nos anos de 1997 (Santos & Carvalho, 1999) e em 1999 (Santos, 2000). Segundo os resultados, 63% em 1997, e 74% em 1999, dos crimes foram cometidos sem o emprego da violência explícita.

Estudo realizado na Filadélfia, cujos dados foram coletados pela polícia local em 1987, aponta que a probabilidade de cometimento de crime com violência se torna maior quando o primeiro crime cometido foi violento. Isto inclui tanto ações isoladas quanto em co-autoria. E mais, se a idade do primeiro crime é entre 14 e 15 anos, tendo sido este com o uso de violência, pode-se prever o comportamento de criminosos pela violência anterior executada, isto é, são mais propensos a cometer um crime subseqüente violento do que criminosos cujo primeiro delito ocorreu sem violência (Conway, 1999).

Considerando-se a previsibilidade da reincidência de crime violento, de acordo com o estudo citado, programas de atenção à prevenção destes crimes deveriam sempre ocorrer, por exemplo, oferecendo tratamento a este tipo de criminoso. Tal tratamento poderia ter como objetivo a aquisição ou aumento de sensibilidade a sentimentos alheios, pois parece ser a falta desta sensibilidade que faz com que estes criminosos não se importem com suas vítimas.

Na literatura nacional, nenhum trabalho foi encontrado abordando a questão da violência no cometimento do primeiro delito e subseqüente comportamento violento em outros crimes.

Ainda sobre predição do comportamento violento entre jovens, Kruh (1999),

em estudo realizado com uma amostra de jovens julgados como se fossem adultos, sugeriu que os prognósticos fossem concentrados nos aspectos exclusivos da violência anterior, isto é, se agiram com violência, ao invés de prognósticos clínicos.

O autor avaliou a influência da psicopatia e hostilidade no cometimento da violência através de técnicas de regressão múltiplas hierárquicas. As tendências violentas incluíram a frequência do comportamento violento específico e a frequência e variedade da violência geral na comunidade e na prisão.

A psicopatia foi positivamente relacionada com variados tipos de violência: a frequência e os vários tipos com que foi cometida na comunidade em geral pelos jovens pesquisados e, a frequência e os vários tipos da violência que cometeram dentro das prisões.

Estes resultados sugerem que a psicopatia, assim como nas populações adultas, é um preditor presente na violência juvenil.

Sobre a aquisição de comportamento agressivo a partir de um referencial teórico da aprendizagem, tem-se usualmente recorrido à teoria de A. Bandura sobre modelagem de comportamento.

Costa (1980) cita um trabalho em que Bandura desenvolveu um método para estudar a conduta agressiva em crianças. Tal experimento utilizou um grupo controle e um grupo experimental, aonde as crianças do segundo grupo assistiram a um adulto emitindo atos agressivos tanto físicos quanto verbais, tendo como alvo um grande boneco de brinquedo. Já o grupo controle viu um adulto sentado calmamente na sala experimental sem dar atenção ao boneco.

Posteriormente, cada criança foi levemente frustrada e deixada na sala sozinha com o boneco. A reação das crianças foi de acordo com o modelo que anteriormente haviam observado. As que observaram o adulto agressivo,

apresentaram com mais frequência comportamento agressivo do que as do grupo de controle. Sendo assim, Bandura deduziu que as manifestações agressivas apresentadas pelas crianças constituíram imitações do modelo apresentado.

Uma outra etapa do experimento compreendia a observação de um adulto agredindo o boneco e sendo recompensado. Ao passo que outro grupo de crianças observou um adulto sendo punido pela agressão ao boneco. "As crianças que observaram um adulto sendo recompensado pelo comportamento agressivo eram muito mais propensas a imitar a conduta do modelo do que as outras que o viram sendo punido pela agressão" (p.46).

Bandura concluiu que as crianças eram fortemente influenciadas tanto pelas recompensas e punições sofridas pelo modelo quanto pela sua conduta efetiva. Sendo assim, tanto a observação do modelo que nada sofre pelo comportamento agressivo, como quando sua ação sofre alguma consequência, especialmente se reforçada, existe a aprendizagem do comportamento agressivo.

A aprendizagem de conduta agressiva por modelagem é também enfatizada por Bushway, Brame e Paternoster (1999), que afirmam terem encontrado um acentuado efeito entre a agressão observada no passado e o comportamento agressivo no futuro. Sendo assim, concluem que existe uma correlação entre ter experiência de comportamento violento, mesmo não sendo o sujeito de tal conduta, com a violência empregada posteriormente a outras pessoas.

Mas ressaltam que não se pode afirmar que exista uma correlação positiva completa entre a agressão anterior e a posterior, destacando as diferenças na tendência criminal. Sendo assim, nem todas as pessoas que observaram condutas agressivas serão futuros agressores, pois existem os fatores pessoais individuais a serem considerados.

Revisão a respeito de fatores psicológicos relacionados com homens que tenham cometido violência doméstica feita por Gleason (1997) aponta o uso de álcool, caráter anti-social e o temperamento explosivo destes sujeitos. Também fatores como nível educacional precário e freqüente criminalidade são destacados.

A partir destes dados foi possível chegar a uma tipologia que inclui duas categorias destes indivíduos, sendo a mais freqüente a que aponta o uso freqüente de álcool, caráter anti-social, inteligência inferior e história criminal.

A segunda, aponta menos uso de álcool, mais instruído em termos educacionais e com caráter anti-social moderado, possuindo atividade ocupacional melhor e não tendo, geralmente, história criminal. Ou seja, as categorias encontradas mostram o uso de álcool e caráter anti-social, mesmo que presente de forma mais moderada, como é o caso da segunda categoria. Com isso, o autor sugere a implementação de programas educativos sobre o uso de álcool e tratamento das pessoas que apresentam problemas de caráter.

Fatores como desestruturação familiar, condição econômica desfavorecida e uso/abuso de drogas são considerados por Palmer (2000) como características presentes entre homicidas. Sugere que seria possível prevenir o comportamento homicida se intervenções fossem administradas aos que apresentam tais fatores de risco.

Também não se encontrou na literatura nacional estudos que investigassem as relações do uso de álcool e drogas ilícitas pelos pais de criminosos com o uso de tais substâncias por seus filhos.

Condição financeira da família do prisioneiro, desde a infância até a idade adulta, também não foi mencionada em estudos brasileiros.

No âmbito internacional, estudo a respeito de experiências adversas na

infância de psicopatas foi realizado por Marshall e Cooke (1999). Compararam tais experiências de infância de psicopatas criminosos e criminosos não-psicopatas, para avaliar se a diferença no tipo ou na intensidade da experiência adversa poderia ser identificada.

Num total de 105 prisioneiros, homens, com idade entre 21 e 60 anos, 50 foram considerados psicopatas e 55 não psicopatas. A avaliação foi feita através de entrevista semi-estruturada, utilizando-se a 'Psychopathy Checklist - Revised' - PCL-R (Hare, 1998) e 'Childhood Experience of Care and Abuse' (Bifulco *et al.*, 1994).

A análise das várias experiências infantis revelou dois fatores distintos, familiar e social. Ambos foram altamente correlacionados com resultados de psicopatia adulta. Tais descobertas sugerem que as experiências que os psicopatas têm na infância os influenciam fortemente quando adultos. Dentre os criminosos não psicopatas, os fatores familiar e social não se apresentaram de forma tão marcante na vida adulta, quanto entre os criminosos psicopatas, no que tange às suas ações anti-sociais.

Apesar do presente trabalho não classificar o tipo de personalidade do criminoso, será possível observar que tipo de experiências infantis marcantes são apontadas pelos participantes.

Uma pesquisa a respeito da coesão em textos produzidos por criminosos psicopatas e não psicopatas, objetivando avaliar a idéia de Williamson (1991) de que a psicopatia está associada a uma tendência em produzir textos menos coesos, Brinkley, Newman, Harpur e Johnson (1999) investigaram 39 prisioneiros de uma penitenciária de segurança mínima.

Era solicitado que narrassem dois tipos de experiências pelas quais tivessem

passado, sendo a primeira sobre uma vez em que sentiram medo e a segunda em que sentiram raiva. Dentre os sujeitos, 18 foram classificados como psicopatas, através da PCL-R (Hare, 1998). Também lhes foi pedido que completassem a 'Welsh Anxiety Scale', WAS (Welsh, 1965) e a 'Shipley Institute of Living Scale' (Zachary, 1996).

A análise de coesão foi usada para se avaliar o quanto bem integrado os argumentos estavam. Os autores constataram, contrariamente ao que fora predito por Williamson, que os psicopatas não usaram mais argumentos não coesos em seus textos do que os não psicopatas.

O estudo também revelou que os sujeitos que apresentavam altos níveis de ansiedade, conforme indicado pela escala, tiveram maior dificuldade em integrar seus textos, do que aqueles que apresentaram baixos níveis de ansiedade.

Dados são apontados sobre os parricidas, por Hillbrand, Alexandre, Young e Spitz (1999) como sendo estes responsáveis por 2% de todos os homicídios nos Estados Unidos.

Os perpetradores são tipicamente homens de classe média, de cor branca e sem história de condenação criminal anterior. A maioria dos parricidas envolve uma vítima apenas, agressores solteiros e geralmente utilizam armas de fogo contra os seus pais.

Os autores referem-se à literatura disponível como apontando o risco de vida que temiam sofrer os agressores pelas suas vítimas e que os adultos que mataram um de seus pais, normalmente são considerados como possuidores de um grave distúrbio mental.

Estes dois aspectos apontados são verdadeiros para muitos parricidas, adultos e jovens, que apresentam severo distúrbio mental e distúrbio de

personalidade anti-social, assim como outras perturbações psiquiátricas.

Kocsis e Irwin (1998) realizaram estudo sobre criminosos seriais e salientam algumas características de personalidade deste tipo de agressor, destacando a psicopatia, narcisismo, sadismo, tendências parafilicas, propensão às fantasias ou tendências dissociativas e compulsividade. Indagam se as mulheres podem ser criminosas seriais, visto não terem encontrado na literatura especializada, até aquele momento, referência sobre tal comportamento homicida entre as mulheres.

A respeito de características da personalidade de pedofilistas, Oddone-Paolucci (1999) pesquisou dados a respeito de 5.330 homens criminosos das penitenciárias canadenses.

O objetivo do estudo era o de: 1. Distinguir empiricamente entre histórias de pedófilos e outros grupos de criminosos, 2. Examinar patologias associadas com a ocorrência da pedofilia e, 3. Testar empiricamente um modelo de desenvolvimento dentro da pedofilia.

Dentre os infratores, 333 tiveram história de pedofilia, de modo que 219 destes eram somente pedofilistas envolvendo vítima do sexo feminino e 44 envolvendo vítimas do sexo masculino e os 70 restantes, eram pedófilos que haviam atacado tanto vítimas do sexo masculino quanto feminino.

Um total de 2.312 casos não praticou abuso sexual (exemplo, violência doméstica e/ou decorrente do uso de drogas), 523 eram agressores sexuais não pedófilos, com vítimas adolescentes e/ou adultas, e 1.754 eram agressores não-sexuais e 408 cometeram tanto a violência sexual e física não-sexual. As informações coletadas foram através de entrevistas e avaliações disponíveis sobre o indivíduo que foram conduzidas por vários profissionais.

A classificação dos criminosos permitiu a subdivisão em 4 grupos: 1. Somente

pedofilistas, 2. Agressores sem prática de violência explícita, 3. Agressores sexuais com vítimas adolescentes e/ou adultas, e 4. Agressores que cometeram violência não-sexual.

Os resultados mostraram que se pode observar diferentes histórias de vida entre os criminosos, sem um padrão comum entre eles. Entre os somente pedofilistas, observou-se fixação, personalidade anti-social, agressividade, disfunção sexual e acontecimentos adversos pelos quais passaram principalmente na infância, que de um modo geral, contribuíram para o desenvolvimento destes criminosos.

Tais acontecimentos mencionados incluem abandono dos pais, tortura psicológica, agressão física, sevícias e violência sexual.

Criminosos considerados portadores de personalidade anti-social foram analisados por Morana (1999), a partir da solicitação judicial de exame forense criminal. A autora esperava encontrar na amostra de 22 casos de homens entre 16 e 36 anos, sub-tipos de diagnósticos destes sujeitos.

As informações foram coletadas a partir de dados de identificação, história, antecedente judicial, casos clínicos, descrição do crime e idade do agressor na época em que cometeu o mesmo. Os diagnósticos foram feitos utilizando-se a Classificação Internacional das Doenças (CID 10) e o DSM IV. Utilizou-se testes psicológicos, como o Teste Rorschach, avaliações neurológicas e outros exames físicos.

Encontrou 4 sub-tipos diferentes de características de personalidade: 1. Distúrbio de instabilidade, 2. Perversidade, 3. Explosividade e 4. Astenia. A característica mais grave encontrada foi a de falta de capacidade de empatia e desrespeito aos outros, entre os que apresentaram características de perversidade. Os tipos astênicos e os instáveis foram vistos como os mais interessados em sua

reabilitação psicossocial.

Criminosos psicopatas são considerados por Welsh (1999) como os mais propensos a reincidirem em crimes violentos, visto serem altamente insensíveis, e isto pode seguramente sugerir que cometerão novo crime, tornando previsível a reincidência.

A empatia é uma característica pouco presente entre os indivíduos que apresentam personalidade anti-social. Sobre esta questão, Young (2000) sugere que programas que visam aumentar a empatia, deveriam ser utilizados em casos de criminosos com este tipo de personalidade.

Pesquisa realizada sobre necessidade de intervenção profissional junto a criminosos, a partir do risco de reincidência existente, constatou que os psicopatas são os mais necessitados. Para chegar a esta conclusão, Simourd e Hoge (2000) estudaram 321 prisioneiros do sexo masculino, com idade média de 30,3 anos, cumprindo sentença por agressões violentas.

O instrumento utilizado para classificá-los foi o PCL-R (Hare, 1998), sendo que 88,8% destes indivíduos foram considerados como não-psicopatas. Os resultados mostraram que os psicopatas possuíam significativamente maiores áreas de risco como dificuldade na contenção de impulsos, agressividade considerável, baixa tolerância às frustrações, insensibilidade ao padecimento alheio, dentre outras, e, portanto, maior necessidade de tratamento multi-profissional do que os não-psicopatas, quando foram utilizados psicotestes referentes à conduta criminal.

Os crimes que mais são objetos de pesquisas buscando a relação destes com problemas psicológicos são principalmente os homicídios violentos e agressões sexuais.

Para entender a relação entre a doença mental e a violência sexual, McElroy,

Soutullo, Taylor, Nelson, Beckman *et al.* (1999) levaram em conta as histórias e as características psiquiátricas de 36 homens condenados por agressões sexuais, com idades entre 18 e 47 anos.

Os sujeitos passaram por entrevistas clínicas estruturadas baseadas no DSM IV. Assim como as histórias dos participantes em termos de abusos físicos e sexuais, também foram avaliadas histórias familiares de distúrbios psiquiátricos. A média de condenação dos sujeitos era de 1,8 vezes, isto é, não chegava a duas vezes pelo crime de violência sexual, e o encarceramento médio era de 8 anos.

Os dados revelaram que a maioria possuía um distúrbio por uso de substâncias (83%), distúrbio de temperamento esteve presente em 36% dos casos (sendo distúrbio bipolar), o distúrbio de controle de impulso apareceu em 39% das ocorrências, distúrbio de ansiedade em 36% e em 17% houve um distúrbio alimentar. Dentre estes agressores, 58% foram classificados como tendo uma parafilia e 72% foram considerados como apresentando distúrbio de personalidade anti-social. Também seus parentes de primeiro grau foram por eles considerados como apresentando altos índices de abuso sexual e de distúrbio psiquiátrico.

Cabe indagações sobre este trabalho. Os agressores sexuais, assim como outros criminosos não-sexuais, poderiam estar apresentando os mesmos tipos de distúrbios? Como se pode concluir que estes resultados apontados são característicos dos agressores sexuais e não de outros criminosos, sem que se tenha comparado criminosos sexuais e não-sexuais?

A relação entre distúrbio mental e crime é considerada como possível predição para o crime violento quando existe a presença de abuso de substâncias psicoativas, conforme afirma Crichton (1999) em estudo realizado sobre a literatura que aborda o tema entre os anos de 1997 e 1998. Sendo assim, sempre que um

doente mental abusa de substâncias psicoativas, a possibilidade de vir a cometer um crime violento aumenta consideravelmente.

Artigo publicado no Brasil por Simon (1988), sobre a reincidência criminal, afirma que “ao nascer já temos uma propensão destrutiva que varia de intensidade para cada pessoa” (p.321) com isso, temos tendências sádicas universais e que o meio irá influenciar para a manifestação ou não de conduta criminal.

O autor cita Melanie Klein que em 1927 publicou o artigo ‘Tendências criminais em crianças normais’, no qual ela mostra que toda criança apresenta estas tendências. Porém, sendo estas tendências universais, apenas algumas pessoas cometerão crimes, e isto pode ser compreendido à luz da hipótese de Klein, que cita que “habitualmente a criança consegue sublimar suas tendências sádicas através de brinquedos competitivos, esportes, etc.” (p.321).

Ainda citando o mesmo autor, este indica, entre as ações de reabilitação do ex-presidiário, a atenção aos aspectos afetivo-relacionais, “para reajustá-lo à família, se ele a possui, quer para ajudá-lo a constituir uma. Isso reforçaria seu senso de responsabilidade e mantê-lo-ia menos envolvido com companheiros marginalizados” (p.323).

Sobre a delinquência juvenil e criminalidade em geral, Sá (2001) afirma que esta “pode ser compreendida como busca de solução a uma história de conflitos, frustrações e privações, incluída aí a privação emocional das relações com as figuras parentais, mais especificamente com a figura da mãe” (p.14)

O autor menciona que pouco se pensa sobre um dos motivos que os criminosos não se ressocializam: “porque para eles não compensa” (p.14), visto que a conduta criminal traz benefícios e soluções aos quais não teriam a posse por outras vias.

Neste sentido, especialmente os crimes contra o patrimônio são cometidos pela facilidade com que se obtém os bens, em contraposição com outras formas de obtê-los, sobretudo através do trabalho honesto, via de regra, mal remunerado.

As pesquisas, principalmente internacionais, conforme verificado acima, vêm procurando compreender a criminalidade estabelecendo relações entre características do indivíduo e o tipo de crime cometido. Para isto estudam empiricamente as relações entre condições do desenvolvimento, história de vida, uso de drogas, perfil de personalidade, entre outros, com o crime ou crimes cometidos.

No entanto, no Brasil há uma falta quase que total de investigação empírica nesta área o que enseja especulações baseadas em valores e preconceitos, tanto na população geral, quanto junto aos técnicos e profissionais responsáveis por este grupo social. Nesta medida, considera-se que o levantamento do perfil do criminoso constitua um passo importante na identificação das características desta população, que poderá se mostrar ou não semelhante às de outras realidades socioculturais.

Sobre o uso de drogas, um dos tópicos investigados neste estudo, Yunes e Rajs (1994) mostram que na América Latina, a prevalência do consumo de cocaína varia de 1,4% a 6,7% na população de 12 a 45 anos e que entre os grupos socialmente marginalizados, o consumo de inalantes é de 3% a 4%.

A respeito do tipo de drogas mais consumidos, Webb, Ashton, Kelly e Kamali (1996) afirmaram que os solventes se mantêm como os mais comuns no terceiro mundo, após álcool e tabaco, enquanto que nos países desenvolvidos a maconha ocupa o terceiro lugar.

No Brasil, o panorama mudou completamente nas últimas décadas. Até o início da década de 80, os estudos epidemiológicos não encontravam taxas de

consumo alarmantes entre estudantes conforme aponta Morgado, Iguchi e Bueno (1983).

Andrade (1995) cita pesquisa feita em 1993 com estudantes de dez capitais brasileiras, a qual aponta que 17,8% destes jovens reconheciam ter consumido drogas ilícitas ou psicotrópicos ao menos uma vez na vida.

Estudos realizados entre escolares de primeiro e segundo graus e entre estudantes universitários mostram, consistentemente, nas diversas regiões do País, que o álcool é a droga mais utilizada, seguido pelo tabaco (Andrade, Queiroz, Villaboim, Cesar, Alves, Bassit, *et al.*, 1997; Galduróz, Noto & Carlini, 1997; Muza, Bettio, Muccillo & Barbieri, 1997; Deitos, Santos, Pasqualotto, Segat, Guillande & Benvegnú, 1998).

Levantamentos realizados a partir de 1987 pelo Centro Brasileiro de Informações sobre as Drogas Psicotrópicas, da Universidade Federal de São Paulo (Cebrid) têm documentado uma tendência ao crescimento do consumo (Galduróz *et al.* 1997). Esses levantamentos foram realizados entre estudantes de primeiro e segundo graus em dez capitais brasileiras e também em amostras de adolescentes internados e entre meninos de rua.

Em 1997, com o IV Levantamento, o Cebrid mostrou que existe uma tendência ao aumento do consumo dos inalantes ou solventes, da maconha, da cocaína, incluindo o *crack*, em determinadas capitais, quando comparados aos primeiros levantamentos realizados em 1987.

E em especial, aumento da tendência de *uso na vida* (de acordo com a classificação da OMS, usou pelo menos uma vez na vida) de cocaína na maioria das capitais estudadas, sugerindo que o uso dessa droga vem se popularizando entre os adolescentes. As drogas mais utilizadas, independentemente se o uso era freqüente

ou não, foram: maconha (6,6%), solventes (2,7%) e cocaína, incluindo o *crack*, (2,1%).

Os resultados encontrados, tanto para participantes do sexo masculino quanto feminino, em 1997, foram separados entre os pesquisados que usaram eventualmente e aqueles que fizeram uso freqüente das drogas, sendo: uso freqüente – álcool, 15,0%; solventes, 2,0%; maconha, 1,7%; cocaína/*crack*, 0,8% e para o *uso na vida*, álcool, 75,9%; solventes, 13,8%; maconha, 7,6%; cocaína/*crack*, 2,0%.

Ao se levantar a freqüência apenas entre os participantes do sexo masculino, existe um pequeno aumento no consumo das drogas ilícitas, ficando com 26,8%.

É interessante salientar que o *uso na vida* foi muito maior do que o uso freqüente, com isso, a maioria dos que experimentaram as drogas não tornaram-se usuários delas.

Estudo realizado em 1997 por Caldeira, Lima e Dias (1998) pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, avaliou 3.139 estudantes da quinta série do primeiro grau à terceira série do segundo grau de escolas públicas, possibilitando comparar as taxas de uso ocasional ao longo da vida com as de uso habitual (últimos 30 dias).

O estudo encontrou um consumo ao longo da vida e nos últimos 30 dias, respectivamente, de 77,7% e 19,5% para álcool; 9,2% e 2,8% para inalantes ou solventes; 7,1% e 1,6% para tranqüilizantes; 6,3% e 2,0% para maconha; e 1,9% e 0,6% para cocaína.

Em relação à idade em que se inicia o uso de drogas ilícitas, em Cuiabá o consumo foi significativamente maior entre os alunos de uma escola pública com idade acima de 18 anos, segundo pesquisa realizada por Souza e Martins (1998).

Foi realizado estudo com estudantes de escola pública de primeiro e segundo graus em Florianópolis, SC, em 1997, por Baus, Kupek e Pires (2002) discriminando as drogas utilizadas (*uso na vida*) e faixa etária: menores de 15 anos – álcool, 76,2%; solvente, 12,3%; maconha, 4,4%; cocaína/*crack*, 1,8%. Com 15 anos ou mais – álcool, 96,4%; maconha, 34%; solvente, 23,1% e cocaína/*crack*, 5,3%.

Estudo realizado em 1998, em Pelotas, RS, por Tavares, Béria e Lima (2001) através de questionário anônimo, auto-aplicado em sala de aula, respondido por uma amostra proporcional de estudantes com idade entre 10 e 19 anos, matriculados no primeiro grau (a partir da 5ª série) e no segundo grau, em todas as escolas públicas e particulares na zona urbana do município.

Foram entrevistados 2.410 estudantes. As substâncias mais consumidas, alguma vez na vida, foram álcool (86,8%), tabaco (41,0%), maconha (13,9%), solventes (11,6%), ansiolíticos (8,0%), anfetamínicos (4,3%) e cocaína - incluindo o *crack* - (3,2%).

Quando se discrimina pelo sexo, os estudantes de sexo masculino apresentaram as seguintes freqüências: álcool, 86,6%; maconha, 16,6%; solventes, 14,6% e cocaína, 4,5%.

Apesar dos autores referirem que houve prevalências de uso mais elevadas no sexo masculino em relação às drogas ilícitas, solventes; maconha e cocaína, as faixas etárias foram referidas para ambos os sexos: 10 a 12 anos, solventes, 6,9%; maconha 1,1%; cocaína, 0,5%. Na faixa de 13 a 15 anos, solventes, 11,8%; maconha, 9,8%; cocaína, 1,6%. De 16 a 18 anos, maconha, 18,1%; solventes, 13,5%; cocaína, 4,2%. E finalmente para os estudantes de 19 anos, maconha, 17,7%, solventes, 8,2%, cocaína, 6,2%.

Pode-se observar, que o início do consumo de drogas ilícitas aumentou a

partir da idade de 16 anos, porém desde os 10 anos já houve referência ao uso destas drogas. Os adolescentes mais jovens (10 a 15 anos) consumiram mais solventes do que maconha.

Livro publicado pelo Cebriad (1999) intitulado *Cocaína – pasta de coca, crack e merla* menciona que tanto o *crack* como a merla também são cocaína, e que, portanto, todos os efeitos provocados pela cocaína também ocorrem com o *crack* e a merla.

Artigo publicado a respeito da história da cocaína por Ferreira e Martini (2001) cita que com o advento do *crack* a partir da metade dos anos 80, o mundo testemunhou uma nova fase da história da cocaína, pelo menos com relação ao potencial de toxicidade.

Pesquisa realizada por Santos e Etunger (2001) em três escolas públicas da cidade de São Paulo, participantes do Projeto Circuito Ciência, ligado à Universidade de São Paulo, teve como um de seus objetivos levantar o número de usuários, o sexo mais comum, a idade e a droga mais usada nas referidas escolas.

A pesquisa foi realizada com 546 estudantes de 5ª à 8ª séries. Foi elaborado um questionário não nominal, que após ser respondido foi colocado em uma urna selada para garantir o anonimato das respostas, com isso, não haveria motivos para omissão.

A maioria dos alunos tem entre onze e quatorze anos, 50% nunca usou drogas. Dos outros 50% que já usaram, 1% foi usuário de drogas injetáveis (cocaína e morfina) e 0,8% ainda usa; 76,4% foi usuário de álcool (cerveja, vinho, etc.) e 79% ainda usa; 21% já foi usuário de fumo (cigarro, maconha, haxixe e *crack*) e 17% ainda usa; 0,4% já consumiu drogas inaláveis (ópio, cola de sapateiro e lança perfume) e 0,8 ainda consome; no caso do consumo de comprimidos (ecstasy),

0,8% já usaram e 2,4% usam atualmente.

A idade citada como a mais comum para o início do consumo de drogas foi de 10, 11, 12 e 13 anos (17,1%, 11,9%, 11,9% e 12,3% respectivamente).

Estes autores referem-se à forma como a droga é utilizada: fumada, injetada, ingerida via oral ou inalada; e não pela classificação do tipo de drogas.

Pesquisa realizada por Galduróz, Noto, Carlini e Nappo (1999) pelo Cebriid envolvendo as 24 maiores cidades do Estado de São Paulo, com o objetivo de fazer levantamento domiciliar, através de pessoas com idade entre 12 e 65 anos, sobre o uso de drogas psicotrópicas, revelou que o *uso na vida* de (1) qualquer droga psicotrópica, exceto álcool e tabaco, foi de 11,6%, (2) o álcool e o tabaco foram as drogas com maiores prevalências, com 53,2% e 39,0%, respectivamente.

As estimativas de dependentes de álcool estiveram ao redor de 6%, (3) a maconha foi, dentre as drogas ilícitas, a que teve maior prevalência, 5,6%, (4) a de solventes 2,7%, (5) a cocaína foi de 2,1%, (6) a de *crack* 0,4%.

Outro levantamento feito por Galduróz, Noto e Carlini (1998) sobre o consumo de drogas entre 530 crianças e adolescentes em situação de rua, em seis capitais brasileiras, sendo a maior parte jovens do sexo masculino (75%) entre 12 e 18 anos; relataram *uso na vida* de drogas (88,1%) e *uso pesado* (cinco ou mais vezes por semana, 48,3%).

As drogas usadas por ordem de freqüência foram álcool, tabaco, solventes e maconha e tiveram índices elevados em todas as capitais, sendo que os relatos de uso de cocaína também foram freqüentes em quatro cidades, sendo uma delas, São Paulo.

Comparando-se este estudo com levantamentos anteriores, foi observado um crescente consumo de cocaína, incluindo o *crack*, na maioria das capitais

pesquisadas, para esta população.

Estudo a respeito das relações entre drogas, álcool e violência foi desenvolvido por Minayo e Deslandes (1998) no Rio de Janeiro, RJ, que mencionam tratar-se de uma articulação complexa, pouco analisada, cujos únicos parâmetros para afirmações, na atualidade, são apenas os de associação empírica.

Os primeiros dados apresentados foram retirados de pesquisa inédita feita por Deslandes (1997) do Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde - Jorge Careli, realizada nos Hospitais Miguel Couto (HMMC) e Salgado Filho (HMSF), a qual teve como um dos objetivos caracterizar o peso da violência no atendimento da emergência hospitalar.

Em vista da pergunta feita ao paciente ou socorrista: "*O evento (violento) envolveu o uso de drogas?*", os dados permitiram vislumbrar que: dos atendimentos por todas as causas externas (inclusive acidentes de trânsito) realizados em maio de 1996 no Miguel Couto, 13% envolveram o uso de drogas. No Salgado Filho, atendimentos ocorridos em junho do mesmo ano, 12,6% tiveram alguma droga relacionada à sua ocorrência.

Nos casos em que foi identificado o consumo de algum tipo de droga, o álcool configurou-se como o mais freqüentemente consumido: 88% (HMSF) e 90,7% (HMMC). O consumo de álcool associado com outras drogas (cocaína, maconha e outros) foi declarado em 3,2% dos casos no Miguel Couto e em 0,7% dos casos no Salgado Filho.

Das agressões atendidas no HMMC, 33% envolveram o uso de drogas; no HMSF, 37% tiveram essa relação. Tais dados apontam para o fato de que uma em cada três agressões envolveu o consumo de drogas.

Os autores alertam que os dados expostos devem ser relativizados, pois

correspondem a uma forma de investigação (emergência hospitalar) e a apenas um mês de rotina.

Alertam que apesar dos especialistas concordarem que drogas e álcool freqüentemente têm papel importante nos comportamentos violentos, seu papel específico não está claro, visto ser difícil de se determinar com precisão (1) o nexo causal entre essas substâncias e atos violentos; (2) as influências do meio e as características individuais dos usuários de drogas e álcool; (3) a prevalência e as correlações precisas entre violência e uso dessas substâncias. Portanto, é bastante complexa a construção de paradigmas para investigação nessa área.

Ainda citando estes autores, eles referem que estudos experimentais mostram que o abuso de álcool pode ser responsável pelo aumento da agressividade entre os usuários.

Há evidências também de que a cocaína, os barbitúricos, as anfetaminas e os esteróides têm propriedades que podem motivar atitudes, comportamentos e ações violentas. Por exemplo, os usuários de cocaína têm problemas de supressão de atividades neurotransmissoras, podendo ser vítimas de depressão, paranóia e irritabilidade. Porém, eles afirmam que não é possível saber se essas pessoas em estado de abstinência não teriam cometido as mesmas transgressões.

Os autores concluem que não se pode afirmar pela relação causal entre drogas e violência, visto que as taxas de homicídios são bem baixas se comparadas com as de prevalência de uso de álcool ou drogas.

Os efeitos causados pela cocaína, incluindo o *crack*, quando utilizada em quantidades maiores (geralmente pelos dependentes), acabam provocando comportamento violento, irritabilidade e atitudes bizarras (Cebriid, 1999; Leite, 1999; Ferreira, 2001; Minayo & Deslandes, 1998).

Quanto aos efeitos provocados pela maconha, incluem a passividade, a apatia, lentidão em tomar atitudes, entre outras (Hird, Khuri, Dusenbury & Millman, 1997; Cebri, 1999; Andrade, 1995; Caldeira *et al.*, 1998)

Estudo americano realizado por Boyum e Kleiman, (1995) demonstra que, de todos os presidiários usuários freqüentes de cocaína e *crack*, somente 39% declararam ter cometido crime para a compra de droga, o que também pode ser uma espécie de defesa para minimizar a responsabilidade dos atos cometidos.

Existe uma certa dificuldade ao se reunir dados a respeito do uso de drogas ilícitas no Brasil, pois até a classificação destas não é unânime entre os estudiosos, como se verificou, o *crack* tanto foi classificado como fumo quanto como cocaína, em diferentes pesquisas.

Também não se encontrou a referência ao uso de drogas combinadas nos estudos consultados, elas foram referidas por classes separadas, com isso, não se obteve tais dados.

CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DE PRISIONEIROS

No levantamento realizado na literatura nacional, voltado para a identificação de pesquisas de caracterização de criminosos, foram encontradas apenas poucas pesquisas cujos resultados são sumariamente apresentados a seguir.

Santos e Carvalho (1998), Santos e Amaral (1998) e Santos (2000) estudaram 148, 100 e 100 prisioneiros, respectivamente, do sexo masculino de uma Unidade Prisional utilizando dados colhidos segundo Roteiro de Inclusão elaborado por Santos (1989) relativos aos anos de 1997, 1998 e 1999.

Os roteiros preenchidos foram escolhidos aleatoriamente dentre os arquivados na instituição. Tal instrumento foi aplicado, através de entrevista, pelos

estagiários de Psicologia Forense, do 5º ano do curso de Psicologia da Puc-Campinas, durante o período de 1997 a 1999.

Trata-se da mesma Unidade prisional do presente estudo, porém, com amostras diferentes.

Tomados em conjunto, os resultados destas três pesquisas, observa-se o seguinte perfil para esta população. Trata-se na maioria, de: jovem (entre 18 e 25 anos de idade), de cor branca, solteiro ou amasiado, natural da Região Sudeste (principalmente do Estado de São Paulo), com baixo nível de instrução escolar (1º grau incompleto), desenvolvendo ocupações não especializadas ou trabalho manual de rotina (borracheiro, ajudante, balconista, funileiro, mecânico, etc.), começou a trabalhar entre 10 e 14 anos de idade, fez uso de drogas ilícitas, cometeu o primeiro delito antes dos 21 anos de idade, praticou 1 ou 2 delitos, principalmente contra o patrimônio (roubo e furto) e pouco empregaram a violência explícita.

Estudo feito por Beato (1998) a respeito dos determinantes da criminalidade em Minas Gerais, aonde procurou deslocar a atenção para os locais de incidência de crimes, ao invés das características dos criminosos, aponta que os alvos preferenciais dos casos de roubo à mão armada ocorridos em Belo Horizonte durante o ano de 1996 foram transeuntes.

Em mais de 60% dos casos existiu mais de um ofensor, geralmente com um mesmo perfil: pessoas jovens, homens e não-brancos, muitos deles alcoolizados ou drogados.

A partir da constatação de que poucos estudos foram realizados no Brasil a respeito de características de criminosos, principalmente no que tange às associações entre suas características sócio demográficas e afetivas e os tipos de delitos cometidos, esta pesquisa contempla estes e outros aspectos, melhores

explicitados nos objetivos que se seguem.

OBJETIVO GERAL

Levantamento de características sócio-demográficas e aspectos afetivo-relacionais de prisioneiros que deram entrada em unidade prisional no ano de 2.000.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Descrever o encarcerado segundo :

A) 1. Identidade; 2. Atividade ocupacional; 3. Família; 4. Condição financeira; 5. Aspectos afetivo-relacionais; 6. Autocrítica; 7. Uso de substâncias psicoativas e HIV; 8. Envolvimento com o crime.

B) Estudo do grau de associação das variáveis avaliadas no item A.

MÉTODO

Material

O material utilizado neste estudo é um roteiro para Entrevista de Inclusão, que é um instrumento desenvolvido por técnicos de uma Unidade Penal (janeiro de 2000, Anexo I), a partir de um outro roteiro previamente elaborado pela autora (Santos, 1989) (Anexo II).

A equipe técnica, que desenvolveu o roteiro de Entrevista de Inclusão, era formada por três psicólogas (a autora é uma delas), três assistentes sociais e um psiquiatra.

Também a Diretora do Centro de Reabilitação e do Núcleo Interdisciplinar de Reabilitação participaram das discussões, opinando a respeito de questões voltadas ao próprio cumprimento da pena, como evasão, por exemplo.

As informações registradas no roteiro compreendem: dados pessoais; escolaridade; trabalho; dados familiares; vida matrimonial; situação sócio econômica; saúde; dinâmica afetivo-emocional; drogas; bebida; vida carcerária; autocrítica e situação processual.

Este formulário é preenchido, preferencialmente, dias depois do ingresso do prisioneiro na Unidade. Porém, pode ocorrer até meses após, dependendo da dinâmica da instituição, como o alto número de entradas e saídas em determinados períodos.

Este material fica arquivado no Centro de Reabilitação, à disposição dos técnicos e estagiários deste setor.

Também foi consultado o Prontuário Penitenciário que é uma pasta contendo documentos relativos a cada prisioneiro, constando de diversas informações sobre a

identidade, Inquéritos Policiais e Processos Criminais, Certidão em Breve Relatório do Processo Criminal, sindicâncias, atestados de permanência e conduta carcerária, atestados médicos, pedidos diversos de saída (para hospital geral, Fórum) e rol de visitas.

Funcionários administrativos, técnicos, estagiários, chefes e diretores de Centros podem consultar o referido prontuário.

Procedimento

Após autorização do Diretor do Centro de Reabilitação da unidade prisional, os Roteiros de Entrevista de Inclusão referentes ao ano de 2000 foram consultados.

Para esta pesquisa foram consultados os 308 roteiros preenchidos no referido ano, resultantes das entrevistas iniciais realizadas pela equipe de técnicos (psicólogas e assistentes sociais) da unidade prisional pesquisada, por estagiárias de serviço social e principalmente pelos estagiários de psicologia forense da Puc-Campinas, da qual a autora é professora.

No Prontuário levantou-se os inquéritos e processos do prisioneiro, quando não foram discriminados pelo próprio aplicador, para que com isto os dados relativos aos crimes cometidos não ficassem apenas aos que são relatados pelos encarcerados. Isto aconteceu na fase de coleta de dados.

Tal cuidado em se consultar o Prontuário Penitenciário se deve ao fato de que os prisioneiros costumam mentir ou omitir seus crimes, sendo este comportamento um mecanismo de defesa esperado.

Foi elaborado um Roteiro de Categorização dos resultados que foram dispostos em Tabelas (1 a 58) que permitiu a transposição dos dados para o tratamento estatístico. Foram criadas as seguintes categorias:

A) Identidade – faixa etária, cor, naturalidade, estado civil, religião e escolaridade;

B) Atividade ocupacional - ocupação, faixa etária em que começou a trabalhar, se teve algum trabalho registrado em carteira e se estava trabalhando quando cometeu o delito;

C) Família – condição do pai, faixa etária em que perdeu o pai, qualidade do relacionamento com o pai, condição da mãe, faixa etária em que perdeu a mãe, qualidade do relacionamento com a mãe, número de irmãos, se os pais vivem juntos, por quem foi criado, se tem uma companheira, o número de filhos que possui; problemas judiciais na família, uso de drogas pelos pais;

D) Condição financeira vivida - na infância, adolescência e adulto;

E) Aspectos afetivo-relacionais - pessoa mais importante no passado e atualmente, melhor e pior lembrança da infância e adolescência, se tem amigos;

F) Autocrítica: maior defeito, o que pensa do passado, presente, futuro, da vida e o que gostaria que mudasse em sua vida e a explicação por ser o único na família a ter problemas judiciais;

G) Uso de substâncias psicoativas e H. I. V. - idade em que começou, drogas ilícitas que já usou, alcoolismo e o teste de H. I. V.;

H) Envolvimento com o crime – faixa etária, tipo e motivo do primeiro delito, se passou por instituição de menores, uso de substâncias psicoativas ao cometer o delito, primeira prisão, evasão, opinião sobre o delito que cometeu, sobre a pena que recebeu e qual escolheria, o(s) tipo(s) de crime(s) em que já foi enquadrado e o uso de violência.

O uso de violência (causou dano à integridade corporal da vítima) foi considerado nos seguintes crimes: homicídio, lesão corporal, estupro, atentado

violento ao pudor, roubo seguido de morte, seqüestro e extorsão mediante seqüestro, bem como nas tentativas destes crimes.

Para a categorização dos dados as respostas foram agrupadas segundo o sentido, conforme interpretado pela autora, que pode ser observado nas Legendas das Tabelas que compõem a seção Resultados.

Instituição

As entrevistas de inclusão foram realizadas no 'parlatório' de uma unidade prisional, destinada a criminosos do sexo masculino, maiores de 18 anos de idade e que estavam aguardando decisão judicial (preso provisório) ou condenados em regime fechado ou semi-aberto, estes últimos aguardando vaga para transferência, visto ser a instituição uma Penitenciária, portanto, de regime fechado para o cumprimento de pena.

Em média o numero da população carcerária da Unidade em 2000, foi de 540 prisioneiros por dia.

A partir de julho de 2000 apenas os criminosos condenados permaneceram na referida instituição, visto ter sido inaugurado um Centro de Detenção Provisória na região, o qual abriga os criminosos que porventura não tenham sido julgados e condenados, portanto, os presos provisórios.

Com isto, até a referida época, tanto os presos provisórios quanto os condenados, fizeram parte deste estudo, independentemente do tipo de crime que tenham cometido.

Uma característica desta instituição é a alta rotatividade de prisioneiros, sendo assim, num mesmo dia podem chegar 80 prisioneiros vindos de diferentes locais e sair o mesmo número para outros locais. Isto evidentemente dificulta a

realização da entrevista de inclusão, ocasionando demora entre a chegada do prisioneiro e a entrevista.

Um outro fator também que contribui para a demora na realização de entrevistas é relativo a constantes revistas que ocorrem na Unidade, feitas pelos Agentes de Segurança Penitenciária, motivadas por questões de segurança e nestas ocasiões, nenhum preso pode ser requisitado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta a caracterização do encarcerado de uma Unidade Prisional. A partir da análise dos Roteiros de Inclusão, arquivados na instituição no ano de 2.000, os dados foram sistematizados segundo o Roteiro de Categorização (Tabelas 1 a 58). A sistematização dos dados a partir de sua categorização possibilitou o levantamento de suas freqüências e percentagens.

Apresentam-se características dos encarcerados relativas a identidade, atividade ocupacional, família, condição financeira vivida, aspectos afetivo-relacionais, autocrítica, uso de substâncias psicoativas e envolvimento com o crime.

Conforme foi mencionado na seção anterior não foram necessariamente as palavras expressas nos Roteiros de Inclusão as que foram utilizadas para o preenchimento do Roteiro de Categorização, mas o sentido destas, conforme interpretado pela autora.

Também foi utilizada uma classificação das ocupações tendo como base a Escala Ocupacional (Silva, 1985) que permite o agrupamento de ocupações similares.

Os resultados considerados mais descritivos são apresentados através de Tabelas, discriminando-se a categoria *condenado* e *provisório*, bem como mencionando se houve ou não diferença significativa entre os mesmos.

Para isto, foi utilizado o Teste Qui quadrado para verificar se houve diferença entre os presos condenados e provisórios.

Associações entre variáveis consideradas relevantes também foram feitas.

I. IDENTIDADE

Faixa etária

A idade variou de 18 a 42 anos ou mais, sendo que o prisioneiro mais velho pertencia ao grupo dos condenados e contava na ocasião com 70 anos. No grupo dos provisórios, o mais velho tinha 53 anos.

A média de idade para os condenados foi de 28,42 anos e o desvio padrão de 9,37. Sendo assim, a maioria destes prisioneiros apresentou idades entre 19 e 37 anos. Já entre os provisórios, a média foi de 25,45 anos e o desvio padrão de 6,84.

Com isto, a maioria apresentou idades entre 18 e 32 anos. A maior incidência por idade, isto é, a moda, referiu-se a 19 e 21 anos, entre os condenados e 21 em relação aos provisórios.

Estimando-se a diferença entre as idades dos dois grupos obteve-se valores significantes [χ^2 (2, N=308) = 8,96, p = 0,03]. Isto é, os presos condenados são um pouco mais velhos que os provisórios.

Para os dois grupos a faixa etária (Tabela 01) de maior incidência foi a de 18 a 21 anos de idade, correspondendo a 26,64% dos condenados e 34,04% dos presos provisórios.

Estas percentagens somadas às da segunda faixa etária mais freqüente (entre 22 a 25 anos), correspondem à metade da amostra para os condenados (50,47%) e chega a superá-la no grupo de provisórios (61,7%).

Com isso, podemos dizer, que apesar do grupo dos provisórios ser em média um pouco mais novo, a maioria da população encarcerada é formada por adultos jovens.

Tabela 1 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a faixa etária

Faixa etária	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%		
18 a 21 anos	57	26,64	32	34,04	89	28,9
22 a 25 anos	51	23,83	26	27,66	77	25,0
26 a 29 anos	29	13,55	18	19,15	47	15,26
30 a 33 anos	23	10,75	5	5,32	28	9,09
34 a 37 anos	21	9,81	7	7,45	28	9,09
38 a 41 anos	13	6,07	2	2,13	15	4,87
42 anos ou mais	20	9,35	4	4,26	24	7,79
Total	214	100	94	100	308	100

Efetivamente, estudos realizados na mesma unidade prisional, porém com amostras diferentes (Santos & Carvalho, 1998, Santos & Amaral, 1998 e Santos 2000), indicaram o predomínio de sujeitos na faixa etária entre 18 e 25 anos, corroborando estas conclusões.

No estudo a respeito dos “determinantes” da criminalidade em Minas Gerais, Beato (1998), aponta que nos roubos à mão armada em Belo Horizonte, cometido contra transeuntes, os ofensores eram, na maioria, homens jovens. Estes dados são similares ao deste estudo.

Cor

Não se observa diferenças significantes em relação à cor, quando se compara os presos condenados aos provisórios [χ^2 (2, N = 308) = 0,47, p 0,79]. Para os dois grupos, a maioria dos sujeitos é de cor branca, seguidos de pardos e negros, conforme pode ser observado na Tabela 2.

No estudo a respeito dos determinantes da criminalidade em Minas Gerais, Beato (1998) afirma que a maior parte dos criminosos que cometeu o roubo à mão

armada em Belo Horizonte, era formada por homens não-brancos. Este dado se contrasta com o encontrado neste estudo. Apesar desta população pesquisada não ter sido classificada pelo tipo de delito, conforme a do citado autor, o crime mais freqüente neste estudo foi o roubo.

Tabela 2 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a cor

Cor	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Branca	136	63,55	63	67,02	199	64,61
Negra	28	13,08	10	10,64	38	12,34
Parda	50	23,37	21	22,34	71	23,05
Total	214	100	94	100	308	100

Esta mesma ordem se verifica na população masculina da Região Sudeste onde, 63,17% é composta por brancos, 29,27% por pardos e 6,73% por negros conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2000). Deve-se observar, no entanto, que embora a ordem seja a mesma, a incidência de negros em termos percentuais é praticamente o dobro entre presidiários (12,34%), se comparada à população geral (6,73%).

Estes dados estariam portanto revelando que apesar de serem minoria na população, os negros têm maior probabilidade de se tornarem alvo da justiça, muito provavelmente devido ao preconceito racial em relação a esta etnia.

Naturalidade

A maioria dos encarcerados é proveniente da Região Sudeste, 80,19%, seguido da Região Sul (10,39%), que pode ser visto na Tabela 3. Apesar de existir evidência de diferença entre os condenados e os provisórios [χ^2 (4, N = 308) = 10,69,

p 0,03], principalmente sendo estes últimos um pouco mais oriundos da Região Sul, isto não altera a ordem de incidência das regiões.

Tabela 3 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a área geográfica

Área geográfica	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%		
Norte	2	0,93	0	0	2	0,65
Nordeste	16	7,48	4	4,26	20	6,49
Sul	15	7,01	17	18,09	32	10,39
Sudeste	177	82,71	70	74,47	247	80,19
Centro Oeste	4	1,87	3	3,19	7	2,27
Total	214	100	94	100	308	100

A tabela 4 apresenta os Estados da Federação dos quais os prisioneiros são oriundos.

O estado de São Paulo é o mais freqüente dentre eles, com 74,03% de incidência, sendo seguido pelo Paraná (9,09%) e Minas Gerais (4,22%), que aparecem com proporções muito inferiores de sujeitos.

Observa-se ainda, que a mesma ordem se mantém para os grupos de condenados e provisórios, levando a concluir que a maioria de sujeitos da amostra provenientes da região sudeste é composta primordialmente de paulistas.

Tabela 4 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a naturalidade

Naturalidade	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
São Paulo	165	77,10	63	67,02	228	74,03
Rio de Janeiro	3	1,40	1	1,06	4	1,30
Minas Gerais	8	3,74	5	5,32	13	4,22
Mato Grosso	1	0,47	0	0,0	1	0,32
Mato Grosso do Sul	3	1,40	1	1,06	4	1,30
Paraná	12	5,61	16	17,02	28	9,09
Rio Grande do Sul	1	0,47	0	0,0	1	0,32
Santa Catarina	2	0,93	1	1,06	3	0,97
Espírito Santo	1	0,47	1	1,06	2	0,65
Paraíba	2	0,93	0	0,0	2	0,65
Rondônia	1	0,47	0	0,0	1	0,32
Pernambuco	3	1,40	2	2,13	5	1,62
Bahia	4	1,87	2	2,13	6	1,95
Goiás	0	0,0	2	2,13	2	0,65
Rio Grande Norte	2	0,93	0	0,0	2	0,65
Piauí	3	1,40	0	0,0	3	0,97
Sergipe	1	0,47	0	0,0	1	0,32
Ceará	1	0,47	0	0,0	1	0,32
Alagoas	1	0,47	0	0,0	1	0,32
Total	214	100	94	100	308	100

Estado Civil

No que concerne ao estado civil, os presos condenados e provisórios não se distinguem [$\chi^2 (4, N=308) = 1,45, p = 0,83$]. Conforme a Tabela 5, quase a metade dos prisioneiros é de solteiros (48,05%), seguidos de amasiados (34,09%) e apenas 12,34% deles são casados. Quando se observa a condição de algum tipo de vínculo estável com companheiras, casados e amasiados, 46,43% deles estão nesta

condição. Ou seja, a amostra é relativamente equilibrada quanto à proporção de solteiros e dos que têm algum tipo de relação conjugal.

Comparando os dados aqui obtidos com os do Censo do IBGE 2000, observa-se que a proporção de casamentos legais (12,34%) entre os participantes é muito aquém daquela encontrada na população geral (50,1%) e um pouco maior no que se refere à união consensual, já que segundo a amostra estudada ela é de 34,09% e na população geral de 28,3%, especialmente entre os mais jovens.

É possível que as diferenças observadas entre a população de presos e a geral, no que se refere às uniões legais, se deva ao fato da primeira ser constituída apenas de pessoas oriundas das camadas sociais menos privilegiadas onde o casamento formal não tem a mesma importância que nas classes burguesas, como aponta Ferreira (1979).

Tabela 5 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o estado civil

Estado civil	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Solteiro	102	47,66	46	48,94	148	48,05
Casado	27	12,62	11	11,70	38	12,34
Amasiado	72	33,64	33	35,11	105	34,09
Divorciado	10	4,67	4	4,26	14	4,55
Viúvo	3	1,41	0	0,0	3	0,97
Total	214	100	94	100	308	100

Religião

Os presos condenados e os provisórios se assemelham em relação à religião [χ^2 (3, N=308) =5,02, p =0,17]. Mais da metade dos prisioneiros é de católicos

(60,72%), seguidos pelos evangélicos (18,18%), enquanto que 18,83% afirmaram não possuir religião, conforme se observa na Tabela 6.

Comparando com a população geral do país, onde os católicos são 73,8% , os evangélicos 15, 4% e os que declararam não ter religião apenas 4,8% (IBGE 2000), pode-se verificar algumas diferenças. Isto é, uma menor proporção de católicos contrastando com maior número de pessoas sem religião.

Tabela 6 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a religião

Religião	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%		
Católico	124	57,95	63	67,03	187	60,72
Evangélico	45	21,03	11	11,70	56	18,18
Outra ¹	6	2,8	1	1,06	7	2,27
Não tem	39	18,22	19	20,21	58	18,83
Total	214	100	94	100	308	100

Outra¹: espírita, budista e muçulmano

Quando se observa a distribuição desta variável de maneira separada para o grupo de condenados e provisórios, observa-se que entre os condenados, os evangélicos são relativamente mais numerosos (21,03%) que os sem religião (18,22%); enquanto que entre os provisórios esta ordem é inversa (20,21% sem religião, contra 11,70% de evangélicos).

Estes dados apontam para um fenômeno interessante, que é o da conversão de muitos condenados durante o regime prisional. Efetivamente, os movimentos religiosos têm um papel no processo de adaptação do preso, na medida em que a adesão a uma seita redime-o da condição de criminoso, tornando-o “filho de Deus”, e portanto digno de perdão. Com isto, é possível aventar que a aceitação da pena se

dê de forma mais resignada ajudando o sujeito a suportar melhor sua situação.

Também deve-se levar em conta que determinados tipos de crimes que não são aceitos pela maioria dos prisioneiros, como o crime sexual, o matricídio e parricídio e os crimes com requintes de crueldade, são 'tolerados' pelos prisioneiros evangélicos. Inclusive eles vivem em celas exclusivas deles, as quais denominam de 'Igreja'.

Sendo assim, os criminosos que porventura não são aceitos pela população carcerária, encontram entre os evangélicos aceitação e respeito enquanto ser humano que pode ter sido possuído pelo Demônio e cometeu o abominável crime!

Escolaridade

A grande maioria dos prisioneiros é composta pelos que não completaram o 1º Grau, 76,30% (Tabela 7). Em seguida aparecem os que afirmam tê-lo completado (13,31%); mas quando é perguntado aos que relatam não ter completado o primeiro grau (empiricamente se observa que a maioria parou na 5ª série sem tê-la completado), se eles sabem ler e escrever sem problemas, freqüentemente verbalizam que têm dificuldades, principalmente com a escrita.

No que concerne à escolaridade, os presos provisórios e condenados são semelhantes [χ^2 (5, N=308) = 0,52, p =0,99].

Outro dado relevante da escolaridade desta população refere-se à ausência de sujeitos com curso superior, que embora pudessem estar nesta unidade prisional, não havia nenhum por ocasião da época da coleta de dados.

Quando se compara estes dados com os da população em geral (IBGE 2000) constata-se que 29% da população no Brasil com 10 anos ou mais se enquadra na faixa de 4 a 7 anos de estudo, ou seja, que não completaram o primeiro grau, sendo

este um dado muito inferior ao encontrado neste trabalho (76,30%).

Quando se procura afunilar os dados, buscando na Região Sudeste, homens que se enquadram nesta categoria apontada pelo IBGE 2000, tem-se que aproximadamente 27% dos homens com 10 anos de idade ou mais estão nesta faixa de escolaridade, isto é, não completaram o primeiro grau.

Portanto, os sujeitos deste estudo são 2,8 vezes maiores que os da população masculina, com dez anos ou mais da região sudeste, sem o primeiro grau completo. O que é um indicador bastante revelador das condições de exclusão desta população.

Com pouca escolaridade, estas pessoas não se encontram habilitadas para competirem no mercado de trabalho e terem acesso aos bens de consumo. Como consequência a atividade criminosa passa a ser encarada como a única forma de melhorarem sua sorte e condição de vida.

Tabela 7 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a escolaridade

Faixa etária	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
1º Grau incompleto	163	76,18	72	76,59	235	76,30
1º Grau completo	28	13,08	13	13,83	41	13,31
2º Grau incompleto	6	2,80	2	2,13	8	2,60
2º Grau completo	8	3,74	3	3,19	11	3,57
Nunca freqüentou	6	2,80	2	2,13	8	2,60
3º Grau incompleto	3	1,40	2	2,13	5	1,62
Total	214	100	94	100	308	100

Procurando resumir as variáveis até aqui analisadas e definir o perfil relativo à identificação dos prisioneiros pode-se dizer que eles são jovens, na faixa etária de 18 a 21 anos (28,9%), brancos (64,61%), naturais da Região Sudeste (80,19%) –

principalmente do Estado de São Paulo (74,03%), solteiros (48,05%), católicos (60,72%) e que não completaram o 1º Grau de escolaridade (76,30%).

II. ATIVIDADE OCUPACIONAL

Ocupação

Para a distribuição dos sujeitos em função da ocupação profissional foi utilizada uma classificação das ocupações tendo como base a Escala Ocupacional (Silva, 1985) que permite o agrupamento de ocupações similares.

Trabalhadores urbanos não qualificados representam 66.88% dos sujeitos deste estudo.

Apenas 1,30% dos prisioneiros relataram nunca terem trabalhado. O desemprego foi considerado inexistente para esta população (Tabela 8).

Talvez uma explicação para este fato é que, comumente, o prisioneiro desenvolve trabalhos sem vínculos empregatícios, isto é, fazendo trabalhos temporários tais como de ajudantes e serventes. O fato de o emprego formal não fazer parte do cotidiano desta população, faz com que os sujeitos não se classifiquem como desempregados.

Tanto os presos condenados quanto os provisórios são semelhantes estatisticamente nesta variável [$\chi^2(5, N=308) = 4,29, p = 0,50$]. Isto é, nos dois grupos predominam os trabalhadores urbanos não qualificados integrados por ajudantes; serventes; entregador de panfletos; borracheiro; pacoteiro; repositor; sorveteiro; pipoqueiro; catador de papel; catador de latas, vigilante, entre muitas atividades laborais realizadas esporadicamente e sem registro formal em carteira de trabalho.

Tabela 8 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a ocupação

Ocupação	Preso				Total	
	Condenado		Provisório			
	f	f%	f	f%	f	f%
Médio proprietário/ profissional nível superior	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Pequeno proprietário/ não manual rotina/ técnico	5	2,34	2	2,13	7	2,27
Trabalhador urbano Qualificado e semi qualificado ¹	59	27,57	24	25,53	83	26,95
Trabalhador urbano não qualificado²	143	66,82	63	67,02	206	66,88
Inválido/pensionista/ aposentado	1	0,47	0	0,0	1	0,32
Estudante	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Sem ocupação	1	0,47	3	3,19	4	1,30
Desempregado	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Trabalhador rural	5	2,34	2	2,13	7	2,27
Total	214	100	94	100	308	100

Trabalhador urbano qualificado e semi-qualificado¹: serralheiro; marceneiro; mecânico; padeiro; operador de máquinas; relojoeiro; vendedor; pintor; motorista; pedreiro; garçom; policial. Trabalhador urbano não qualificado²: ajudantes; serventes; entregador de panfletos; borracheiro; pacoteiro; repositor; sorveteiro; pipoqueiro; catador de papel; catador de latas, vigilante.

Faixa etária em que começou a trabalhar

A maioria dos prisioneiros começou a trabalhar entre 13 e 15 anos de idade (37,98%), seguidos dos pertencentes à faixa entre 10 a 12 anos (28,25%) (Tabela 9). Juntas estas duas categorias correspondem a 66,23% da amostra total. Em relação à esta variável, os presos condenados e provisórios são estatisticamente semelhantes [χ^2 (4, N=308) = 5,27, p=0,26].

Considerando também os que começaram a trabalhar entre 7 e 9 anos, tem-se que 83,44% da amostra começou a trabalhar com 15 anos ou menos. Ou seja, trata-se de parcela da população que desde muito cedo teve que lutar por seu sustento, sendo razoável admitir que tiveram, como consequência, diversas áreas de seu desenvolvimento psicossocial comprometidas (por exemplo: escolaridade, lazer, entre outras).

Tabela 9 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a faixa etária em que começou a trabalhar

Faixa etária em que Começou a trabalhar	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%		
7 a 9 anos	34	15,89	19	20,21	53	17,21
10 a 12 anos	66	30,84	21	22,34	87	28,25
13 a 15 anos	76	35,51	41	43,62	117	37,98
16 ou mais	34	15,89	10	10,64	44	14,29
Outra ¹	4	1,87	3	3,19	7	2,27
Total	214	100	94	100	308	100

Outra¹: Não lembra ou nunca trabalhou

Ter tido algum trabalho registrado

Existe evidência estatística de diferença entre os presos condenados e provisórios para o fato de já terem tido algum trabalho registrado [χ^2 (2, N=308) = 8,99, p = 0,01], sendo que os condenados, que em média são mais velhos, foram os que mais referiram ter tido algum trabalho registrado (66.35%); e os provisórios (45.74%), que são, na maioria, mais jovens, tiveram esta possibilidade provavelmente reduzida.

Esta conclusão se baseia no fato de que nos últimos anos houve aumento no índice de desemprego no país, afetando as possibilidades de trabalho registrado da maioria da população, conforme revelado pelo IBGE 2000. Veja-se este índice: em 1994 a queda atingiu 5,9%, em 1995 ficou em 4,4%, em 1996 foi de 6,4%, em 1997 atingiu 6,0%, em 1998 e 1999 aumentou para 8,2% e 2000 o índice esteve em 8,1%. Portanto, havendo crescente aumento de desemprego no país, dificultando a entrada de jovens para o mercado formal de trabalho.

Quando se considera a amostra como um todo, a maioria refere ter tido algum trabalho registrado na vida, 61,69% (Tabela 10), que pode ter sido pouco

tempo anterior à prisão ou anos.

Mesmo tendo a maioria dos participantes trabalhado como ajudantes gerais e serventes, a percentagem referida teve, portanto, algum trabalho registrado em carteira.

Os dados obtidos através do censo (IBGE 2000) apontam que 61,3% da população masculina, com 10 anos ou mais, da região Sudeste trabalham com carteira assinada, o que está de acordo com os encontrados neste estudo. Isto é, esta população não se diferencia da população geral no que diz respeito à formalização de sua atividade laboral.

Tabela 10 – Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao fato de ter tido algum trabalho registrado

Ter tido algum Trabalho registrado	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%		
Sim	142	66,35	48	51,07	190	61,69
Não	71	33,18	43	45,74	114	37,01
Nunca Trabalhou	1	0,47	3	3,19	4	1,30
Total	214	100	94	100	308	100

Trabalhando por ocasião do delito

Pouco mais da metade dos participantes deste estudo refere estar trabalhando por ocasião do delito que cometeu (56.17%). O fato de que 40.26% (Tabela 11) ter mencionado não estar trabalhando, vem reforçar a hipótese de que eles não se consideram desempregados pelo fato de não estarem desenvolvendo algum trabalho, conforme foi mencionado anteriormente, mas que provavelmente, tenham exercido atividades fora do mercado formal de trabalho.

Deve-se destacar que os sujeitos que negaram ter cometido o delito não foram considerados para esta análise o que justifica o número total inferior de

sujeitos da amostra.

Tabela 11 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o fato de estar trabalhando por ocasião do delito

Trabalhando por ocasião do delito	Condenado		Preso Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Sim	120	56,07	53	56,38	173	56,17
Não	88	41,12	36	38,30	124	40,26
Outra ¹	3	1,40	3	3,19	6	1,95
Nega o delito	3	1,40	2	2,13	5	1,62
Total	211	100	92	100	308	100

Outra¹: Aposentado e Nunca trabalhou

Como para a maioria das variáveis, também para o fato de se estar trabalhando por ocasião do delito não existe diferença significativa entre os presos condenados e provisórios [$\chi^2(3, N=303) = 1,41, p=0,70$].

Chama a atenção o fato de que em termos de escolaridade, há uma proporção 2,8 vezes maior de sujeitos que não concluíram o primeiro grau na amostra de presos, se comparados à população da região sudeste masculina com 10 anos ou mais (IBGE 2000).

Porém, quando se trata do trabalho registrado (61,69%), eles são semelhantes à esta mesma população (61,3%). Ou seja, apesar da baixa escolaridade, estas pessoas estariam conseguindo inserção no mercado de trabalho, o que se confronta com a idéia corrente de que “bandidos não trabalham” ou de que são “vagabundos”.

Foi possível observar que a maioria dos prisioneiros não completou o 1º grau de escolaridade, e que começaram a trabalhar precocemente. Isto vem de encontro à justificativa dada por eles nas entrevistas para o preenchimento do roteiro da

entrevista de inclusão, em que afirmavam ter parado de estudar para trabalhar.

Procurando portanto definir o perfil ocupacional dos prisioneiros pode-se dizer que tanto os condenados quanto os provisórios são: trabalhadores urbanos não qualificados (66,88%), começaram a trabalhar com 15 anos ou menos (83,44%), tiveram algum trabalho registrado (61,69%) e estavam trabalhando por ocasião do delito (56,17%).

III. FAMÍLIA

Condição do pai

Conforme indicado na Tabela 12, a maior parte dos prisioneiros refere que o pai está vivo (61,03%), em 28,90% dos casos o pai está morto e apenas uma pequena parte menciona não saber se ele vive (2,13%). Neste último caso os pais separaram-se e eles perderam o contato. Também foi mencionado o fato do prisioneiro ter o pai ignorado, estando nesta condição, 8,44% deles. Esta situação de pai ignorado significa que ele não teve o nome do pai mencionado em seu registro de nascimento. Os condenados e provisórios são semelhantes nesta variável, não se registrando diferença significativa entre eles [$\chi^2 (4, n = 308) = 2,68, p=0,61$].

Tabela 12 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a condição do pai

Condição do pai	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%		
Vivo	134	62,62	54	57,44	188	61,03
Morto	60	28,04	29	24,47	89	28,90
Ignorado	17	7,94	9	9,57	26	8,44
Não sabe	3	1,40	2	1,62	5	2,13
Total	214	100	94	100	308	100

Faixa etária em que perdeu o pai

Apesar de 10,71% ter referido a perda do pai após os 21 anos de idade, observa-se que 18.19% deles ficou órfão até 20 anos, conforme pode ser visto na Tabela 13 (que apresenta apenas a condição de “pai falecido”).

Os presos condenados e provisórios apresentaram resultados semelhantes nesta variável, por não existir evidência estatística de diferença entre eles [$\chi^2 (4, n = 89) = 2,68, p=0,61$].

Tabela 13 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a faixa etária em que perdeu o pai

Faixa etária em que perdeu o pai	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%		
1 a 10 anos	15	7,01	10	10,64	25	8,12
11 a 20 anos	20	9,35	11	11,70	31	10,07
21 anos ou mais	25	11,68	8	8,51	33	10,71
Total	60	28,04	29	30,85	89	28,90

Qualidade do relacionamento com o pai

No que diz respeito à qualidade do relacionamento com o pai não há evidência estatística de que os condenados diferenciem-se dos provisórios [$\chi^2 (4, n =$

308) = 5,07, p=0,28]. Todos que referiram ter pai vivo qualificaram o relacionamento com termos tais como: bom; muito bom; ótimo; bem; é dez, que foram reunidos sob a categoria relacionamento positivo, conforme indicado na Tabela 14 e correspondem a 61,04%.

O fato de muitos (22.73%) se enquadrarem no item “prejudicado” revela que são filhos de pai ignorado, ou perderam o contato e não sabe se ele vive, ou que nem chegaram a conhecer o pai ou ainda que eram crianças quando o pai faleceu, conforme pode ser visto na Tabela 14.

Tabela 14 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a qualidade do relacionamento com o pai

Qualidade do relacionamento com o pai	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Positivo¹	135	63,08	53	56,38	188	61,04
Negativo ²	16	7,48	5	5,32	21	6,82
Não Conviveu	19	8,88	7	7,45	26	8,44
Prejudicado ³	43	20,09	27	28,72	70	22,73
Não Referido	1	0,47	2	2,13	3	0,97
Total	214	100	94	100	308	100

Positivo¹: bom; muito bom; ótimo; bem; é dez. Negativo²: ruim; razoável. Prejudicado³: pai ignorado ou não sabe se vive; não conheceu o pai; era criança quando o pai morreu.

Condição da mãe

A grande maioria dos prisioneiros tem a mãe viva, 87,02%, conforme pode ser visto na Tabela 15. Existe fraca evidência estatística de diferença entre os presos condenados e provisórios para esta variável, com isso, pode-se dizer que também são parecidos em relação a este dado [$\chi^2 (4, n = 308) = 8,84, p=0,06$].

Tabela 15 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a condição da mãe

Condição da mãe	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Viva	184	85,99	84	89,37	268	87,02
Morta	28	13,08	8	8,51	36	11,69
Não sabe	2	0,93	1	1,06	3	0,97
Não Referido	0	0,0	1	1,06	1	0,32
Total	214	100	94	100	308	100

Faixa etária em que perdeu a mãe

Os prisioneiros que referiram a perda da mãe, 5,52% foi após os 21 anos de idade, conforme mostra a Tabela 16 (que apresenta apenas a condição de “mãe falecida”). Existe fraca evidência estatística de diferença entre os presos condenados e provisórios para esta variável, com isso, há similaridade entre eles em relação a estes dados [$\chi^2(4, n = 37) = 8,84, p=0,06$].

Tabela 16 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a faixa etária em que perdeu a mãe

Faixa etária em que perdeu a mãe	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
1 a 10 anos	8	3,74	3	3,19	11	3,57
11 a 20 anos	4	1,86	4	4,25	8	2,59
21 anos ou mais	16	7,48	1	1,06	17	5,52
Não Referido	0	0,0	1	1,06	1	0,32
Total	28	13,08	9	9,56	37	12,00

Os presos condenados foram os que mais referiram serem órfãos de mãe. Tanto a perda da mãe quanto a do pai é maior entre os presos condenados, talvez devido ao fato de que eles, em média, são mais velhos que os provisórios,

aumentando a possibilidade destas perdas.

Qualidade do relacionamento com a mãe

Como em relação ao pai, os presos condenados e provisórios não se diferenciam quanto à qualidade do relacionamento com a mãe [$\chi^2(3, n= 308) = 2,46$, $p=0,48$], mencionando na sua maioria (87,34%), um relacionamento positivo com ela (Tabela 17).

Efetivamente, a experiência da autora no contato com presidiários vem de encontro a este resultado, visto eles sempre se referirem à mãe como figura protetora, presente e que os aceita sempre, independentemente do crime que tenham cometido. Ela é a que nunca os abandona, em quaisquer circunstâncias.

Quando se compara o relacionamento referido por eles pelo pai (61,04%), constata-se que a relação materna é mais positivamente relatada.

Tabela 17 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a qualidade do relacionamento com a mãe

Qualidade do relacionamento com a mãe	Condenado		Preso Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Positivo¹	186	86,92	83	88,30	269	87,34
Negativo ²	10	4,67	3	3,19	13	4,22
Prejudicado ³	14	6,54	8	8,51	22	7,14
Não Referido	4	1,87	0	0,0	4	1,30
Total	214	100	94	100	308	100

Positivo¹: bom; muito bom; ótimo; bem. Negativo²: ruim; razoável. Prejudicado³: não sabe se vive; não se lembra dela.

Número de irmãos

O número mais referido foi de três ou quatro irmãos (30,19%).

A maioria, 71,11%, deles possui três ou mais irmãos. Com isso, eles

pertencem a famílias numerosas, com pelo menos quatro filhos, sendo que 22,73% se enquadram na prole de oito filhos ou mais (Tabela 18).

Não existe evidência estatística de diferença entre os presos condenados e provisórios quanto ao número de irmãos [χ^2 (5, n = 308) = 5,16, p=0,40].

Tabela 18 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o número de irmãos

Número de irmãos	Condenado		Preso Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
1 a 2	59	27,57	18	19,15	77	25,00
3 a 4	59	27,57	34	36,17	93	30,19
5 a 6	40	18,69	16	17,02	56	18,19
7 ou mais	49	22,90	21	22,34	70	22,73
Nenhum	6	2,80	5	5,32	11	3,57
Não Referido	1	0,47	0	0,0	1	0,32
Total	214	100	94	100	308	100

Pais vivem juntos

Pode-se observar que apenas 32,14% dos prisioneiros responderam que seus pais vivem juntos.

Quando somadas as respostas 'não' e 'prejudicado' o resultado mostra que 67,86% deles tiveram seus pais separados, principalmente pela morte de um deles ou pela condição de ter o "pai ignorado" (pelo fato de não ter o nome do pai em seu registro de nascimento) (Tabela 19).

E também para esta variável não existe evidência estatística de diferença entre os condenados e provisórios [χ^2 (2, n= 308) = 0,21, p=0,90].

Tabela 19 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o fato dos pais viverem juntos

Pais juntos	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%		
Sim	70	32,71	29	30,85	99	32,14
Não	61	28,50	26	27,66	87	28,25
Prejudicado¹	83	38,79	39	41,49	122	39,61
Total	214	100	94	100	308	100

Prejudicado¹: quando um dos pais morreu; pai ignorado

Por quem foi criado

Pouco mais da metade dos encarcerados respondeu ter sido criado por ambos os pais (50,32%), conforme se observa na Tabela 20, e 43,84% foi criado apenas por um dos genitores (principalmente a mãe, 23,38%) ou por parentes. Uma percentagem pequena é de adotados (1,62%). Os presos condenados e provisórios também são semelhantes nesta variável [$\chi^2(5, n= 308) = 3,17, p=0,67$].

Tabela 20 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com por quem foi criado

Por quem foi criado	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%		
Pais	111	51,87	44	46,81	155	50,32
Mãe	50	23,36	22	23,40	72	23,38
Pai	8	3,74	4	4,26	12	3,90
Mãe e outro ¹	13	6,07	6	6,38	19	6,17
Parente ²	17	7,95	10	10,64	27	8,77
Adotado	3	1,40	2	2,13	5	1,62
Não Referido	12	5,61	6	6,38	18	5,84
Total	214	100	94	100	308	100

Mãe e outro¹ : mãe e padrasto, e mãe e avó(s) Parente² : avó(s); tia; tios; irmã mais velha.

Ter companheira

A maioria dos participantes afirma ter companheira (61,36%). Destes, apenas 12,34% é casado legalmente, conforme Tabela 21. Também para esta variável, os presos são semelhantes [$\chi^2(1, n= 308) = 2,79, p=0,18$].

Tabela 21 – Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto a ter companheira

Companheira	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%		
Sim	126	58,88	63	67,02	189	61,36
Não	88	41,12	31	32,98	119	38,64
Total	214	100	94	100	308	100

Número de filhos

A presença de filhos, um a dois, foi mencionada por 41,88% dos participantes; também a mesma percentagem refere não possuir filhos (Tabela 22). Não existe evidência estatística de diferença entre os presos condenados e provisórios para esta variável [$\chi^2(3, n= 308) = 4,53, p=0,21$].

Constata-se que os participantes possuem menos filhos que seus pais, que era em sua maioria quatro ou mais.

Estes dados vêm de encontro aos dados do Censo (2000), que demonstrou existir uma acelerada queda da fecundidade no país, explicando a redução do tamanho das famílias, em que o número médio de componentes caiu de 3,9 pessoas, em 1991, para 3,5 em 2000.

Apesar de 61,36% dos sujeitos terem referido possuir companheira, observa-se que uma percentagem alta (41,88%) não tem filhos.

É importante mencionar que é comum as companheiras dos prisioneiros os

abandonarem na prisão, quando o tempo de relacionamento com elas era pequeno, principalmente quando não viviam juntos de modo sistemático.

E também é comum que eles conheçam mulheres, geralmente visitas de outros presos (parentes), na prisão, e com elas comecem a se relacionar, e então passam a se referir a elas como companheiras, quando de fato pouco se conhecem. Esta circunstância provavelmente justifica a alta percentagem de sujeitos sem filhos.

Tabela 22 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o número de filhos

Número de filhos	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%		
Nenhum	91	42,52	38	40,43	129	41,88
1 a 2	87	40,65	42	44,68	129	41,88
3 a 4	27	12,62	14	14,89	41	13,32
5 ou mais	9	4,21	0	0,0	9	2,92
Total	214	100	94	100	308	100

Família com problemas judiciais

Considerando a importância da família para o desenvolvimento da personalidade e dos valores adotados pela pessoa, julgou-se interessante investigar a existência de antecedentes criminais junto aos familiares dos participantes. Neste sentido procurou-se saber do envolvimento de membros da família com crimes.

Comparando os presos condenados aos provisórios quanto à esta variável, não se encontrou diferença significativa [χ^2 (3, n= 308) = 3,31, p=0,35]. A maioria (73,07%) refere que a família não tem problemas judiciais, conforme se observa na Tabela 23. Isto é, não praticaram crimes em relação aos quais tenham sido julgados

e condenados, portanto, sem envolvimento com a justiça criminal.

Tabela 23 – Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao fato da família ter problemas judiciais

Família com Problemas Judiciais	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Sim	50	23,36	30	31,91	80	25,65
Não	162	75,70	63	67,03	225	73,07
Sem contato com a família	1	0,47	0	0,0	1	0,33
Não Referido	1	0,47	1	1,06	2	0,65
Total	214	100	94	100	308	100

Uso de drogas ilícitas pelos pais

A grande maioria afirma que os pais não usaram drogas ilícitas (97,73%) (Tabela 24).

Dentre os que o fizeram, o pai é quem foi mencionado. Também para esta variável não existe evidência estatística de diferença entre os presos condenados e provisórios [χ^2 (2, n= 308) = 0,07, p=0,97].

Tabela 24– Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o uso de drogas ilícitas pelos pais

Uso de drogas ilícitas pelos pais	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Não sabe	2	0,93	1	1,06	3	0,97
Não usaram	209	97,66	92	97,87	301	97,73
Pai	3	1,40	1	1,06	4	1,30
Total	214	100	94	100	308	100

Uso de bebida alcoólica pelos pais

Não se observa diferença significativa entre os presos condenados e

provisórios quanto ao uso de bebida alcoólica pelos pais [χ^2 (4, n= 308)= 3,78, $p=0,44$]. A resposta mais incidente para esta questão, foi a de que não usaram (63,64%). Quando existiu a referência de que houve o uso de bebida, o pai é a pessoa mais referida (24,68%), conforme Tabela 25.

Tabela 25 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o uso de bebida alcoólica pelos pais

Uso de bebida alcoólica pelos Pais	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Pai	56	26,17	20	21,28	76	24,68
Mãe	13	6,07	7	7,45	20	6,49
Pais	9	4,21	2	2,13	11	3,57
Não sabe	2	0,93	3	3,19	5	1,62
Não usaram	134	62,62	62	65,95	196	63,64
Total	214	100	94	100	308	100

Considerando que os presos condenados não se diferenciam dos provisórios quanto aos dados concernentes à família, pode-se dizer que a maioria tem pai vivo (61,03%).

Quando o pai é falecido, observa-se que 18,19% deles ficou órfão até 20 anos e mais do que o pai, 87,02% menciona ter a mãe viva e se ela faleceu a faixa etária mais freqüente em que ficou órfão de mãe foi acima de 21 anos. A qualidade do relacionamento foi considerada positiva tanto para o pai (61,04%) quanto para a mãe (87,34%).

Pertencem a família numerosa, com pelo menos quatro filhos (30,19%). Foram criados pelos pais (50,32%), têm companheira (61,36%), não têm filhos (41,88%) ou tem de um a dois filhos (41,88%), não têm outras pessoas na família com problemas judiciais (73,06%). Os pais não usaram drogas ilícitas (97,73%) e

nem bebida alcoólica (63,64%).

IV. CONDIÇÃO FINANCEIRA VIVIDA

Condição financeira na infância

A maioria dos participantes relatou ter passado por dificuldade financeira na infância, 56,17%, conforme se vê na Tabela 26. Sendo que os presos condenados e provisórios não se diferenciam quanto a esta variável [χ^2 (2, n=308) = 4,67, p=0,09].

A dificuldade financeira é referida principalmente em casos em que passavam por maiores privações, como fome, frio ou mesmo necessidade de trabalhar desde criança, para ajudar no sustento da família.

Aparentemente, para esta população, o fato de pertencer a uma classe economicamente desfavorecida não é motivo suficiente para dizer que passou por dificuldade.

Tabela 26 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o fato de ter tido dificuldade financeira na infância

Dificuldade financeira na infância	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%	f	f%
Sim	125	58,41	48	51,06	173	56,17
Não	86	40,19	41	43,62	127	41,23
Não Referido	3	1,40	5	5,32	8	2,60
Total	214	100	94	100	308	100

Condição financeira na adolescência

Pouco mais da metade, 50,97% dos encarcerados relata não ter passado por

dificuldade financeira na adolescência (Tabela 27). Sendo que esta característica se aplica a presos condenados e provisórios, que apresentaram respostas semelhantes para esta variável [$\chi^2(2, n= 308) = 0,56, p=0,75$].

Quando admitida a dificuldade financeira na adolescência ela também se aplica apenas a casos mais extremos, como por exemplo passar fome.

Tabela 27 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o fato de ter tido dificuldade financeira na adolescência

Dificuldade financeira na adolescência	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Sim	100	46,73	45	47,87	145	47,08
Não	109	50,93	48	51,07	157	50,97
Não Referido	5	2,34	1	1,06	6	1,95
Total	214	100	94	100	308	100

O fato dos participantes começarem a trabalhar no início da adolescência (37,98%) entre os 13 e 15 anos, pode ser um dos fatores que influenciou para que um pouco mais da metade deles afirmasse não ter passado por dificuldades financeiras nesta fase.

Condição financeira na vida adulta

Diferentemente da adolescência, a maioria refere ter passado por dificuldade financeira na vida adulta, 60,72%, conforme se observa na Tabela 28, sem que haja diferença significativa quanto a esta variável entre os presos condenados e provisórios [$\chi^2(2, n= 308) = 5,38, p=0,70$].

Pode-se dizer que os participantes seguiram a mesma regra relativa à dificuldade financeira na infância e na adolescência, conforme explicitado anteriormente.

Tabela 28 – Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao fato de ter dificuldade financeira na vida adulta

Dificuldade financeira na vida adulta	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
1. Sim	139	64,96	48	51,07	187	60,72
2. Não	69	32,24	43	45,74	112	36,36
3. Não Referido	6	2,80	3	3,19	9	2,92
Total	214	100	94	100	308	100

Foi mencionado anteriormente que os prisioneiros referiram estar trabalhando quando cometeram o delito, sendo que muitos justificam os crimes como uma maneira de suprir suas necessidades financeiras.

Realmente, eles são em sua maioria trabalhadores urbanos não qualificados, que recebem baixos salários. Contudo, deve-se mencionar que segundo os dados revelados pelo IBGE 2000, 66,30% das pessoas ocupadas ganhavam até dois salários mínimos e nem por isto tratam-se de pessoas criminosas.

Em relação à condição financeira vivenciada pelos prisioneiros, constata-se que aproximadamente a metade deles (56,17%) passou por dificuldades na infância, e na adolescência, apesar de 50,97% deles ter considerado que não passou por dificuldades, observa-se que um percentual próximo (47,08) afirmou tê-la passado e o percentual aumentou na fase adulta (60,72%).

Como foi mencionado anteriormente, o fato dos participantes começarem a trabalhar principalmente a partir dos 13 anos, pode ter influenciado para que houvesse uma pequena melhora na situação econômica deles na adolescência, visto que antes dependiam dos pais para tudo.

Quanto ao fato de na vida adulta prevalecerem novamente os que admitem dificuldade financeira é, provavelmente, porque nesta fase as responsabilidades

aumentaram, visto que 46,43% deles relatou possuir algum vínculo estável com companheiras e 41,88% mencionou ter filhos. E segundo os dados do IBGE 2000, 66,30% da população ocupada ganhava até dois salários mínimos.

V. ASPECTOS AFETIVO-RELACIONAIS

Os aspectos afetivo-relacionais são de grande relevância para a vida de uma pessoa, pela importância que desempenham no desenvolvimento da personalidade e na saúde mental, inclusive Simon (1988) atribui a eles um dos fatores essenciais para a prevenção da reincidência criminal.

Saber quem são as pessoas consideradas importantes para os participantes, as lembranças que marcaram sua infância e adolescência e o fato de terem amigos, mostram alguns destes aspectos.

Pessoa referida como mais importante no passado

A maioria dos prisioneiros afirma ser a mãe a pessoa mais importante no passado, 42,54%, seguida da família (25,65%), categoria que inclui respostas do tipo: avó(s), prima, irmão, filhos e companheira; mãe e irmã; cunhado; tios, primo, como pode ser visualizado na Tabela 29.

Mais uma vez, condenados e provisórios também apresentaram resultados semelhantes para esta variável [χ^2 (5, n= 308) = 3,17, p=0,68].

Tabela 29 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a pessoa referida como mais importante do passado

Pessoa mais importante do passado	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Mãe	92	42,99	39	41,49	131	42,54
Pai	14	6,54	8	8,51	22	7,14
Pais	22	10,28	10	10,64	32	10,39
Mãe e outro ¹	2	0,93	3	3,19	5	1,62
Família ²	58	27,11	21	22,34	79	25,65
Outro ³	26	12,15	13	7,44	39	12,66
Total	214	100	94	100	308	100

Mãe e outro¹: mãe e filhos; mãe e avó. Família²: avó(s); prima; irmão; filhos e companheira; mãe e irmã; cunhado; tios; primo. Outro³: namorada; esposa; ex-mulher; ex-namorada; ninguém; Deus; amigo; padrasto.

Pessoa referida como mais importante atualmente

A família foi referida como sendo mais importante atualmente por 43,84% dos participantes, conforme se apresenta na Tabela 30.

Importante ressaltar que a referência foi feita em relação à família como um todo e não especificamente a alguém, como aconteceu em relação ao passado, que era a mãe. Em segundo aparece a mãe com 31,82% de ocorrências.

Tanto os condenados quanto os provisórios apresentaram resultados semelhantes para esta variável [$\chi^2(6, n= 308) = 3,26, p=0,77$].

Os prisioneiros geralmente apontam o apoio que recebem da família, principalmente nas figuras femininas como a mãe, companheiras e irmãs, que os visitam regularmente e lhes fornecem gêneros como alimentos (os que são permitidos que se receba), produtos de higiene pessoal, de limpeza, roupas e materiais para que façam trabalhos manuais (carrinhos, porta-retrato, enfeites, etc.) que são vendidos fora da prisão, via de regra, por elas.

A autora acredita que um dos motivos que faz o prisioneiro se referir à família como sendo mais importante atualmente, do que alguém específico, é por este apoio que recebem na prisão.

Também o fato deles incluírem os filhos e companheira na categoria 'família', faz com que ela seja mais referida do que uma pessoa em especial que poderia ser apontada.

Tabela 30 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a pessoa referida como mais importante atualmente

Pessoa mais importante atualmente	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Mãe	65	30,37	33	35,10	98	31,82
Pai	5	2,34	2	2,13	7	2,27
Pais	11	5,14	7	7,45	18	5,84
Família¹	95	44,40	40	42,55	135	43,84
Companheira ²	27	12,61	10	10,64	37	12,01
Outro ³	11	5,14	2	2,13	13	4,22
Total	214	100	94	100	308	100

Família¹: avó(s); filho(s); companheira e filho(s); pais, filho e companheira; cunhado(a); irmã; netos; irmãos; sobrinha; tia; tios; mãe e filho(s); mãe e companheira; Pais/filho/companheira (também inclui referência apenas à mãe ou pai); Pai e companheira (inclui pais e companheira). Companheira² : namorada; noiva; ex-namorada

Outro³: amigo(a); Deus; ninguém.

A melhor lembrança da infância

O lazer (brincar; passear; ganhar um presente; pescar; ir às festas; diversão de um modo geral; ir à praia; a própria festa de aniversário) foi apontado como sendo a melhor lembrança da infância dos participantes, 30,52%, seguido da escola (14,29%) conforme se vê na Tabela 31. As respostas foram semelhantes para esta questão, tanto dos condenados quanto dos provisórios $\chi^2 (6, n= 308) = 1,38$,

p=0,86].

A escola foi pouco freqüentada pelos participantes, e mesmo assim, é considerada como uma das melhores lembranças deles. Quando se referem à escola, lembram-se de amizades, brincadeiras, a liberdade que tinham, a criança que eram, e isto evidentemente, traz sentimentos positivos que são preservados.

Tabela 31 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a melhor lembrança da infância

Melhor lembrança da infância	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Escola	31	14,49	13	13,83	44	14,29
Família ¹	29	13,55	13	13,83	42	13,64
Lazer²	61	28,50	33	35,11	94	30,52
Não Lembra	29	13,55	9	9,57	38	12,34
Não tem	30	14,02	12	12,76	42	13,64
Outra ³	27	12,62	10	10,64	37	12,01
Não Referido	7	3,27	4	4,26	11	3,57
Total	214	100	94	100	308	100

Família¹: mãe; avó; pais vivendo juntos; convívio com a família. Lazer²: brincar; passeio; ganhar um presente; pescar; festa; diversão; ir à praia; festa de aniversário. Outra³: não envolvimento com o crime (quando não usava nada e não roubava nada; era livre); viver em outro local (quando morava em X; quando morava em sítio); muitas; trabalho.

A melhor lembrança da adolescência

Também o lazer (passear; namorar; conhecer pessoas; quando conheceu a namorada; ganhar presentes; festas; dançar; pescar; viajar; jogar) foi apontado como sendo a melhor lembrança da adolescência dos encarcerados, 32,78%. Comparando os condenados e provisórios não existe evidência estatística de diferença para esta variável [$\chi^2(6, n= 308) = 1,13, p=0,98$].

Pode-se constatar que 22,73% refere não ter tido nenhuma lembrança

considerada como ‘melhor’ da adolescência.

O envolvimento com as drogas, com o mundo do crime, com a insegurança das ruas, com as companhias consideradas ruins, com a perseguição policial, são fortes lembranças referidas por estes prisioneiros que acabam se sobrepondo às recordações positivas que tiveram neste período.

O estudo e o trabalho é referido em terceiro lugar entre a melhor lembrança (14.94%), conforme pode ser visto na Tabela 32.

Tabela 32 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a melhor lembrança da adolescência

Melhor lembrança da adolescência	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Estudo/trabalho	34	15,89	12	12,77	46	14,94
Lazer¹	70	32,71	31	32,97	101	32,78
Família ²	21	9,81	11	11,70	32	10,39
Outra ³	14	6,54	8	8,51	22	7,14
Não tem	49	22,90	21	22,34	70	22,73
Não lembra	18	8,41	7	7,45	25	8,12
Não Referido	8	3,74	4	4,26	12	3,90
Total	214	100	94	100	308	100

Lazer¹: passeio; namorar; conhecer pessoas; quando conheceu a namorada; ganhar presentes; festas; dançar; pescar; viajar; jogar. Família²: irmãos; nascimento do filho; pai. Outra³: adquirir bem; não envolvimento com o crime (estava fora do crime; vivia em liberdade); mudança de cidade; muitas.

A pior lembrança da infância

Agressão física, acidente ou doença foram citadas como as piores lembranças da infância (21.43%) numa proporção muito próxima aos que alegam não tê-las (21.10%) ou dos que referem algum falecimento (20.13%), veja Tabela 33.

Tanto os presos condenados quanto os provisórios apresentaram respostas similares para esta variável, não existindo evidência estatística de diferença entre

eles [$\chi^2 (7, n= 308) = 8,33, p=0,30$].

Optou-se por colocar na mesma categoria a agressão física, o acidente ou doença sofridos pelo participante, visto provocarem sofrimento físico.

A agressão física foi mencionada tanto em relação a si próprio quanto a que ele presenciou do pai agredindo a mãe, geralmente estando este alcoolizado.

A menção de não ter tido lembranças ruins na infância, se deve ao fato de que muitos participantes verbalizaram preferir ficar com as boas, e esquecer completamente as ruins, com isso, elas não provocam sofrimento.

Portanto, não ter lembranças ruins não deve ser interpretado como se eles tivessem tido uma infância feliz, como uma análise mais superficial dos dados pode sugerir

O falecimento de pessoas queridas também aparece como uma das piores recordações da infância, principalmente de pais e parentes próximos, como avós, tios e irmãos.

É interessante notar que a privação de brinquedos, roupas, viagens e passeios não foi mencionada como lembrança ruim da infância, mas a descoberta de que fulano não era seu pai verdadeiro, o acordar muito cedo, o penoso trabalho na roça, ser obrigado a ingerir bebida alcoólica, as brigas com irmãos e internação na Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem).

Também a separação dos pais e conflitos de relacionamento entre eles foram consideradas como das piores recordações infantis, indicando a importância dos relacionamentos interpessoais e o peso dos aspectos afetivo-relacionais para a vida emocional deles .

Tabela 33 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a pior lembrança da infância

Pior lembrança da infância	Condenado		Preso Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Falecimento ¹	41	19,16	21	22,34	62	20,13
Separação e brigas dos pais	20	9,35	12	12,77	32	10,39
Algo ruim ²	8	3,74	5	5,32	13	4,22
Não lembra	25	11,68	4	4,26	29	9,42
Não tem	47	21,96	18	19,15	65	21,10
Privado de algo ³	24	11,21	6	6,38	30	9,74
Agressão física⁴ / Acidente/ Doença	42	19,63	24	25,52	66	21,43
Não Referido	7	3,27	4	4,26	11	3,57
Total	214	100	94	100	308	100

Falecimento¹: de parente; amigo; pais; um dos pais; avó(s), irmão. Algo ruim²: descoberta de que X não era seu pai verdadeiro; acordar muito cedo; trabalhar na roça; beber obrigado; brigas com irmãos; internação na Febem. Privado de algo³: de estudar; da mãe; do pai; coisas materiais (fome, frio, miséria). Agressão física⁴: de mãe, pai ou irmãos; de tios; de vizinhos ; de pai em relação à mãe.

A pior lembrança da adolescência

A referência de não ter tido nenhuma lembrança considerada como sendo a pior da adolescência esteve presente em 23,38% dos casos, sendo a mais incidente dentre elas, seguida de 'ser preso/Febem' com 16,88% (Tabela 34). Na comparação entre os condenados e provisórios não existe evidência estatística de diferença para esta variável, apresentando resultados semelhantes quanto à pior lembrança da adolescência [$\chi^2(9, n= 308) = 4,11, p=0,90$].

Parece que o recordar situações de sofrimento é algo que os prisioneiros evitam mais do que os indivíduos que estão livres, pois eles afirmam que “pesa a cadeia” lembrar de coisa ruim, visto ser a prisão um local aonde o sofrimento já se faz presente.

O fato de que a grande maioria dos prisioneiros começou a trabalhar precocemente, propiciou a eles a melhora na condição financeira, pois eles relatam

que puderam comprar roupas e calçados que não conseguiriam ter se dependessem da família, mesmo porque, boa parte do que ganhavam era justamente para ajudar no sustento desta.

Com isso, a situação de penúria a que muitos foram submetidos na infância, teve uma certa melhora na adolescência, fazendo com que referissem mais freqüentemente que não tinham uma “pior lembrança”.

O confinamento, tanto a nível de instituições que abrigam adolescentes em conflito com a Lei quanto a própria prisão, também foi mencionado como das piores lembranças da adolescência. Muitos começaram a se envolver com a criminalidade antes de completarem 18 anos (33,12%) e ainda, o número de adolescentes (faixa etária de 18 a 21 anos com 28,9% dos participantes) foi grande neste estudo, com isso, o aprisionamento foi freqüentemente referido.

Tabela 34 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a pior lembrança da adolescência

Pior lembrança da adolescência	Condenado		Preso Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Falecimento ¹	26	12,15	12	12,77	38	12,34
Ser preso/ <u>Febem</u>	37	17,29	15	15,96	52	16,88
Dificuldade financeira	11	5,14	3	3,19	14	4,54
Incontinência familiar ²	17	7,94	6	6,38	23	7,47
Acidente ³ /Ferimentos/Doença	21	9,81	7	7,45	28	9,09
Não lembra	27	12,62	9	9,57	36	11,69
Não tem	45	21,04	27	28,72	72	23,38
Outra ⁴	23	10,74	11	11,7	34	11,04
Não Referido	7	3,27	4	4,26	11	3,57
Total	214	100	94	100	308	100

Falecimento¹: de parente; amigo; pai; mãe; irmão, avó(s). Incontinência familiar²: apoio que não tinha da família; abandonado pela família; pais não aconselhavam; vivia sozinho; viver na rua; ausência de genitor (inclui separação dos pais; pai foi embora). Acidente³: foi atacado por cão; cobra picou; caiu e machucou-se; tombo de bicicleta; atropelado por carro. Outra⁴: tentativa de suicídio; comentários que

não gostava (mãe falava mal do pai; foi acusado injustamente); rompimento de relacionamento (separação da mulher; namorada; amásia; noiva); foram muitas; perder algum bem material (perdeu a moto; roubaram sua bicicleta); usar drogas; crime e pessoas envolvidas com o crime

Amigo(s)

A grande maioria refere ter amigo, 83,12%, conforme mostra a Tabela 35. Não existe evidência estatística de diferença entre eles [χ^2 (1, n= 308) = 0,08, p=0,77].

É interessante mencionar que eles dizem que os amigos que consideram são aqueles de fora da prisão, no ambiente carcerário, eles tem colegas e conhecidos.

A autora supõe que a probabilidade de serem traídos (alcagoetados) existe e amigos dificilmente traem, assim como apegarem-se a alguém que também esteja preso e esta pessoa ser transferida ou sair da prisão antes deles, e com isso, perderem o contato, são motivos para que procurem não desenvolver vínculos lá dentro.

Acreditar que prisioneiros de um modo geral são pessoas que não conseguem estabelecer algum tipo de vínculo com outras pessoas, como se pôde constatar, é uma idéia equivocada, pois se assim o fosse, poucos teriam se referido ao fato de terem amigos.

Tabela 35 – Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao fato de ter amigos

Amigos	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Sim	177	82,71	79	84,04	256	83,12
Não	37	17,29	15	15,96	52	16,88
Total	214	100	94	100	308	100

Os aspectos afetivo-relacionais pesquisados dos prisioneiros revelam que os

condenados e provisórios não apresentam diferenças significantes entre si, podendo-se portanto fazer uma súmula para toda a população pesquisada.

A mãe é considerada a pessoa mais importante no passado (42,54%), e a família atualmente (43,84%), o lazer foi apontado como sendo a melhor lembrança da infância (30,52%) e da adolescência (32,78%). A 'agressão física, acidente e doença' são referidos como as piores lembranças da infância (21,43%) e 'não tem' uma pior lembrança da adolescência é a resposta mais freqüente (23,38%). A maioria dos prisioneiros afirmou ter amigos (83,12%) geralmente externos à situação da prisão.

VI. AUTOCRÍTICA

Buscar respostas sobre os conceitos que os prisioneiros têm de si mesmos, foi o principal motivo de se formular questões a respeito de autocrítica.

O senso comum afirma que os prisioneiros são pessoas que não refletem sobre a própria vida, não reconhecem seus erros, não conseguem 'aprender com a experiência', pouco se importam com o passado, vivem o presente – a prisão, como se estivessem num hotel, não fazem planos para o futuro, enfim, como pessoas que não se comprometem com a própria vida.

Observe-se o que eles pensam a respeito destes aspectos.

Maior defeito

Quando se pediu que apontasse seu maior defeito, referir uma característica negativa foi a resposta mais freqüente para esta variável, 61,36%. Em seguida, a atribuição de algo relacionado ao crime é mencionado pelos prisioneiros como sendo o maior defeito (19,81%), conforme pode ser visto na Tabela 36. Ao se

comparar os condenados e provisórios, não existe evidência estatística de diferença entre eles quanto ao que consideram ser o maior defeito que tenham [$\chi^2(4, n= 308) = 4,77, p=0,31$].

Para a categoria “uma característica negativa”, optou-se por agrupar conceitos que denotam uma característica pessoal por ele considerada como ruim, porém que não estivesse relacionada ao crime.

Algumas destas características têm um duplo sentido inclusive, como a autora tem observado, como por exemplo, ‘ser honesto’.

Para o encarcerado ser honesto significa manter certos padrões de conduta com as pessoas, como não enganar seus amigos, não pegar objetos de outro encarcerado, pagar as dívidas dentro da prisão, não alcagoetar seus companheiros, resistir à tentação e não cobiçar a mulher de outro prisioneiro, enfim, obedecer a certas normas que o ambiente carcerário impõe.

Muitas destas normas são essenciais para a sua adaptação e sobrevivência no cárcere, sendo chamadas de prisonização (Costa, 1980).

A característica negativa mencionada por eles sempre tinha o sentido de que era algo que não gostavam de possuir, fosse ela um conceito sobre as pessoas (querer que as pessoas sempre façam o que ele quer, olhar o defeito alheio, querer a perfeição dos outros); uma característica física de si mesmo (problema físico); um defeito do seu próprio caráter (irresponsabilidade, egoísmo, mentir); algo que acreditam ser positivo mas que as pessoas vêem como uma falha sua (ser humilde, ser bom, ser honesto demais, ser paciente, ser brincalhão); ser facilmente enganado pelas pessoas (ingenuidade); um conceito pejorativo de si mesmo (ser burro, ser pobre, ser analfabeto); um aspecto negativo do seu modo de ser com as pessoas (não ser pontual, querer tudo certo, machismo, ser ciumento); um aspecto pessoal

que acreditam ser ruim relacionado ao jeito de ser (não gostar da solidão, falar alto, ser impaciente, não gostar que chamem sua atenção, ter inimigos, não pedir ajuda, não escutar a família, timidez, nervosismo, confiar cegamente, ser exigente, ser perfeccionista, ser teimoso, ir pelos outros, não fazer planos, ser mulherengo, imprevisível, falar muito, ter gênio difícil, falar o que pensa, ser desobediente, ser ambicioso, ser ansioso, não conseguir manter relacionamentos, ser um sonhador, não gostar de barulhos) e algum vício que possuem que não seja considerado crime (beber e fumar).

Tabela 36 – Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao maior defeito

Maior Defeito	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Característica negativa¹	134	62,62	55	58,51	189	61,36
Relacionado ao crime ²	43	20,09	18	19,15	61	19,81
Não Sabe	12	5,61	12	12,77	24	7,79
Não tem	22	10,28	8	8,51	30	9,74
Não Referido	3	1,40	1	1,06	4	1,30
Total	214	100	94	100	308	100

Característica negativa¹: ser burro; ser humilde; problema físico; não ser pontual; não gostar da solidão; irresponsabilidade; querer que as pessoas sempre façam o que quer; ser bom; falar alto; ser impaciente; não gostar que chamem sua atenção; ter inimigos; ser honesto demais; querer tudo certo; não pedir ajuda; ser paciente; egoísta; não escutar a família; timidez; nervosismo; exigente; perfeccionista; ser brincalhão; teimosia; confiar cegamente; beber; fumar; ir pelos outros; ingenuidade; não fazer planos; mulherengo; imprevisível; falar muito; olhar defeito alheio; gênio difícil; falar o que pensa; desobediência; ambição; ansiedade; querer a perfeição dos outros; não conseguir manter relacionamentos; mentir; ser pobre; machismo; ciumento; sonhador; não gostar de barulho; ser analfabeto. Relacionado a crime²: roubar; estar preso; vida que leva; ter feito o crime; usar drogas; envolvimento com criminosos.

As perguntas formuladas sobre o que o encarcerado pensa do passado, do presente, do futuro e da sua própria vida, tinham como objetivo fazê-lo refletir a respeito de experiências vividas, bem como, saber sobre seus planos para o futuro,

enfim, levá-lo a pensar sobre sua própria vida.

O que pensa do passado

Algo negativo como sendo o que pensa do passado foi referido por 39,93% dos participantes. A menção de algo positivo também foi freqüentemente atribuído, em 28,90% das ocorrências (Tabela 37). Também para esta variável, não existe evidência estatística de diferença quando se compara condenados e provisórios [χ^2 (3, n= 308) = 4,92, p=0,18].

Geralmente o prisioneiro atribui ao passado aspectos negativos que viveu e que o levaram a se envolver com o mundo do crime. É comum ouvir que as companhias ruins que ele não evitou em muito influenciaram sua conduta anti-social.

A família como referência de não envolvimento com o crime, aparece em muitas verbalizações.

Comumente dizem que se tivessem escutado seus pais, não teriam o envolvimento com o crime, mas ao invés disto, escutaram a voz da ambição, das drogas, da facilidade em se conseguir objetos e dinheiro, mas ao mesmo tempo, 'do mesmo jeito fácil que vieram, eles vão' como muitos dizem.

Também o trabalho é bastante citado quando o passado é comentado, sentem que mesmo ganhando pouco, mas tendo a liberdade, era de fato o mais importante.

Difilmente um prisioneiro fala do trabalho como algo pejorativo, mas é comum referirem às dificuldades que tinham, visto o que ganhavam não era suficiente.

Quanto às respostas com conteúdo positivo (melhor época da vida, foi bom) embora de forma menos freqüente, também aparece em 28,90% dos casos (Tabela

37). Quando ocorrem, são no geral, no sentido de comparar o passado em liberdade, com o presente enclausurado, mais uma vez, o sentimento está relacionado com o aprisionamento.

Na categoria 'outra', respostas como 'não quero pensar' foi muito freqüente, visto que o passado traz recordações ruins, experiências carregadas de sofrimento, com isso, o melhor é esquecer. Também nas referências 'queria voltar atrás' se deve ao fato do participante, se pudesse, mudaria o rumo de sua vida; neste sentido, sente como se ele tivesse optado pela criminalidade. Ainda nesta categoria, muitos responderam 'nada', denotando que não querem manifestar juízo crítico frente às suas experiências de vida.

De um modo geral, sentir o passado como algo negativo, que causou sofrimentos e angústias, parece ser constante para os participantes. Seria como se no passado estivessem as causas da sua condição presente, mas que poderá ser modificado no futuro de suas vidas, como se verá pelos dados apresentados a seguir.

Tabela 37– Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o que pensa do passado

O que pensa do passado	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%		
Positivo ¹	59	27,57	30	31,91	89	28,90
Negativo²	90	42,06	33	35,11	123	39,93
Positivo e negativo ³	17	7,94	3	3,19	20	6,49
Outra ⁴	48	22,43	28	29,79	76	24,68
Total	214	100	94	100	308	100

Positivo¹: foi bom; melhor época da vida; nada para queixar dele. Negativo²: podia ser melhor; péssimo; revoltado; ruim; muita dificuldade; se pudesse cancelar começaria de novo; não tomou decisões certas; não pode aproveitar; bola para frente, o que passou, passou; triste; nada de bom; envolvimento ruins; só perdeu; perturbações; horrível; cruel; arrependimento em usar drogas e roubar; não foi bom; trágico. Positivo e negativo³: uma parte foi boa e outra não; teve coisas

boas e ruins; até uma época foi bom e depois foi para a Febem; ficou péssimo. Outra⁴: não quer pensar; resposta não pertinente (está em contínuo progresso; voltar à infância; queria voltar atrás; não se arrepende; apenas lembranças; nunca é tarde para reconciliar; trabalhar; experiências); nada.

O que pensa do presente

Quando questionados sobre o presente, referem pensar algo negativo em 42,21% dos casos, porém a perspectiva de melhora vem em segundo lugar, sendo mencionada em 35,71% das vezes, conforme se observa na Tabela 38.

O presente foi bastante associado à prisão. Estar preso é algo que implica em sentimentos como sofrimento, tristeza, dificuldade, horror, vergonha, dentre outros. Tanto os presos condenados quanto os provisórios, responderam de modo semelhante para esta variável, não existindo evidência estatística de diferença entre eles [$\chi^2(3, n= 308) = 1,51, p=0,68$].

Os que referiram algo positivo em relação ao presente, também o fizeram tendo como ponto de partida a prisão.

Expressões como 'está bem' é no sentido de que poderia ter sido pior, poderia já ter sido morto pela polícia, por seus pares ou pelas drogas.

A 'purificação' geralmente citada pelos evangélicos, que sentem na prisão uma forma de reparação de seus pecados e chamado de Deus para uma vida melhor, com honestidade, longe das drogas.

A respeito do 'aprendizado bom' quando acreditam que ser preso ensina coisas que o mundo 'lá fora' não poderia ensinar, é como se tivessem que passar por certas experiências para valorizar determinados aspectos de sua vida, e citam com frequência, o valor à família.

Na categoria 'perspectiva de melhora', percebe-se uma vontade em não sentir-se preso, em poder trabalhar, em ver a família unida, em poder ser feliz (a

prisão traz a infelicidade), em resgatar valores perdidos (reintegrar à sociedade).

É interessante observar que muitos prisioneiros conseguem aliviar sua estadia na prisão, com pensamentos de ‘dias melhores’ num futuro próximo, longe das grades.

Tabela 38 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o que pensa do presente

O que Pensa do Presente	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Positivo ¹	27	12,62	8	8,51	35	11,36
Negativo²	90	42,06	40	42,55	130	42,21
Perspectiva de melhora ³	76	35,51	34	36,17	110	35,71
Outra ⁴	21	9,81	12	12,77	33	10,71
Total	214	100	94	100	308	100

Positivo¹: está bem; purificação; poderia ser pior; aprendizado bom. Negativo²: ruim, está preso; uma porcaria; queria mudar isso; péssimo; é triste; está difícil; sofrimento; vergonhoso; horrível. Perspectiva de melhora³: viver bem com a família; reunir a família; trabalhar na prisão; tudo vai melhorar; reintegrar à sociedade; sair da prisão e trabalhar; ter apoio; ser feliz; buscar a felicidade; realizar desejos. Outra⁴: Resposta não pertinente (aguardar, esperar; ser o que é; ver Deus; é a realidade; é especial; continuar a vida); Reparação (pagar a cadeia que deve; errou e tem que pagar); Nada (inclui não quer pensar).

O que pensa do futuro

Em relação ao que pensam do futuro, 50,65%, acha que seja melhor de um modo geral e 38,31% aponta a perspectiva de melhora relacionada ao trabalho e família (Tabela 39). Novamente os presos condenados e provisórios responderam de forma semelhante a esta variável, não existindo evidência estatística de diferença entre eles [$\chi^2(2, n= 308) = 0,65, p=0,97$].

Agrupou-se na categoria ‘perspectiva de que seja melhor’ respostas mais genéricas (será melhor, ser feliz, viver bem) ou ainda englobando vários aspectos a serem melhorados (parar com as drogas e dar orgulho para à mãe; ter casa

novamente, ter vida digna; construir casa, estudar e ter família; sair do crime e viver bem).

Sobre algum tema ligado à prisão (parar com as drogas, parar de fazer coisas erradas, ter liberdade, mudar de vida, sair do crime) e à própria condição pessoal (ter casa, ter vida digna, conquistar o que quiser, construir uma casa).

Quanto às respostas sobre o trabalho e a família, tanto citando-os separadamente, quanto juntos, também foram colocadas na categoria 'perspectiva de melhora no trabalho e família'.

A necessidade de desenvolver o trabalho honesto é uma tônica entre os encarcerados (sair e trabalhar; sair e arrumar serviço), assim como aqueles que sentem a necessidade de resgatar ou constituir uma família (criar o filho; formar família; ajudar a família; encontrar a família) e ainda os que citam tanto o trabalho quanto a família como motivos de suas perspectivas para o futuro (trabalhar e constituir família; trabalhar e criar os filhos; trabalhar e cuidar da família).

Portanto, trabalhar e vincular-se à família é uma necessidade dos participantes, assim como é, normalmente, para as pessoas de um modo geral. Mas no caso deles, o estigma social de ex-presidiários provavelmente dificultará as chances de reintegração social, criando condições para reincidências, que tornam praticamente impossível a realização destas expectativas.

Tabela 39– Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o que pensa do futuro

O que pensa do futuro	Preso				Total f f%	
	Condenado		Provisório			
	f	f%	f	f%		
Perspectiva de melhora no trabalho e família ¹	82	38,32	36	38,30	118	38,31
Perspectiva de que seja melhor²	109	50,93	47	50,00	156	50,65
Outra ³	23	10,75	11	11,70	34	11,04
Total	214	100	94	100	308	100

Perspectiva de melhora no trabalho e família¹ : trabalho (sair e trabalhar; sair e arrumar serviço); trabalho e família (trabalhar e constituir família; trabalhar e criar os filhos; trabalhar e cuidar da família); família (criar o filho; formar família; ajudar a família; encontrar a família). Perspectiva de que seja melhor²: será melhor; parar com as drogas e dar orgulho para a mãe; ter casa novamente, ter vida digna; parar de fazer coisas erradas; conquistar tudo que quer; ser feliz; ter liberdade; construir casa, estudar e ter família; mudar de vida; sair do crime e viver bem. Outra³: Não sabe; não quer pensar; voltado à religião (pertence a Deus; só Deus sabe; entrega na mão de Deus); algo negativo (já está destruído) e mudar de cidade.

O que pensa da vida

Quando instados a falarem sobre o que pensam da vida, apesar da condição que vivem , 44,48% dos participantes revelam considerar a vida como algo bom (é boa; é maravilhosa; tem que ser valorizada; gosto de viver). E em 39,61% dos casos, vêm como perspectiva de mudança , conforme Tabela 40.

Sendo assim, para quase 40% deles a vida não está sendo boa, mas poderá mudar (sair e construir família; sair do crime; constituir família; vai melhorar; sair e trabalhar; coisas boas podem ser realizadas; quer alcançar a felicidade; vai trabalhar; trabalhar e dar futuro melhor para os filhos; mudar tudo para melhorar; sair e trabalhar; cuidar da família; está ruim, mas vai melhorar; passar a ser alguém).

Também houve aqueles que responderam que não querem pensar, que sabem que encontrarão dificuldades, que nada acham a respeito da vida, que a acham complicada ou ainda algo ruim sobre ela, seja porque eles fizeram coisas

erradas ou porque ela é péssima ou cruel.

Estas respostas foram classificadas na categoria 'outra', mas representam apenas 15,91% do total de respostas.

Tabela 40 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o que pensa da vida

O que pensa da vida	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Algo bom¹	96	44,86	41	43,62	137	44,48
Perspectiva de mudança ²	84	39,25	38	40,43	122	39,61
Outra ³	34	15,89	15	15,95	49	15,91
Total	214	100	94	100	308	100

Algo bom¹: é boa; é maravilhosa; tem que ser valorizada; gosta de viver. Perspectiva de mudança²: sair e construir família; sair do crime; constituir família; vai melhorar; sair e trabalhar; coisas boas podem ser realizadas; quer alcançar a felicidade; vai trabalhar; trabalhar e dar futuro melhor para os filhos; mudar tudo para melhorar; sair e trabalhar; cuidar da família; está ruim, mas vai melhorar; passar a ser alguém. Outra³: terá dificuldades (sabe que terá dificuldades); nada; não quer pensar, complicada; algo ruim (faz coisas erradas, péssima; é cruel).

Mais uma vez, não existe evidência estatística de diferença entre os presos condenados e provisórios, visto apresentarem respostas semelhantes para esta variável [$\chi^2(2, n=308) = 0,46, p=0,98$]. Ou seja, pode-se dizer que nesta população há uma tendência a ver a vida como algo positivo e que encerra perspectivas de melhora, apesar das condições negativas do passado e do presente. Esta visão, que poderia ser chamada de “positiva” demonstra com clareza o “apego à vida”, ou ainda o “instinto de vida” que rege as ações dos seres vivos, entre os quais se incluem os Homens.

O que gostaria que mudasse na vida

Diferentemente de outras variáveis, existe evidência estatística de diferença entre os presos condenados e provisórios para o que esperam que mude na vida.

Os condenados afirmaram que gostariam de mudanças em relação à prisão (32,70%) seguida de 'no geral' (21,03%), já os provisórios mencionaram que gostariam que houvessem mudanças 'no geral' (30,85%) seguida de 'outra' (19,15%) [χ^2 (5, n= 308) = 12,04, p=0,03].

Sair da prisão é o principal objetivo do prisioneiro (sair logo deste lugar; esclarecer logo a situação para ir embora; revisão do processo; ter liberdade; sair e trabalhar; liberdade e construir família), seja através de sua saída, portanto, liberdade ou através de novas investigações sobre o crime que cometeu, para os provisórios (revisão do processo, esclarecer logo a situação).

A perspectiva de mudança 'no geral' que também fora bastante referida, não deixa de ser algo relativo à vida em liberdade (tudo; o modo de viver; muita coisa) assim como a uma situação pessoal (saúde – para aquele que se encontra doente; ser mais forte – para aquele que se considera enfraquecido; e ser feliz – para aquele que se considera infeliz).

É interessante ressaltar que os presos têm como norma não sorrirem com a regularidade com que as pessoas em liberdade sorriem, principalmente para ou perto de funcionários da unidade prisional, isto porque aquele que sorri, está demonstrando alegria, felicidade, e um prisioneiro não pode estar alegre ou feliz.

Portanto, dificilmente sorriem na frente de pessoas que não sejam eles próprios ou suas visitas. Com isso, de uma certa forma, querer ser feliz, é querer estar em liberdade. Esta norma foi revelada por prisioneiros quando indagados, pela autora, sobre a constante seriedade que apresentam em seus semblantes.

Os presos provisórios, ainda não foram condenados, portanto, podem ser absolvidos e colocados em liberdade. Ou ainda, por falta de provas contra eles, ter a 'Liberdade Provisória' decretada, até o julgamento. Sendo assim, eles têm a

esperança de serem colocados em liberdade a qualquer momento, com isso, sair da prisão é uma possibilidade que existe, a curto prazo.

Já os presos condenados, sabem que terão um determinado tempo a cumprir antes que possam sair, com isso, a liberdade é algo extremamente almejado, visto que ela não ocorrerá a qualquer momento, como pode ser para os provisórios. Isto explica a freqüência com que citaram principalmente 'sair da prisão' como uma das coisas que mais gostariam que mudasse em suas vidas.

Também é interessante observar que os presos provisórios citaram em segundo lugar respostas classificadas como 'outra' que foram relativas, principalmente, à 'já mudou, colocou a cabeça no lugar'. Com isso, eles gostariam de passar a imagem de pessoas que estão se redimindo de erros que tenham cometido, assim como, agora já são diferentes do que eram quando cometeram crimes.

Em suma, refletiram e perceberam que estavam errados e portanto, já não são mais "um perigo" para a sociedade. Este tipo de resposta foi mencionada principalmente pelos presos que não negaram seus crimes, quer seja por terem sido pegos em flagrante ou simplesmente porque assumiram seus atos anti-sociais.

Tabela 41 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o que gostaria que mudasse na vida

O que gostaria que mudasse na vida	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Trabalho, condição financeira e família ¹	31	14,49	16	17,02	47	15,26
No geral ²	45	21,03	29	30,85	74	24,02
Deixar o crime ³	31	14,49	15	15,96	46	14,94
Em relação à prisão⁴	70	32,70	15	15,96	85	27,60
Outra ⁵	37	17,29	18	19,15	55	17,86
Não Referido	0	0,0	1	1,06	1	0,32
Total	214	100	94	100	308	100

Trabalho, condição financeira e família¹: trabalho (trabalho registrado; ter emprego e família; estar com os filhos e trabalhar; cuidar dos filhos e trabalhar); condição financeira (sair da pobreza; ter casa melhor; não passar tanta necessidades); família (encontrar a mãe; maior apoio do pai; sair e cuidar da família; família ser unida; encontrar a família). No geral²: o modo de viver; tudo; a saúde; ser mais forte; ser feliz; muita coisa. Deixar o crime³: não fazer mais crime; deixar as drogas; não andar mais com aquelas companhias. Em relação à prisão⁴: sair logo deste lugar; esclarecer logo a situação para ir embora; revisão do processo; ter liberdade; sair e trabalhar; liberdade e construir família. Outra⁵: Não mudasse (nada); Já mudou (já mudou, colocou a cabeça no lugar; o que tinha de mudar já mudou).

Explicação dada por ser o único na família com problemas judiciais

Foi perguntado aos participantes se outras pessoas de sua família tinham também problemas judiciais (já cometido crimes e com isso julgados e condenados) ver Anexo I. Sendo que 25,65% responderam afirmativamente a esta questão, conforme já foi visto na Tabela 23.

Como para o que gostariam que mudasse na vida, existe evidência estatística de diferença entre os presos condenados e provisórios quanto à explicação dada por ser o único na família com problemas judiciais [$\chi^2 (7, n= 308) = 18,23, p=0,01$].

Os provisórios afirmam numa frequência significativamente superior não serem os únicos na família com problemas judiciais (Tabela 42) .

E nos casos em que o são, a explicação está mais relacionada a um fato particularmente pessoal do seu envolvimento com o crime (característica própria), já

os condenados parecem não encontrarem explicação para esta questão.

Também chama a atenção que atribuir à 'companhia' a explicação dada pelo seu envolvimento com o crime, apresenta-se de forma diferente entre os prisioneiros, visto que os condenados mencionam em 14,02% das ocorrências contra 2,13% dos provisórios.

É possível levantar a hipótese de que os presos provisórios, que pouco atribuem à companhia de outras pessoas o seu envolvimento com o crime, façam isto como uma forma de se esquivarem de explicar quem é a companhia, pois se assim o fizessem, estariam alcagoetando alguém.

Já os presos condenados, foram considerados culpados, portanto, a justiça encontrou alguém para ser punido. Com isso, eles podem se referir às companhias, pois a situação dele já está legalmente definida e o crime esclarecido, não correndo o risco de que queiram encontrar 'culpados'.

Outros pontos podem ser levantados a respeito do fato do participante não encontrar explicação pelo envolvimento com o crime: ele pode realmente não ter se importado em entender os motivos de seu envolvimento, até que tenha sido no momento da Inclusão indagado a respeito, e com isso, não conseguiu refletir e encontrar uma resposta; ele pode simplesmente não querer pensar a este respeito, e respondendo com 'não encontro explicação' é um jeito fácil que achou naquele momento para responder; ele pode realmente já ter refletido a este respeito anteriormente, e de fato, não encontrou explicações.

Já os que não são os únicos na família com problemas judiciais, responderam simplesmente que não eram os únicos, sem contudo terem sido indagados a respeito de qualquer explicação que poderiam oferecer a respeito dos crimes que eles cometeram.

Apenas nos casos em que responderam que eram os únicos, lhes foi perguntado como explicavam tal fato. Sendo assim, é pertinente que se considere a explicação dada pelo participante, quando foi possível que ele se expressasse, com isso, a resposta mais freqüente é a de que 'não encontra explicação' em 19,48% das ocorrências.

Esta questão subentende um certo preconceito em sua formulação, visto que parece insinuar que a questão da criminalidade envolve um aspecto familiar (Existem pessoas da família com problemas judiciais Quem Se é o único, como você explica isso....), pois se ele não é o único, já está explicado o porque do seu envolvimento com o crime. Agora, se é o único, a explicação deveria ser relacionada a uma característica particular dele.

A autora sugere que uma nova redação seja dada a esta questão: 'Existem pessoas em sua família com problemas judiciais..... Em caso afirmativo, quem E como você explica o seu envolvimento com o crime'.

Tabela 42 – Distribuição dos presos condenados e provisórios Quanto à explicação dada por ser o único na família com problemas judiciais

Explicação por ser o único com problemas Judiciais	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Característica própria ¹	30	14,02	21	22,34	51	16,56
Companhia	30	14,02	2	2,13	32	10,39
Uso de drogas ilícitas	14	6,54	4	4,26	18	5,84
Nega delito	9	4,21	8	8,51	17	5,52
Não encontra explicação	41	19,16	19	20,21	60	19,48
Não é o único	50	23,36	29	30,85	79	25,65
Outra ²	36	16,82	9	9,57	45	14,61
Não Referido	4	1,87	2	2,13	6	1,95
Total	214	100	94	100	308	100

Característica própria¹: ovelha negra; falta de pensar; descontrole; imaturidade; Fraqueza; ambição; foi um erro; burrice; revolta com a vida. Outra²: incontinência

familiar (falta de apoio da família; separação da família; pai abandonou e é culpado de tudo); para se defender; dificuldade financeira; fatalidade (destino).

Resumindo as variáveis relacionadas com a autocrítica apresentada pelos prisioneiros pode-se dizer que revelam que eles consideram o 'maior defeito' uma característica negativa que possuem (61,36%), pensam no passado e no presente como algo negativo, 39,93% e 42,21% respectivamente, mas vêem o futuro com a perspectiva de que seja melhor (50,65%). A vida é considerada como 'algo bom' (44,48%), e o que gostariam que mudasse na vida está relacionado à prisão (27,60%) e quando são os únicos da família com envolvimento criminal, não encontram explicação do seu envolvimento (19,48%).

VII. USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E H. I. V.

As questões relacionadas ao uso de drogas ilícitas pelos participantes fornecem dados que mostram alguns aspectos da dependência de tóxicos entre os criminosos.

A autora ao elaborar o roteiro de inclusão em 1989, que serviu de modelo para este, procurou informações a respeito do uso de tóxicos pelos prisioneiros, através de perguntas formuladas de tal modo que não inibisse as respostas dos participantes.

Tal cuidado se deve ao fato de que o uso de tóxicos ilícitos, como a própria denominação já deixa clara, é crime, e 'confessar' que estaria cometendo um crime, seria improvável, com isso, formulou as questões no pretérito, não comprometendo o encarcerado com sua resposta. Portanto, não se formulou questões relativas à utilização de drogas ilícitas no presente.

Foi considerado importante conhecer o envolvimento dos prisioneiros com as

drogas, dentre outros aspectos, em relação à idade em que começaram a utilizá-la, os tipos de drogas mais usados e se ao cometerem crimes, estavam sob efeito de tóxicos.

Faz parte do senso comum referir-se ao criminoso como estando ele 'drogado' no momento do crime, com isso, buscou-se conhecer este aspecto.

A equipe técnica, em 2000, ao abordar o uso de substâncias psicoativas pelos prisioneiros no instrumento denominado Entrevista de Inclusão, também tinha como objetivo levantar informações que poderiam ser utilizadas em programas preventivos ao uso de drogas ilícitas dentro da própria unidade prisional.

Do total de 308 sujeitos, 213 (69,16%) admitiram ter utilizado drogas ilícitas. Conforme foi mencionado anteriormente, não se perguntou ao participante se ele 'usa' drogas ilícitas, para não inibir a resposta dele, que poderia negar a utilização, visto o uso deste tipo de droga ser considerado crime.

Com isso, as questões relacionadas ao uso de drogas ilícitas foram feitas a respeito da utilização no passado, e não no presente. O mesmo critério foi utilizado em relação ao uso de bebida alcoólica, que apesar de ser uma droga de uso lícito, no ambiente carcerário ela é proibida.

Faixa etária em que iniciou o uso de drogas ilícitas

A faixa etária de 14 a 16 anos é a que apresenta o maior número de referências ao início do uso de drogas ilícitas, com 26,95% dos casos, porém já aos 8 anos houve referências, conforme se observa na Tabela 43.

Os provisórios referiram menos uso de drogas ilícitas (58,51%) do que os condenados (73,84%), talvez pelo fato de ainda não terem sido condenados, procurando com isto minimizar seu comportamento delituoso.

Porém, ao referirem o uso destas drogas, começaram depois dos 17 anos em menor frequência (12,77%), quando comparado com os condenados (26,64%), portanto, iniciaram mais precocemente no uso de drogas ilícitas [χ^2 (4, n= 308) = 12,72, p=0,01].

Tabela 43 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a faixa etária em que iniciou o uso drogas ilícitas

Início de uso de drogas ilícitas	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
8 a 13 anos	38	17,76	21	22,34	59	19,16
14 a 16 anos	62	28,97	21	22,34	83	26,95
17 anos ou mais	57	26,64	12	12,77	69	22,40
Não Referido	1	0,47	1	1,06	2	0,65
Total	158	73,84	55	58,51	213	69,16

Retirado os que não usaram.

Drogas ilícitas que já usou

A combinação de drogas ilícitas (40,59%) foi a resposta mais freqüente para a pergunta sobre que drogas usou. Em seguida vem o uso de maconha (24,35%), conforme se observa na Tabela 44 [χ^2 (4, n= 308) = 8,75, p=0,07].

Portanto, um grande número de participantes refere a utilização de várias drogas ilícitas, no mesmo período de vida, como maconha e cocaína; maconha, *crack* e cocaína; maconha e *crack*; maconha, *crack*, cocaína e outras.

A maconha esteve presente na maioria das respostas sobre o tipo de droga ilícita utilizada, visto que mesmo nas combinações, em quase todas elas, faz parte do grupo de drogas citado.

Conforme se constatou nos vários trabalhos que abordam o uso de drogas ilícitas, a maconha é das mais consumida no país, e a mais consumida quando se

trata de usuários maiores de 15 anos (Galduróz *et al.*, 1997; Galduróz *et al.*, 1999; Tavares *et al.*, 2001; Santos & Etunger, 2001 e Baus *et al.*, 2002).

Estas pesquisas vem de encontro aos dados encontrados neste estudo.

Apesar de o *crack* ser um derivado da cocaína, inclusive classificado como cocaína em várias publicações (Souza & Martins, 1998; Cebriid, 1999; Ferreira & Martini, 2001; Tavares *et al.*, 2001 e Baus *et al.*, 2002), ele não foi incluído neste estudo na classificação “cocaína”, pois os participantes se referiram a ele de forma específica. Sendo assim, se procurou manter a resposta dada por eles.

O levantamento realizado por Galduróz *et al.* (1998), com crianças de rua, menciona o uso de álcool, tabaco, solventes e maconha como sendo as que tiveram índices elevados de consumo e em especial o aumento do uso de cocaína foi freqüente em quatro cidades, inclusive São Paulo.

As pesquisas consultadas não mencionaram a combinação de drogas sendo utilizadas numa determinada época da vida de usuários, com isso, não é possível comparar tais dados.

É interessante observar que os solventes ou inalantes (cola de sapateiro, lança perfume, *thinner*, acetona) quando são mencionados pelos participantes, o são juntamente com outras drogas ilícitas (combinadas), porém em menor freqüência do que a combinação de maconha, cocaína e *crack*.

Algumas pesquisas consultadas, geralmente feitas com estudantes mais jovens do que os participantes deste estudo, apresentam os solventes como drogas ilícitas mais utilizadas do que a maconha e cocaína (Webb *et al.*, 1996; Galduróz *et al.*, 1997; Galduróz *et al.*, 1998; Caldeira *et al.*, 1998; Tavares *et al.* 2001 e Baus *et al.*, 2002).

Os prisioneiros comumente se reportam apenas aos fatos do cotidiano, do

aqui e agora, como a autora tem observado, inclusive sendo esta uma característica de adolescentes e jovens adultos, e grande parte dos participantes estiveram nesta faixa etária. Sendo assim, uma explicação que se pode oferecer para o fato de que pouco mencionaram o uso de solventes ou inalantes, é a de que atualmente já não utilizam estas drogas no ambiente carcerário ou ainda que elas parecem ser mais utilizadas entre crianças e adolescentes menores de 15 anos.

Tabela 44 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com as drogas ilícitas que já usou

Droga ilícita já usada	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%	f	f%
Maconha	55	25,70	20	21,28	75	24,35
Cocaína	6	2,80	3	3,19	9	2,92
<i>Crack</i>	2	0,93	2	2,13	4	1,30
Combinações¹	95	44,40	30	31,91	125	40,59
Não Usou	56	26,17	39	41,49	95	30,84
Total	214	100	94	100	308	100

Combinações¹: maconha e cocaína; maconha, *crack* e cocaína; maconha e *crack*; maconha, *crack*, cocaína e outras, como cola de sapateiro, lança perfume *thinner*, acetona.

Quase a metade dos provisórios (41,49%) afirma não ter usado drogas ilícitas, contra 26,17% dos condenados.

Pode-se supor que o fazem, conforme já mencionado, como uma forma de não se comprometerem em relação a mais este crime, pois não tendo sido eles ainda condenados, a negação é um modo de se protegerem, mesmo sabendo a respeito do sigilo profissional dos aplicadores do instrumento para a entrevista de inclusão.

Em outro levantamento realizado por Galduróz *et al.* (1998) envolvendo crianças e adolescentes em situação de rua, observa-se o crescente consumo de

cocaína, incluindo o *crack*, comparando-se este estudo com levantamentos anteriores.

Uso de bebida alcoólica (Alcoolismo)

A maioria dos participantes afirma não ter usado bebida alcoólica (alcoolista), 62,99%, podendo se observar este dado na Tabela 45. O uso foi considerado apenas nos casos em que o participante revelou fazer o uso contínuo, portanto, ser um alcoolista.

Quando se indaga ao prisioneiro se ele fazia uso de bebida, mesmo que socialmente (*uso na vida*), a grande maioria afirma que fazia.

A respeito do uso de drogas a nível mundial, Webb *et al.* (1996) afirmaram que o álcool assume o primeiro lugar de consumo nos países de terceiro mundo.

Estudos realizados entre escolares de primeiro e segundo graus e entre estudantes universitários mostram, consistentemente, que o álcool é a droga mais utilizada (Andrade *et al.*, 1997; Muza *et al.*, 1997 e Deitos *et al.*, 1998).

Galduróz *et al.* (1997) no IV Levantamento Sobre Uso de Drogas entre estudantes de primeiro e segundo graus em dez capitais brasileiras, apontam que 75,9% deles afirmaram *uso de álcool na vida*.

Estudo realizado em 1997 por Caldeira *et al.* (1998) pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, menciona que 77,7% dos 3.139 estudantes pesquisados fizeram *uso de álcool na vida*.

Em estudo específico com crianças e adolescentes em situação de rua, Galduróz *et al.* (1998) constatam que o álcool é a droga mais consumida, dentre as ilícitas, os solventes estavam em primeiro lugar.

Minayo e Deslandes (1998) relatam pesquisa feita no atendimento de emergência em dois hospitais no Rio de Janeiro, RJ. Nos casos em que foi identificado o consumo de algum tipo de droga, o álcool configurou-se como o mais freqüentemente consumido, em torno de 90%.

Levantamento domiciliar feito por Galduróz *et al.* (1999) aponta que o uso *na vida* foi revelado em 53,2% dos casos.

Com estudantes de 5ª a 8ª série em São Paulo, SP, Santos e Etunger (2001) constataram que 79% deles usam álcool.

Foi realizado estudo por Baus *et al.* (2002) com estudantes de escola pública de primeiro e segundo graus em Florianópolis, SC, em 1997, aonde se concluiu que os participantes com 15 anos ou mais fizeram *uso na vida* de álcool numa freqüência de 96,4%.

No levantamento domiciliar feito por Galduróz *et al.* (1999), constatou-se estimativa de dependentes de álcool ao redor de 6%.

Como se pode observar, este número é muito inferior aos 37,01% revelado pelos participantes deste estudo. Portanto, os participantes considerados alcoólistas são em número muito maior do que os revelados pelo levantamento citado.

A experiência da autora com prisioneiros tem demonstrado que muitos deles afirmam ter cometido o crime por estarem embriagados, principalmente nos crimes de roubo.

Geralmente são criminosos ocasionais, tinham trabalho honesto quando cometeram o delito, e atribuem tal atitude criminosa a fatores circunstanciais, como por exemplo, saindo de festas ou danceterias com amigos e estando bêbados, impulsivamente resolvem roubar alguém. As justificativas vão desde conseguir dinheiro para pegar um taxi até não ter mais como não participar do roubo feito pelo

amigo, portanto, acabando por se tornar um co-autor, simplesmente por estar junto daquele, que estava armado e *enquadrou* a vítima.

Não se pode esquecer que os prisioneiros com muita freqüência afirmam terem sido convidados para cometerem um crime, principalmente o roubo, procurando com isto, justificar seu ato delituoso, como tendo partido de outra pessoa e não dele próprio.

Tabela 45– Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o uso de bebida alcoólica (Alcoolismo)

Uso de bebida alcoólica (Alcoolismo)	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Sim	92	42,99	22	23,40	114	37,01
Não	122	57,01	72	76,60	194	62,99
Total	214	100	94	100	308	100

A negação do uso de bebida alcoólica (alcoolismo) foi mais freqüente entre os provisórios (76,60%) do que entre os condenados (57,01%). Com isso, existe evidência estatística de diferença entre os presos condenados e provisórios para esta variável [$\chi^2(1, n= 308) = 10,75, p=0,01$].

Apesar do uso de álcool não ser considerado ilegal no Brasil, os presos provisórios negando o seu uso, da mesma forma como negaram o consumo de drogas ilícitas, estariam provavelmente procurando passar uma imagem menos comprometida com atitudes e comportamentos anti-sociais.

Teste de H. I. V.

Importante ressaltar que 47,73% dos prisioneiros não submeteu-se ao Teste de H. I. V., visto na época da coleta de dados, a unidade prisional estar tendo

dificuldades em conseguir que os testes fossem analisados no laboratório responsável. Sendo assim, apenas 144 prisioneiros (52,27%) deles foram submetidos ao exame.

Dentre os encarcerados que fizeram o Teste de H. I. V., 41,23%, relatou resultado negativo. E quando se compara os presos condenados e provisórios, não existe evidência estatística de diferença entre eles para esta variável [χ^2 (4, n= 144) = 2,96, p=0,56].

Estes dados devem ser interpretados de forma cautelosa, pois não se pode constatar o número exato dos portadores da doença na época, visto que apenas um pouco mais da metade dos participantes se submeteu ao teste. E mesmo aqueles que já o haviam feito, era comum dizerem que o fizeram há mais de um ano, mesmo tendo contato sexual com pessoas diferentes depois do exame.

Tabela 46 – Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao teste de HIV

Teste de HIV	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Positivo	11	5,14	1	1,06	12	3,90
Negativo	88	41,12	39	41,49	127	41,23
Sem Resultado	4	1,87	2	2,13	6	1,95
Não Referido	11	5,14	5	5,32	16	5,19
Total	114	53,27	47	50	161	52,27

No que se refere ao uso de substâncias aditivas e H. I. V., os resultados apontam que os participantes iniciaram mais freqüentemente o uso de drogas ilícitas na faixa etária de 14 a 16 anos (26,95%), usaram drogas combinadas (40,59%), não são alcoolistas (62,99%) e dos que se submeteram ao teste de H. I. V. 41,23% apresentaram resultado negativo.

VIII. ENVOLVIMENTO COM O CRIME

Faixa etária do primeiro delito

A maioria dos prisioneiros cometeu o primeiro delito após os 18 anos de idade, compreendendo 62,99% dos casos, conforme se observa na Tabela 47. Os casos em que não foi referido este dado (10) não entraram nesta tabela.

Tabela 47 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a faixa etária do primeiro delito

Primeiro delito	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
17 anos ou menos	66	30,84	36	38,30	102	33,12
18 anos ou mais	143	66,82	51	54,26	194	62,99
Não lembra	1	0,47	1	1,06	2	0,65
Total	210	98,13	88	93,62	298	96,76

Observa-se que os presos provisórios foram os que referiram mais freqüentemente terem cometido o primeiro delito com idade inferior a 17 anos, mas esta diferença não é suficiente para se dizer que haja evidência estatística de diferença entre os presos condenados e provisórios para esta variável [χ^2 (3, n= 298) = 7,19, p=0,06].

Em relação a esta questão é razoável supor que muitos deles estariam omitindo delitos antes dos 18 anos, já que vários estiveram reclusos em instituições para menores infratores e quando se referem às lembranças da adolescência mencionam o mundo do crime, drogas e marginalidade.

Ou seja, seria ingênuo aceitar como um fato da realidade, que somente depois dos 18 anos eles começaram a transgredir a lei. O mais provável é que por se tratarem de delitos cometidos em uma época em que não podiam ser judicialmente considerados responsáveis, preferem omiti-los a admiti-los.

Tipo do primeiro delito

Embora, os crimes contra o patrimônio tenham sido os mais cometidos pelos prisioneiros em seu primeiro delito (73,71%)(Tabela 48), os condenados apresentaram diferença significativa em relação aos provisórios no tipo do primeiro delito quanto aos Tóxicos e Porte Ilegal de Arma.

Os condenados cometeram mais crimes relacionados a tóxicos, 13,55% contra 5,32% enquanto que o porte ilegal de arma esteve mais presente entre os provisórios, em 6,38% contra 1,40%. Sendo assim, existe evidência estatística de diferença entre os presos condenados e provisórios para esta variável [χ^2 (9, n= 308) = 26,59, p=0,002].

Tabela 48 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o tipo do primeiro delito

Tipo do primeiro delito	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%	f	f%
Patrimônio¹	163	76,18	64	68,09	227	73,71
Tóxicos ²	29	13,55	5	5,32	34	11,05
Porte ilegal de arma	3	1,40	6	6,38	9	2,92
Pessoa ³	7	3,27	6	6,38	13	4,22
Costumes ⁴	6	2,80	3	3,19	9	2,92
Administração Pública ⁵	1	0,47	0	0,0	1	0,32
Roubo Seguido de morte	2	0,93	1	1,06	3	0,97
Nega ter cometido	2	0,93	7	7,45	9	2,92
Não Referido	1	0,47	2	2,13	3	0,97
Total	214	100	94	100	308	100

Patrimônio¹: roubo; furto; estelionato; receptação. Tóxicos²: tráfico e uso. Pessoa³: homicídio; lesão corporal; tentativa de homicídio; seqüestro. Costumes⁴: estupro; atentado violento ao pudor; casa de prostituição. Administração Pública⁵: desacato.

O fato do porte de arma ser mais freqüente entre os provisórios, que provavelmente foram presos há menos tempo do que os condenados, pode estar refletindo uma maior facilidade de acesso a armas ilegais, fenômeno usualmente relacionado à corrupção e ao aumento da violência.

A autora tem observado que atualmente é mais comum ouvir dos prisioneiros que estavam armados como uma forma de defesa, visto estarem expostos a locais considerados por eles violentos, e assim, a arma seria a forma encontrada para a sua própria proteção.

Anteriormente, o uso da arma era atribuído principalmente ao fato de que tinham algum inimigo específico, e portanto, necessitavam dela para se defender. Atualmente, dificilmente citam alguém em especial, mas ao aumento da violência, associado à facilidade em se adquirir armas.

O motivo do primeiro delito

O motivo financeiro foi o mais apontado pelos prisioneiros ao justificarem o motivo do primeiro delito (31,16%), seguido de circunstâncias do momento (29,55%) como se observa na Tabela 49 . Existiu diferença significativa entre os condenados e provisórios para esta variável, os provisórios, referem as circunstâncias do momento (companhia, folia, vontade) (31,91%) como sendo o principal motivo [χ^2 (5, n= 308) = 14,35, p=0,014].

De acordo com Sá (2001) um dos motivos que os criminosos não se ressocializam é: “porque para eles não compensa” (p.14), visto que a conduta criminal traz benefícios e soluções aos quais não teriam a posse por outras vias. Esta idéia vem de encontro ao motivo financeiro apontado por este grupo de participantes e pelo fato de que, no geral, são mal remunerados, complementando seu ganho com crimes contra o patrimônio (geralmente roubo e furto).

Circunstâncias do momento incluem explicações como, a companhia que atualmente é considerada ruim acabou influenciando para que cometesse o crime; estar bêbado ao sair de um local de lazer, à folia típica de adolescente ou como se fosse uma brincadeira.

Também referiram serem convidados a passear de carro, sem saber que o mesmo era roubado; estar nervoso por algum motivo especial e acabou cometendo o crime, principalmente nos casos de crimes contra a pessoa (tentativa de homicídio ou homicídio); querer se vingar de alguém que o traiu ou o fez sofrer ou a alguma pessoa que lhe era querida.

Expressam terem sido convidados por amigos e não pensarem nas conseqüências (esta é uma das justificativas mais freqüentes dadas pelos prisioneiros); não pensar direito, agir pelo impulso; sentir vontade de cometer o crime

naquele momento e o fazer; cometer o crime para se divertir; cometer crimes para sentir a *adrenalina* que ele proporciona; sentir curiosidade a respeito de como era cometer um certo crime e acabar fazendo-o; querer ajudar um amigo, como por exemplo, roubar veículos para usarem as peças no veículo do amigo.

O fato de estar armado e na *bobeira* do momento e facilidade da ocasião, cometer o crime; as pessoas com quem estava cometeram o crime e ele participou por ter ido no embalo da situação; ter sido um momento de fraqueza, que não conseguiu controlar; estar revoltado com a vida, por exemplo, descobriu que era filho adotivo, sentindo-se enganado e rejeitado; desentender-se com alguém e motivado pela raiva do momento, cometeu o crime.

É muito comum o prisioneiro apontar a companhia de pessoas envolvidas com o crime, quer seja por usarem drogas ou traficarem, por andarem armadas, por roubarem, enfim, por fazerem parte de grupos que desenvolvem atividades predatórias, tanto contra o patrimônio de outrem, quanto por cometerem atos violentos contra pessoas.

Dividindo a responsabilidade com outros ou atribuindo a eles a iniciativa estariam, aparentemente, procurando desculpar-se e diminuir sua participação no delito cometido.

Tabela 49 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o motivo do primeiro delito

Motivo do primeiro delito	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Financeiro	72	33,65	24	25,53	96	31,16
Circunstâncias do momento ¹	61	28,50	30	31,91	91	29,55
Vício de drogas ilícitas	36	16,82	8	8,51	44	14,29
Outro ²	25	11,68	10	10,64	35	11,36
Nega ter cometido	16	7,48	18	19,15	34	11,04
Não Referido	4	1,87	4	4,26	8	2,60
Total	214	100	94	100	308	100

Circunstâncias do momento¹: companhia; estava bêbado; folia; convidado a passear de carro; estava nervoso; vingança; não pensar direito; vontade; diversão; ajudar um amigo; adrenalina; curiosidade; bobeira; fraqueza; foi no embalo; revoltado com a vida; raiva. Outro²: Motivo alheio à vontade (foi envolvido; não tinha apoio; deu ou pegou carona; não sabe; para se defender (briga; estava sendo perseguido); imaturidade.

O vício de drogas ilícitas também foi mais apontado pelos condenados como sendo o motivo do primeiro delito (16,82%) contra 8,51% entre os provisórios. A negação de cometimento do crime também esteve mais presente entre os provisórios (19,15%) do que entre os condenados (7,48%).

O fato dos presos provisórios ainda não terem sido julgados e condenados pode justificar, em parte, a incidência de negação do delito, sendo este um mecanismo de defesa esperado. Porém, é interessante observar que mesmo sendo esperado que negassem o delito, somente 19,15% deles o fizeram.

Estudo americano realizado por Boyum e Kleiman, (1995) demonstra que, de todos os presidiários usuários freqüentes de cocaína e *crack*, somente 39% declararam ter cometido crime para a compra de droga.

Neste estudo, apenas 14,29% dos participantes mencionaram o vício de drogas como o motivo principal de ter cometido o primeiro delito.

Também o vício de drogas ilícitas é apontado pelo senso comum, como

sendo um dos fatores que levam principalmente os jovens, a cometerem crimes, sendo estes contra o patrimônio, para conseguirem manter o vício. No entanto, não é o que esta pesquisa revela.

Instituição de Menores

A grande maioria afirma não ter passado por Instituição de Menores, (83,77%), conforme se observa na Tabela 50 , tanto entre os condenados quanto entre os provisórios [$\chi^2 (1, n= 308) = 0,18, p=0,67$].

Note-se que 16,23% dos que afirmaram ter passado por instituição de menores, conseqüentemente, cometeram o primeiro delito com menos de 18 anos. Porém 33,12% dos participantes afirmaram ter cometido o primeiro delito quando ainda eram inimputáveis (irresponsáveis legalmente), com isso, a metade dos que estiveram nesta condição é que foram internados em estabelecimento educacional.

A medida sócio-educativa prevista como internação em estabelecimento educacional (geralmente a Febem) só é aplicada quando I. Tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; II. Por reiteração no cometimento de outras infrações graves; III. Por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Sendo assim, ou os participantes não cometeram crimes graves (aqui o roubo se enquadraria, por exemplo) quando menores de 18 anos ou simplesmente não foram pegos na maioria dos crimes que cometeram, o que vem reforçar a impunidade como uma constante para os atos delituosos atualmente.

Tabela 50– Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao fato de Ter passado por instituição de menores

Instituição de menores	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Sim	36	16,82	14	14,89	50	16,23
Não	178	83,18	80	85,11	258	83,77
Total	214	100	94	100	308	100

Utilização de substância psicoativa no momento do delito

Negaram o cometimento do crime 16 participantes ao responderem a pergunta sobre utilização de substâncias psicoativas no momento em que praticaram o crime, portanto, eles foram incluídos na Tabela 51 na condição de “prejudicado”.

Dos participantes que não negaram o delito, a maioria refere não ter utilizado nenhum tipo de droga ilícita ou bebida alcoólica no momento do delito cometido, 69,16%, porém para os que referiram ter usado substâncias, o álcool (11,69%) esteve praticamente na mesma proporção que as drogas ilícitas (10,39%), conforme mostra a Tabela 51 [$\chi^2(5, n= 308) = 4,69, p=0,45$].

É comum ouvirmos as pessoas dizendo que no momento em que um crime ocorreu o criminoso estava *drogado*, porém, não é isto que os dados deste estudo revelam. Se somarmos as categorias relativas ao uso substâncias psicoativas, teremos 24,59%, uma percentagem muito aquém dos que cometeram os crimes em estado sóbrio.

Beato (1998) no estudo realizado em Minas Gerais, aponta que nos casos de roubo à mão armada em Belo Horizonte, em mais de 60% existiu mais de um ofensor e que muitos deles estavam alcoolizados ou drogados.

Estes dados são diferentes deste estudo, também no que tange ao fato do criminoso estar utilizando estas substâncias.

Quando indagados a respeito do motivo pelo qual não usam drogas quando estão cometendo o delito, geralmente eles respondem que é para não ter nenhum tipo de mudança na percepção, que a droga poderia acarretar. Se isto ocorresse, seriam mais facilmente pegos, tanto por *vacilarem* com a vítima, quanto na própria fuga, que poderia ser prejudicada pelo efeito da droga, como por exemplo, não ver a polícia se aproximar, ficar mais lento ou ainda ficar *desnortado* quanto ao melhor caminho a ser percorrido.

Tabela 51– Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao tipo de substância psicoativa utilizada no momento do delito

Substância psicoativa utilizada no momento do delito	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Álcool	28	13,08	8	8,51	36	11,69
Drogas ilícitas	25	11,68	7	7,45	32	10,39
Álcool e drogas ilícitas	7	3,27	1	1,06	8	2,60
Nada	142	66,36	71	75,53	213	69,16
Prejudicado	10	4,67	6	6,38	16	5,19
Não Referido	2	0,93	1	1,08	3	0,97
Total	214	100	94	100	308	94,81

Primeira vez em que é preso

Mais da metade dos prisioneiros refere não ser a primeira vez em que foi preso, 53.90% dos casos, conforme se observa na Tabela 52.

Não se pode afirmar para aqueles em que não é a primeira prisão que sejam reincidentes, visto que uma pessoa pode ser presa e sair em seguida para responder ao processo em liberdade, com isso, quando é condenada e presa, é pelo mesmo processo, apenas que agora foi julgada e condenada.

Tabela 52 – Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao fato de estar preso pela primeira vez

Primeira Prisão	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Sim	90	42,06	52	55,32	142	46,10
Não	124	57,94	42	44,68	166	53,90
Total	214	100	94	100	308	100

Os presos provisórios foram os que mais referiram ser a primeira vez em que foram presos (55,32%). Sendo assim, existe evidência estatística de diferença entre os presos condenados e provisórios para esta variável [χ^2 (6, n= 308) = 4,62, $p=0,03$]. Os presos provisórios são, em média, mais jovens, com isso, o fato de ser a primeira vez que são presos pode explicar em parte este dado.

Ter cometido evasão

A maioria dos prisioneiros refere não ter cometido evasão, 79,22% dos casos, conforme se observa na Tabela 53.

Tabela 53 – Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto a já ter cometido evasão

Cometeu evasão	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Sim	51	23,83	13	13,83	64	20,78
Não	163	76,17	81	86,17	244	79,22
Total	214	100	94	100	308	100

Os presos provisórios foram os que mais negaram ter cometido evasão (86,17%), quando comparados aos condenados (76,17%), com isso, existe evidência estatística de diferença entre eles para esta variável [χ^2 (1, n= 308) = 3,97, $p=0,04$].

Como já foi anteriormente referido, os presos provisórios foram os que mais freqüentemente responderam ser esta a primeira vez em que foram confinados, sendo assim, a possibilidade de cometerem evasão também diminui, visto estarem há menos tempo na prisão.

O que acha dos delitos que cometeu

A grande maioria dos participantes acha um erro os delitos que cometeu, 70,14%, em seguida, em termos de incidência, aparecem os que não apresentam crítica (11,36%), conforme pode ser visto na Tabela 54.

Os erros mencionados pelos participantes incluem a idéia de que foi um absurdo, que não deviam ter cometido, que foi um engano, foi uma besteira, uma burrada, uma bobeira, ou um momento de fraqueza, que não levou a nada, uma ilusão – quando pensaram que iam melhorar sua condição financeira acabaram piorando por terem gastos com advogados – , constataram que não valeu a pena, visto a liberdade e bens que perderam, e em alguns casos, disseram estar arrependidos, sentiram que fizeram algo grave e muito feio.

Quando indagados a justificar o porquê acham um erro ter cometido o delito, em quase a totalidade dos casos, mencionam os prejuízos advindos com o ato delituoso, mas tendo como ponto de referência os prejuízos a si próprios, em termos de perda da liberdade e terem gastos financeiros que estavam fora de suas condições.

Também o fato de fazerem a própria família sofrer com a sua prisão, é bastante mencionado, visto declararem que seus familiares são humilhados por necessitarem de ser submetidos à revista para poder visitá-los ou ainda pelo fato de estarem passando mais dificuldades financeiras sem a sua presença.

É raro algum prisioneiro mencionar os prejuízos causados às suas vítimas ou até mesmo o sofrimento das vítimas indiretas (parentes de vítimas) quando se trata de casos que envolvam a violência, como por exemplo, o homicídio.

Tabela 54 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o que acha dos delitos que cometeu

O que acha dos delitos que cometeu	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Um erro¹	156	72,90	60	63,83	216	70,14
Não apresenta crítica ²	23	10,75	12	12,77	35	11,36
Nega ter cometido	15	7,01	19	20,21	34	11,04
Outra ³	17	7,94	3	3,19	20	6,49
Não Referido	3	1,40	0	0,0	3	0,97
Total	214	100	94	100	308	100

Um erro¹: absurdo; não devia ter cometido; um engano seu; foi besteira; uma burrada; é errado; fraqueza; não leva a nada; ilusão; bobeira; arrependeu; horrível; não vale a pena; foi grave; coisa muito feia. Não apresenta crítica²: um deles foi contravenção; nada. Outra³: cometeu por necessidade ('foi por precisar; foi por causa da situação financeira); todos cometem (todos tem delito); falta de experiência (foi ingênuo; enganaram-no; fizeram de laranja); não se arrepende.

O fato de os presos provisórios serem os que mais negam o delito (20,21%), faz com que exista evidência estatística de diferença entre eles para esta variável [χ^2 (4, n= 308) = 14,90, p=0,005].

O fato de os presos provisórios não terem sido ainda condenados, cria a expectativa de que negando o crime, talvez consigam ser absolvidos ou que o processo seja arquivado, principalmente quando não foram pegos em flagrante.

A falta de provas, o medo de vítimas e testemunhas, em muitos casos, motivam os prisioneiros não condenados a negarem o crime.

Também é comum declararem que são inocentes, e depois acabam contando que advogados os instruem para que neguem ou contem histórias diferentes do que aconteceu, na tentativa de se esquivarem da culpa.

Justiça da pena que recebeu

Frente à questão que procurava verificar se o preso achava justa a pena que recebeu, 47,73% respondeu simplesmente que *não*, conforme apresenta a Tabela 55.

É interessante ressaltar que geralmente os que respondem afirmativamente (16,23%), são aqueles que se converteram à religião evangélica, e por isso, acreditam que devem pagar pelos seus erros ou são aqueles que afirmaram estar arrependidos do ato delituoso, que fizeram algo horrível ou absurdo.

Tabela 55 – Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto à justiça da pena que recebeu

Acha justa a pena	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%	f	f%
Sim	50	23,37	0	0,0	50	16,23
Não¹	147	68,69	0	0,0	147	47,73
Em parte ²	7	3,27	0	0,0	7	2,27
Não sabe	4	1,87	0	0,0	4	1,30
Diz-se inocente ³	4	1,87	0	0,0	4	1,30
Não condenado	0	0,0	94	100,0	94	30,52
Não Referido	2	0,93	0	0,0	2	0,65
Total	204	100	94	100	308	100

Não¹: quando foi expressamente dito 'não' o item foi colocado desta forma. Em parte²: quando ele disse que foi justo quanto a um crime mas que não foi para o outro. Diz-se inocente³: quando nega ter cometido o crime.

Os presos provisórios, por não terem sido condenados, não responderam a esta questão, com isso, não tem sentido verificar a existência de evidência de diferença estatística para esta variável.

Que pena escolheria

A maioria respondeu que escolheria um Regime Prisional mais brando em

termos de pena, 29,22%. A Prestação de Serviços também esteve muito próxima à esta frequência, com 28,57% dos casos, também não receber nenhuma penalidade foi freqüentemente referido pelos prisioneiros, em 23,70% das vezes, como pode ser visto na Tabela 56.

O regime prisional mais brando foi mencionado pelos que tinham sido condenados em regime fechado, e gostariam de que o regime de condenação fosse o regime semi-aberto, no qual podem trabalhar fora do presídio e em determinadas épocas do ano, como Natal, Dia das Mães, Páscoa, Dia das Crianças e Finados podem receber a autorização judicial para visitarem seus familiares por alguns dias.

Por ser este um regime prisional que coloca o condenado mais próximo da liberdade, ele é muito almejado pelos prisioneiros condenados em regime fechado, que não podem sair além dos muros da penitenciária, visto terem perdido o direito de ir e vir.

Apenas em ocasiões especiais é permitido que saiam, como por exemplo, para tratamento de saúde ou pela morte de pessoa da família, como pais, irmãos ou filhos, evidentemente, sendo escoltados por policiais militares e agentes de segurança penitenciária. Também saem da penitenciária com ordem judiciária, para comparecerem ao Fórum para julgamento, quando ainda respondem por outros processos.

Um outro regime prisional brando é a prisão albergue domiciliar, em que o condenado fica em liberdade, mas deve obedecer a certas normas, como por exemplo, recolher-se em sua residência à partir das 22 horas, não sair do município em que reside sem autorização judicial, entre outras.

Já a prestação de serviços por eles referida, se trata de uma condenação em regime de *surcis* no qual estarão em liberdade, sendo esta com prestação de

serviços à comunidade, como por exemplo: prestando auxílio num pronto-socorro, fazendo serviços gerais no cemitério, ou em qualquer outra repartição pública, porém, sem que o horário deste trabalho prejudique a jornada de trabalho do sentenciado.

Normalmente, o tempo de trabalho é de oito horas semanais, distribuídas no decorrer da semana, ou nos finais de semana.

Como já foi mencionado anteriormente, o maior desejo do prisioneiro é estar livre, portanto, a freqüência da resposta de não receber nenhuma penalidade foi considerável.

Tabela 56 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com a pena que escolheria

Que pena escolheria	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%	f	f%
Prestação de serviços ¹	66	30,84	22	23,40	88	28,57
Regime prisional mais brando²	68	31,78	22	23,40	90	29,22
Nenhuma penalidade ³	37	17,29	36	38,31	73	23,70
Outra ⁴	41	19,16	14	14,89	55	17,86
Não Referido	2	0,93	0	0,0	2	0,65
Total	214	100	94	100	308	100

Prestação de serviços¹: trabalho; trabalho comunitário ou aos pobres; serviços; cesta básica. Regime prisional mais brando²: regime semi-aberto; regime aberto; em liberdade; a mínima possível; poucos dias de cadeia. Nenhuma penalidade³: ser absolvido; nenhuma pena; ir embora. Outra⁴: Reparação à vítima (pagar para a vítima); tratamento (internação para se livrar do vício e/ou da cadeia); não aceita a pena imposta (revisão do processo e reconstrução do crime; responder em liberdade; a metade da pena; bem menos tempo de prisão).

Os presos provisórios referiram com muito mais freqüência, 38.31%, que não queriam nenhuma penalidade, em relação aos condenados (17,29%). Portanto, existe evidência estatística de diferença entre eles para esta variável [χ^2 (4, n= 308) = 16,54, p=0,002].

Existe uma lógica quanto ao fato dos presos provisórios não quererem nenhuma penalidade se pudessem escolher a pena que receberiam, visto eles terem se considerados *inocentes* com mais frequência.

Tipo de crime em que já foi enquadrado

A grande maioria está enquadrada no crime contra o patrimônio, com 85,39% das ocorrências, vindo a seguir os Tóxicos (33,76%).

É importante observar que houve múltiplas respostas para esta questão, visto que a mesma pessoa pode ter cometido mais de um tipo de crime, sendo assim, a percentagem não soma 100% (Tabela 57).

Não é possível fazer o cálculo estatístico de diferença entre condenados e provisórios para esta variável, visto serem múltiplas respostas, isto é, o mesmo participante pode se enquadrar em vários tipos de crimes e sendo assim, a tabela toda não pode ser analisada estatisticamente.

*Apenas o título do crime é referido.

Tabela 57 – Distribuição dos presos condenados e provisórios de acordo com o tipo de crime em que já foi enquadrado

Tipo de crime em que já foi enquadrado*	Preso					
	Condenado		Provisório		Total	
	f	f%	f	f%	f	f%
Patrimônio¹	183	85,51	80	85,11	263	85,39
Pessoa ²	42	19,62	25	26,59	67	21,75
Costumes ³	14	6,54	4	4,25	18	5,84
Porte ilegal de arma	36	16,82	26	27,65	62	20,12
Tóxicos ⁴	84	39,25	20	21,28	104	33,76
Administração Pública ⁵	21	9,81	14	14,89	35	11,36
Paz Pública ⁶	10	4,67	11	11,70	21	6,82
Fé Pública ⁷	9	4,20	6	6,38	15	4,87
Incolunidade Pública ⁸	2	0,93	1	1,06	3	0,97
Incolunidade Pública ⁹	4	1,87	4	4,25	8	2,59
Roubo Seguido de morte	6	2,80	4	4,25	10	3,24
Propriedade Imaterial ¹⁰	2	0,93	0	00	2	0,64

Patrimônio¹: roubo; furto; estelionato; receptação; apropriação indébita; dano. Pessoa²: homicídio, tentativa de homicídio, lesão corporal; seqüestro; violação de domicílio. Costumes³: estupro, atentado violento ao pudor; rapto. Tóxicos⁴: tráfico e uso de drogas. Administração Pública⁵: resistência à prisão; desacato; concussão; motim de preso. Paz Pública⁶: formação de quadrilha ou bando. Fé Pública⁷: documento falso. Incolumidade Pública⁸: substância destinada à falsificação de produto alimentício ou medicinal; incêndio; inundação; subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento. Incolumidade Pública⁹ (Contravenção): dirigir sem habilitação. Propriedade Imaterial¹⁰: violação do direito de marca (indústria e comércio), violação do privilégio de invenção.

Obs. Múltiplas respostas

Uso de violência

A grande maioria dos encarcerados (70.45%), não cometeu o crime com o emprego de violência explícita, isto é, não causou dano à integridade corporal da vítima, conforme pode ser visto na Tabela 58.

Embora a autora considere que todo ato criminoso sempre seja carregado de violência, uma vez que de alguma maneira causa sempre algum tipo de sofrimento à

vitima (como por exemplo sentimento de impotência, humilhação, constrangimento, entre tantos outros), apenas nos casos em que a violência física de fato ocorreu é que o crime foi aqui considerado violento.

Neste sentido, enquadram-se nesta categoria os seguintes crimes de: homicídio, lesão corporal, estupro, atentado violento ao pudor, roubo seguido de morte, seqüestro e extorsão mediante seqüestro, bem como nas tentativas destes crimes.

O seqüestro foi considerado como um crime violento pela forma como ele ocorre. A vítima comumente é empurrada, imobilizada, amarrada, segurada com força [quando isto ocorre, além do seqüestro, houve o crime denominado *vias de fato*, que é um ato agressivo material que não cause à integridade corporal da vítima, dano capaz de ser definido como lesão corporal, Mirabete (2000)].

Tabela 58 – Distribuição dos presos condenados e provisórios quanto ao uso de violência no cometimento do crime

Uso de violência	Preso				Total	
	Condenado		Provisório		f	f%
	f	f%	f	f%	f	f%
Sim	55	25,70	36	38,30	91	29,55
Não	159	74,30	58	61,70	217	70,45
Total	204	100	94	100	308	100

Os presos provisórios apresentaram de maneira significativa mais freqüentemente o uso de violência (38,30%) do que os condenados (25,70%) [$\chi^2(1, n= 308) = 4,98, p=0,026$].

A autora supõe que o fato de a violência urbana estar aumentando nos últimos anos, faz com que os condenados (portanto, presos há mais tempo), estejam cumprindo pena por crimes em que o uso da violência explícita era menor.

Quanto ao envolvimento com o crime, os participantes revelaram que a maioria cometeu o primeiro delito após os 18 anos de idade (62,99%), o tipo do primeiro delito mais freqüente foram os crimes contra o patrimônio (73,71%).

O motivo do primeiro delito foi justificado em termos financeiros (31,16%), não esteve em instituição de menores (83,77%), a maioria não utilizou nenhuma substância psicoativa por ocasião do delito (69,16%), pouco mais da metade não é a primeira vez em que está preso (53,90%), a maioria refere não ter cometido evasão (79,22%)

Acham um erro os delitos que cometeram (70,14%) apesar de não acharem justa a pena que receberam (47,73%), escolheriam como pena um Regime Prisional mais brando (29,22%) ou a Prestação de Serviços à Comunidade (28,57%), os crimes em que já foram enquadrados, em sua maioria, se refere aos crimes contra o patrimônio (85,39%) e a maioria não utilizou a violência, isto é, não causou dano à integridade corporal da vítima, no cometimento do crime (70,45%).

ASSOCIAÇÕES ENTRE VARIÁVEIS

Os dados também foram analisados de forma a se buscar associações existentes entre variáveis, principalmente relacionadas ao uso de violência no crime.

Para estas análises foi utilizado o conceito de análise de Razão de Chances, ou chamado na literatura *Odds Ratio*, (Agresti, 1980). Esta medida, sempre positiva, nos indica o aumento da probabilidade de ocorrência da variável de resposta.

Se este parâmetro é igual a '1' significa a falta de associação, ou a ausência de risco associado à resposta. Se este coeficiente é maior que '1' e significativo $[(P > |z|) < 0,05]$ diz-se que o fator é de risco. Por exemplo, na tabela 59, o *Odds Ratio* calculado para alcoolismo em relação a uso de álcool pelos pais é de 2,36,

com $P > |z| = 0,001$, o que indica que o uso de álcool por pelo menos um dos pais aumenta a chance de alcoolismo do filho em 2,36 vezes.

Caso este coeficiente seja menor que '1', e significativo, diz-se que é um fator de proteção. Por exemplo, para a variável "Uso de Violência no Delito", o *Odds Ratio* para cor parda em comparação com a branca é de 0,53, com $P = 0,05$ (Tabela 65). Diz-se então que a chance de violência é 1,88 (1/0,53) menor entre os indivíduos pardos em comparação aos brancos.

Este parâmetro é estimado através de Regressão Logística (Lemeshow, 1984), que permite também a análise de múltiplos fatores, ou seja, um modelo onde se estima o risco de um fator ajustado pela presença de outros fatores.

A seguir se realiza uma análise simples, das tabelas de duas entradas (Resposta x Fator), estima-se o *Odds Ratio* e sua significância e inclui-se este fator no modelo final.

Quando 'pais' é referido, significa que a categoria engloba tanto o pai quanto a mãe.

Relação entre o uso de álcool pelos pais e o uso de álcool (alcoolismo) pelo prisioneiro

Dentre os prisioneiros que não usaram álcool (não alcoolistas), 72% tinham pais que também não usavam tal substância, enquanto que dentre os que referiram o uso de álcool (alcoolismo), esta percentagem é de 52%. O teste do Qui quadrado aplicado aos dados indica a associação entre as duas variáveis ($p < 0,05$).

O uso de álcool medido pela Razão de Chances para o prisioneiro ser alcoolista dado o uso por um dos pais, indica razão 2,36. Isto é, a chance do detento ser alcoolista se um dos pais usa é 2,36 maior do que se o pai não usa. Ou

ainda, o fato de pelo menos um dos pais ser alcoolista, aumenta em aproximadamente 2,4 vezes a chance do prisioneiro também o ser.

Observando a Tabela 59, verifica-se que 72,11% dos prisioneiros não são alcoolistas assim como seus pais (69,90%), enquanto que entre os prisioneiros alcoolistas (52,21%), 47,79% destes têm os pais que também são [χ^2 (N=303)= 12,27, p= 0,00].

Tabela 59 – Uso de álcool pelos pais e uso de álcool (alcoolismo) pelo prisioneiro

Alcoolismo		Pais		Total	
		Não	Sim		
Prisioneiros	Não	f	137	53	190
		f%	72,11	27,89	100,00
		f%	69,90	49,53	62,71
Sim	Sim	f	59	54	113
		f%	52,21	47,79	100,00
		f%	30,10	50,47	37,29
Total	Total	f	196	107	303
		f%	64,69	35,31	100,00
		f%	100,00	100,00	100,00

Relação entre o uso de álcool pelos pais e o uso de drogas ilícitas pelo prisioneiro

O teste do Qui quadrado não acusa evidência de associação entre estas variáveis. Observa-se realmente perfis idênticos entre as categorias de uso de drogas, apresentados na Tabela 60 [χ^2 (N=303)= 1,72, p= 0,42].

De acordo com os dados, o uso de álcool pelos pais não se encontra associado ao uso de outras drogas pelos filhos, sugerindo que este tipo de comportamento paterno não constitui um modelo que se generaliza para outros tipos

de dependência química, para os quais outros fatores entrariam contribuindo.

Tabela 60 – Uso de álcool pelos pais e uso de drogas ilícitas pelo prisioneiro

Uso de drogas ilícitas pelo prisioneiro		Uso de álcool pelos pais		Total
		Não	Sim	
Nada	f	63	31	94
	f%	67,02	32,98	100,00
	f%	32,14	28,97	31,02
Maconha	f	51	23	74
	f%	68,92	31,08	100,00
	f%	26,02	21,50	24,42
Cocaína, <i>Crack</i> e Combinações	f	82	53	135
	f%	60,74	39,26	100,00
	f%	41,84	49,53	44,55
Total		196	107	303
		64,69	35,31	100,00
		100,00	100,00	100,00

Uso de violência no crime e o fato do prisioneiro ser alcoolista

Como já foi dito anteriormente, se considera violência no crime quando houve danos à integridade corporal da vítima.

O fato do prisioneiro ser alcoolista não apresentou significância estatística quanto ao uso de violência [χ^2 (N= 308)= 0,73, p= 0,39], com isso, não houve associação entre o emprego de violência no crime e alcoolismo conforme se observa na Tabela 61.

Pesquisa realizada por Minayo e Deslandes (1998), que procurou caracterizar o peso da violência (inclusive acidentes de trânsito) no atendimento de emergência hospitalar de dois hospitais do Rio de Janeiro, RJ, nos casos em que foi identificado

o consumo de algum tipo de droga, o álcool configurou-se como o mais freqüentemente consumido: aproximadamente 89% das ocorrências que envolviam o uso de substâncias psicoativas.

Os autores alertam que os dados expostos devem ser relativizados, pois correspondem a uma forma de investigação (emergência hospitalar) e a apenas um mês de rotina.

E que apesar dos especialistas concordarem que drogas e álcool freqüentemente têm papel importante nos comportamentos violentos, seu papel específico não está claro.

Ainda citando estes autores, eles referem que estudos experimentais mostram que o abuso de álcool pode ser responsável pelo aumento da agressividade entre os usuários.

Porém, eles afirmam que não é possível saber se essas pessoas em estado de abstinência não teriam cometido as mesmas transgressões.

Os dados deste estudo não mostram que existe associação entre o fato de o prisioneiro ter sido alcoolista e cometer crime com o emprego de violência.

Portanto, não reforçando a afirmação dos especialistas que atribuem importância no papel das drogas nos comportamentos violentos, conforme mencionado anteriormente.

É provável que mais do que substâncias psicoativas, outros fatores tais como a estrutura de personalidade de uma pessoa tenham papel determinante no comportamento violento.

Tabela 61 – ser alcoolista e uso de violência no crime

Violência	Alcoolista		Total
	Não	Sim	
Não	140	77	217
	64,52	35,48	100,00
	72,16	67,54	70,45
Sim	54	37	91
	59,34	40,66	100,00
	27,84	32,46	29,55
Total	194	114	308
	62,99	37,01	100,00
	100,00	100,00	100,00

Uso de drogas ilícitas e emprego de violência no crime

Para compreender a associação entre o emprego de violência no crime praticado e o uso de drogas ilícitas, os sujeitos foram divididos segundo o fato de terem cometido crimes com violência (N=91) e sem violência (217) e para a variável uso de drogas ilícitas segundo três grupos: os que não usavam drogas ilícitas (N=95), os que usavam maconha (N=75) e os que fizeram uso de combinação de drogas ilícitas (N=138).

A discriminação dos sujeitos segundo os tipos de drogas ilícitas foi realizada em função do efeito esperado da droga no comportamento das pessoas.

A cocaína acaba provocando comportamento violento e irritabilidade (Minayo & Deslandes, 1998; Cebri, 1999; Leite, 1999; Ferreira, 2001) já a maconha provoca passividade, apatia e lentidão (Andrade, 1995; Hird *et al.*, 1997; Caldeira *et al.*, 1998; Cebri, 1999).

O teste de Qui quadrado aplicado aos dados indicou diferença significativa entre o uso de drogas e o emprego da violência [χ^2 (1, n=308) = 8,74, p = 0,003]. Há

uma percentagem maior de indivíduos que cometeram crimes violentos sem serem usuários de qualquer droga ilícita (41,05%). A seguir vêm os que utilizam combinação de drogas ilícitas (25,36%) e num percentual menor, os usuários de maconha (22,67%) (Tabela 62).

De acordo com a análise de *Odds Ratio* a chance de cometer crime com violência é 2,4 menor entre os usuários de maconha do que os não usuários e 2,1 vezes menor para os usuários de combinações de droga (incluindo cocaína e *crack*) quando comparados aos que não usam drogas. Isto é, de acordo com estes dados, não se pode associar indiscriminadamente o uso de drogas a crimes com violência, pois a maioria dos crimes violentos é cometida por quem não é usuário de drogas ilícitas.

Segundo o estudo de Minayo e Deslandes (1998), feito em emergência de hospitais, nos casos em que foi detectado o uso de drogas, das agressões atendidas, cerca de 35% envolveram o uso de drogas ilícitas. Tais dados apontam para o fato de que uma em cada três agressões envolveu o consumo de drogas.

Estes autores mencionam que estudos experimentais apontam para evidências de que a cocaína, os barbitúricos, as anfetaminas e os esteróides têm propriedades que podem motivar atitudes, comportamentos e ações violentas. Por exemplo, os usuários de cocaína têm problemas de supressão de atividades neurotransmissoras, podendo ser vítimas de depressão, paranóia e irritabilidade.

Porém, eles afirmam que não é possível saber se essas pessoas, assim como os usuários de álcool, em estado de abstinência não teriam cometido as mesmas transgressões.

Os autores concluem que não se pode afirmar pela relação causal entre drogas e violência, visto que as taxas de homicídios são bem baixas se comparadas

com as de prevalência de uso de álcool ou drogas.

Também para esta associação, os dados encontrados neste estudo, não se assemelham aos referidos estudos experimentais, que apontam para evidências de que a cocaína, por exemplo, tem propriedades que podem motivar atitudes, comportamentos e ações violentas.

A questão do uso de violência no cometimento do crime parece pois encerrar uma maior complexidade nos fatores a ela associados, não se podendo associar de forma simplista e linear o uso de drogas ao de violência, por ocasião de delitos.

Tabela 62 – Uso de drogas ilícitas e emprego de violência no crime

Violência	Uso drogas			Total
	Não usa	Maconha	Combinação (inclui cocaína ou <i>crack</i>)	
Não	56	58	103	217
	25,81	26,73	47,47	100,00
	58,95	77,33	74,64	70,45
Sim	39	17	35	91
	42,86	18,68	38,46	100,00
	41,05	22,67	25,36	29,55
Total	95	75	138	308
	30,84	24,35	44,81	100,00
	100,00	100,00	100,00	100,00

Emprego de violência no crime e se esteve em instituição

Também contrariamente ao esperado, não se obteve associação entre o fato do prisioneiro já ter passado por instituição de menores e cometer crime violento [χ^2 (N= 308)= 0,00, p= 0,93]. Observam-se perfis praticamente idênticos nos dois subgrupos (Tabela 63), contrariando a tese de que as instituições fechadas para adolescentes, entre outros efeitos que provocam, é a revolta dos internos que

acabam se tornando agressivos quando em liberdade. Estas instituições podem funcionar como verdadeiras “escolas de crimes”, porém, não configurando ser de crime violento, segundo este estudo.

Tabela 63 – Se esteve em instituição e emprego de violência no crime

Violência	Instituição		Total
	Não	Sim	
Não	182	35	217
	83,87	16,13	100,00
	70,54	70,00	70,45
Sim	76	15	91
	83,52	16,48	100,00
	29,46	30,00	29,55
Total	258	50	308
	83,77	16,23	100,00
	100,00	100,00	100,00

Emprego de violência no crime e primeira prisão

Não há associação significativa entre o uso de violência e o fato de ser a primeira vez em que o participante foi preso, conforme se observa na Tabela 64 [χ^2 (N= 308)= 2,22, p= 0,13].

Tabela 64 – Primeira prisão e emprego de violência no crime

Violência	Primeira Prisão		Total
	Não	Sim	
Não	111	106	217
	51,15	48,85	100,00
	66,87	74,65	70,45
Sim	55	36	91
	60,44	39,56	100,00
	33,13	25,35	29,55
Total	166	142	308
	53,90	46,10	100,00
	100,00	100,00	100,00

Cor do prisioneiro e o emprego de violência no crime

Existe uma fraca evidência de associação em relação à cor do prisioneiro e o uso de violência no crime, de acordo com a análise feita através do teste do Qui quadrado [χ^2 (N= 308)= 4,69, p= 0,09] (Tabela 65).

Observa-se na Tabela 66 uma concentração maior de brancos nos crimes violentos (69%), assim como a violência foi praticada por 32% dos prisioneiros brancos. O perfil do negro é semelhante.

Dentre os que cometeram crimes sem violência, nota-se a diferença entre os pardos, que em 80,28% dos crimes não usaram de violência. Este fato é confirmado pelas Razões de Chances, onde não há uma Razão de Chance significativa entre branco e negro, mas existe entre pardo e branco, sendo que a chance de violência é 2,4 vezes menor se o indivíduo é pardo em comparação com o branco.

Tratam-se de resultados algo surpreendentes, já que em princípio não se esperava encontrar associação entre etnia e o uso de violência.

Análises mais refinadas envolvendo o cruzamento de outras variáveis deverão ser realizadas para que se compreenda melhor o sentido da associação ora observada.

Tabela 65 – Cor e emprego de violência no crime

Violência	Cor			Total
	Branca	Negra	Parda	
Não	136	24	57	217
	62,67	11,06	26,27	100,00
	68,34	63,16	80,28	70,45
Sim	63	14	14	91
	69,23	15,38	15,38	100,00
	31,66	36,84	19,72	29,55
Total	199	38	71	308
	64,61	12,34	23,05	100,00
	100,00	100,00	100,00	100,00

Uso de substâncias psicoativas no momento do crime e o emprego de violência no crime

O uso de substâncias psicoativas no momento do crime não apresentou associação com o uso de violência ($p = 0,61$), conforme se observa na Tabela 66 [χ^2 (N= 305)= 0,98, $p= 0,61$].

Tabela 66 – Uso de substâncias psicoativas no momento do crime e emprego de violência no crime

Violência	Substância			Total
	Nada	Álcool e drogas ilícitas	Nega o delito	
Não	147	57	11	215
	68,37	26,51	5,12	100,00
	69,01	75,00	68,75	70,49
Sim	66	19	5	90
	73,33	21,11	5,56	100,00
	30,99	25,00	31,25	29,51
Total	213	76	16	305
	69,84	24,92	5,25	100,00
	100,00	100,00	100,00	100,00

Assim como a utilização de drogas ilícitas pelo participante não apresentou associação com o emprego de violência no crime, também no momento do crime, o uso de substância psicoativas (incluindo o álcool) não resultou em associação com o cometimento do crime com violência.

Os dados encontrados através da análise de associações entre variáveis revelam que:

- A Razão de Chances para o prisioneiro utilizar álcool dado o uso por um dos pais é 2,36 vezes maior se um dos pais usa. Ou ainda, o fato de pelo menos um dos pais ser alcoolista, aumenta em aproximadamente 2,4 vezes a chance do prisioneiro também o ser;
- Não foi encontrada evidência de associação entre o uso de álcool pelos pais e uso de drogas ilícitas pelo prisioneiro;
- Não houve associação entre o emprego de violência no crime e o uso de álcool pelo prisioneiro;

- Os crimes perpetrados com o emprego da violência foram cometidos na grande maioria por indivíduos que negaram o uso de drogas ilícitas;
- Não há associação entre o fato do prisioneiro já ter passado por instituição e cometer crime violento;
- Não há associação significativa entre o uso de violência e o fato de ser a primeira vez em que o participante foi preso;
- Uma concentração maior de brancos na prática de crimes violentos (69%), assim como a violência foi praticada por 32% dos prisioneiros brancos. O perfil do negro é semelhante. Nota-se a diferença entre os pardos, que em 80% dos crimes não usaram de violência;
- O uso de substâncias psicoativas no momento do crime não apresentou associação com o uso de violência.

As associações realizadas apontam aspectos interessantes sobre o emprego de violência no ato criminoso, mas requerem outras análises envolvendo o estudo de múltiplas variáveis para que uma compreensão mais abrangente deste fenômeno seja possível.

TIPIFICAÇÃO DE DISTINTOS PERFIS DE PRISIONEIROS

Esta terceira e última parte da análise estatística dos resultados, utiliza um método de análise que se baseia na classificação dos indivíduos quanto ao perfil destes em relação a um conjunto de variáveis. Estas variáveis foram divididas em escopos do instrumento Entrevista de Inclusão, sendo que uma variável pode pertencer a mais de um escopo.

Os testes utilizados foram o de Análise de Correspondência Múltipla – ACM e Análise Fatorial. As variáveis usadas do instrumento Entrevista de Inclusão estão divididas em escopos relacionados a diversos aspectos do prisioneiro, incluindo relações familiares, finanças, envolvimento com drogas, tipos de crimes, entre outros.

A interpretação das freqüências marginais das tabelas, já apresentadas (tabelas de cruzamentos sobre a condição do preso, condenado ou provisório) é de grande importância no entendimento das inter-relações entre os itens (perguntas) que compõem cada escopo. Estas inter-relações quando acontecem de forma consistente e interpretável são consideradas fatores, ou constructos.

No caso de variáveis quantitativas, ou no mínimo ordinais o enfoque da Análise Fatorial é de domínio comum, principalmente na psicometria.

No entanto para variáveis qualitativas (também chamadas categóricas ou em escala nominal) (Pereira, 2001) algumas alternativas estão em desenvolvimento. Gifi (1990) apresenta o enfoque da Análise de Correspondência Múltipla – ACM - (ou como chamada pelo autor, Análise de Homogeneidade) e desenvolvida por Colugnati (2001) no contexto da psicometria.

A Análise de Correspondência Múltipla (Geenacre, 1984) permite representar graficamente em um número menor de dimensões (duas ou três dimensões), uma tabela originalmente de grande dimensão. Esta representação pode ser tanto das categorias das variáveis envolvidas, quanto dos indivíduos, ou ainda simultaneamente. O fato de dois pontos (de indivíduos ou de categorias) estarem próximos no gráfico indica a associação ou semelhança de perfis de resposta entre os mesmos. Ou seja, dois indivíduos próximos indicam que ambos têm o mesmo tipo de resposta, dois pontos de categorias de variáveis diferentes indicam que os

indivíduos que responderam a uma delas, responderam também à outra de forma predominante.

Esta análise não utiliza os aspectos analíticos como testes de hipótese. Trata-se de uma análise descritiva, onde há uma quantificação de atributos qualitativos, nos mesmos moldes da Análise Fatorial.

É apresentado o Coeficiente de Discriminação η^2 que tem uma interpretação análoga à da correlação. Ele varia de 0 a 1 e quanto mais próximo deste limite superior de 1, maior a associação entre as variáveis. Logo estes coeficientes podem ser interpretados como os coeficientes da Análise Fatorial.

Um auxílio a esta interpretação são os gráficos destes coeficientes, também apresentados como gráficos de associação. O fato de duas variáveis estarem muito próximas e longe da origem do gráfico, evidencia a associação. Se as variáveis encontram-se juntas a um dos eixos, significa que só se relacionam com o fator correspondente a este eixo.

O mapa da ACM ajuda a interpretar em que categorias das variáveis esta associação ocorre.

Este será o enfoque dado nas análises a seguir.

Foram encontrados três perfis de prisioneiros que foram analisados: relações familiares; uso de substâncias psicoativas, HIV, e crime; e condição financeira e crime, e suas respectivas variáveis.

Para o escopo relações familiares considerou-se as seguintes variáveis: 1. faixa etária do prisioneiro quando do falecimento dos pais; 2. qualidade do relacionamento com os pais; 3. pais vivem juntos; 4. por quem foi criado; 5. pessoas importantes no passado e atualmente; 6. número de irmãos; 7. número de filhos.

Quanto ao escopo, uso de substâncias psicoativas, HIV e crime, são as seguintes as variáveis: 1. HIV; 2. uso de drogas ilícitas; 3. faixa etária em que começou a usar drogas ilícitas; 4. alcoolismo dos pais; 5. faixa etária do primeiro delito; 6. motivo do primeiro delito; 7. explicação por ser o único na família com problemas judiciais; 8. se cometeu o crime sob efeito de substâncias psicoativas; 9. violência no crime.

O escopo condição financeira e crime inclui as variáveis: 1. condição financeira na infância; 2. condição financeira na adolescência; 3. condição financeira na fase adulta; 4. faixa etária do primeiro delito.

Seguem os resultados dentro de cada escopo.

Relações familiares

As relações encontradas são de intensidade moderada (em torno de 0,4 a 0,6).

O primeiro fator é a representação das relações com o pai, principalmente (condição do pai, faixa etária quando perdeu o pai, qualidade do relacionamento com o pai, se os pais vivem juntos). Pelo mapa da ACM (Figura 1) observa-se que esta associação ocorre principalmente pela ausência do pai (lado esquerdo do gráfico): as categorias de pai vivo ignorado (condição do pai), pai morto entre 1-10 anos (faixa etária quando o pai faleceu), relação com pai prejudicada (qualidade do relacionamento com o pai). Estas se opõem às famílias completas (lado direito), com presença de pai e mãe.

O segundo fator evidencia as relações com a mãe, que foram prejudicadas. Observa-se na Figura 1 que isto se evidencia na parte inferior do mapa, onde aparecem as variáveis que se referem ao pai como a pessoa mais importante da

atualidade, a relativa ao fato de ter sido criado pelo pai, devido à morte precoce da mãe, ou a variável correspondente em não saber a condição da mãe (se viva ou morta).

Pode-se dizer que neste escopo as associações ocorrem de forma independente nas variáveis de pai e mãe (note na Figura 1 que estas variáveis discriminam apenas em 1 dos eixos). A variável “por quem foi criado” coloca-se com contribuição em ambos os eixos, pois é a compensação da falta de um dos pais.

No que tange ao pai, os coeficientes de discriminação apontam os fatores relativos à faixa etária em que perdeu o pai, a qualidade do relacionamento com o pai, o fato dos pais viverem juntos e por quem foi criado.

No que se refere à mãe, os coeficientes de discriminação apontam os fatores referentes à faixa etária em que perdeu a mãe, a qualidade do relacionamento com a mãe, por quem foi criado e a pessoa referida como mais importante atualmente (ver Figura 2).

São apresentados três perfis de participantes nas variáveis relativas às relações familiares. O primeiro deles é formado pelo grupo que teve o pai ausente, tanto pelo fato de que este morreu quando ainda era criança ou porque o pai está na condição de ignorado (no registro de nascimento não aparece o nome do pai) ou ainda que deixou de ter contato com ele, principalmente por ele ter abandonado a família (a separação dos pais foi o fator que mais contribuiu).

O grupo pertencente a este perfil marcado pela ausência paterna, mencionou ter sido criado pela mãe ou mãe e outros (padrasto ou avós), a pessoa referida como mais importante no passado foi a mãe e outros (geralmente avós) e atualmente também é a mãe. Com isso, a mãe torna-se a figura mais importante na vida deste grupo, tendo presença marcante tanto na sua criação quanto em seu momento

atual.

O grupo deste perfil que sofreu a ausência materna, refere ter sido criado pelo pai e este é referido como a pessoa mais importante atualmente, embora a figura do pai não tenha se mostrado expressiva no passado.

E o terceiro grupo formado neste perfil, teve a presença dos pais tanto em sua criação quanto na referência de que eles vivem juntos e são as pessoas mais importantes atualmente, apesar de que a família (avós, filhos e companheira) também é discriminada.

Parece que a ausência de um dos genitores marca de modo intenso a influência de um deles na vida do participante, muito mais do que quando ambos estão presentes, neste caso, ou ambos são referidos como pessoas importantes atualmente ou existe a distribuição de seu afeto às pessoas da família, de um modo mais geral. Com isso, a ausência de um genitor evidencia a presença de um deles como um membro da família em especial.

A autora tem observado que a mãe é considerada por muitos prisioneiros como sendo a pessoa mais importante na vida deles, inclusive, se alguém a ofende a resposta dele não será outra que não o confronto físico, que poderá até mesmo acontecer de forma extrema, com o assassinato do ofensor. Pode-se usar palavrões variados no ambiente carcerário, porém, ofender a mãe é questão de honra a ser reparada com sangue.

Esta observação vem de encontro ao perfil de participantes que tiveram o genitor ausente, visto que a mãe foi considerada a pessoa mais importante para eles, tanto no passado quanto no presente.

Tabela 67 - Coeficientes de discriminação para os fatores encontrados nas questões de Família

Questão	1º Fator	2º Fator
Faixa etária em que o pai faleceu	0,654	0,178
Qualidade do relacionamento com o pai	0,641	0,111
Faixa etária em que a mãe faleceu	0,112	0,597
Qualidade do relacionamento com a mãe	0,124	0,460
Número de irmãos	0,053	0,021
Pais vivem juntos	0,648	0,186
Por quem foi criado	0,434	0,437
Se tem companheira	0,015	0,031
Número de filhos	0,009	0,075
Pessoa importante no passado	0,186	0,080
Pessoa importante atualmente	0,226	0,406

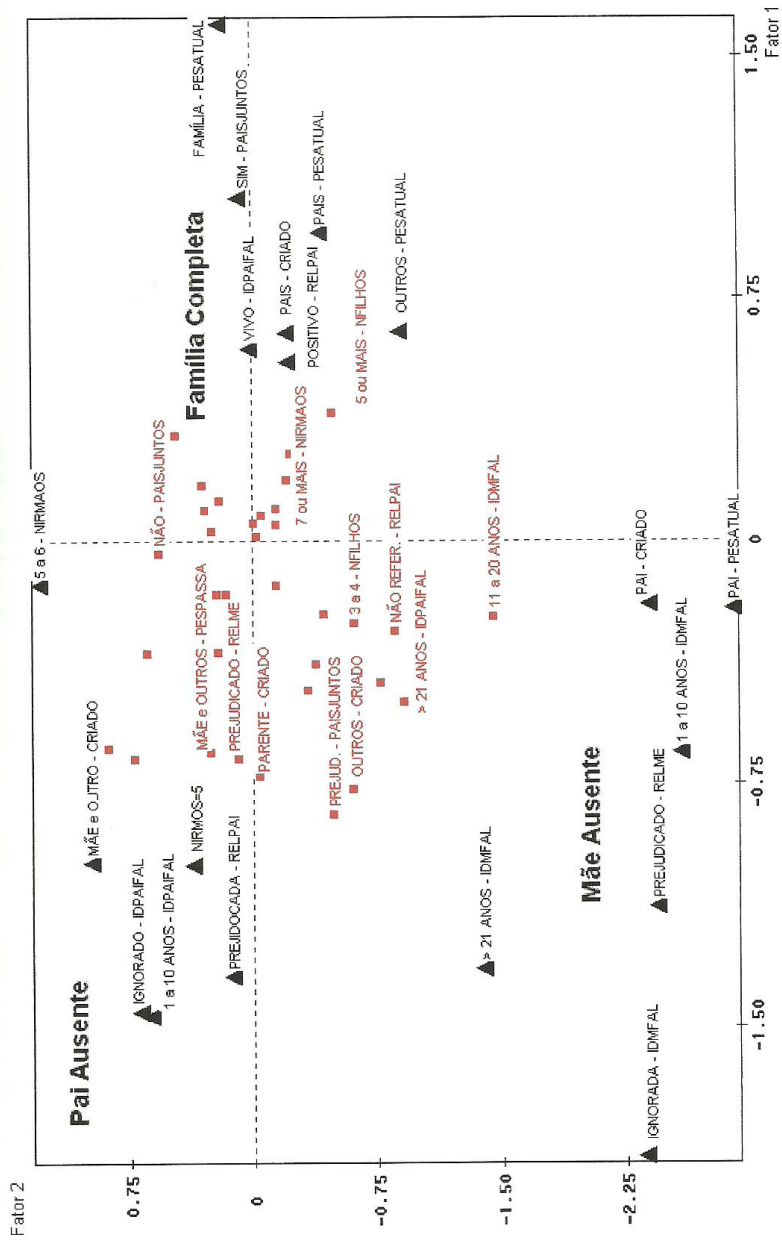


Figura 1 – Mapa de A. C. M. para variáveis de relações familiares

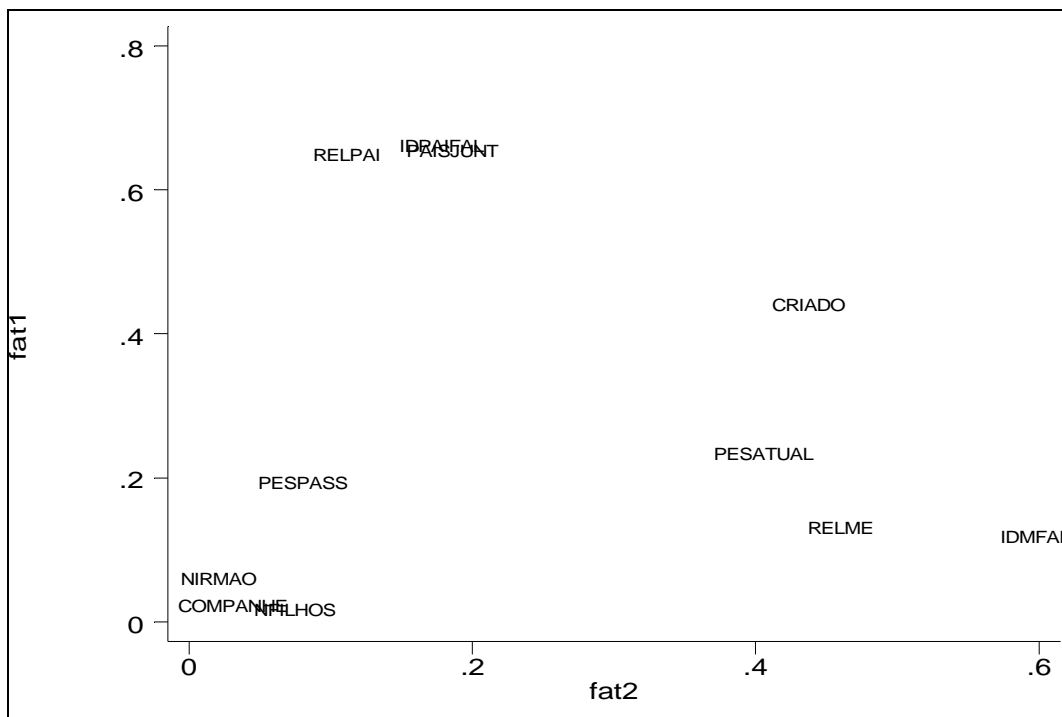


Figura 2 - Associações ($\eta^2_1 \times \eta^2_2$) para variáveis de relações familiares

FPAIFAL¹: Faixa etária em que perdeu o pai RELPAI²: Qualidade do relacionamento com o pai FAMFAL³: Faixa etária em que a mãe faleceu RELMAE⁴: Qualidade do relacionamento com a mãe NIRMAO⁵: Número de irmãos PAISJUNT⁶: Pais vivem juntos CRIADO⁷: Por quem foi criado COMPANHE⁸: Se tem companheira NFIHOS⁹: Número de filhos PESPASS¹⁰: Pessoa importante no passado PESATUAL¹¹: Pessoa importante atualmente

Condição financeira e crime

Neste escopo apenas o primeiro fator tem relevância. O segundo é apresentado apenas como auxiliar nas interpretações e representações gráficas.

O grande constructo neste caso é a condição financeira, em qualquer fase da vida. Se o indivíduo tinha a dificuldade na infância, esta continua na adolescência e na vida adulta (Figura 3). No mapa da ACM (Figura 4) observa-se ainda a forte oposição entre estas condições, sendo que o lado direito do gráfico assinala indivíduos que não têm dificuldades financeiras enquanto o lado esquerdo mostra o oposto.

Há ainda a coerência de outras categorias de outras variáveis, apesar de não

contribuírem no global. É o caso de 'motivo do primeiro delito' onde do lado direito observam-se as categorias 'nega delito' e 'pessoal', enquanto no esquerdo temos o 'vício' como motivo. O mesmo para 'faixa etária do primeiro delito', onde no lado direito a faixa etária é de mais idade, enquanto no lado esquerdo temos a primeira faixa.

No segundo fator destaca-se apenas a variável 'o que pensa do presente', sendo determinada pela oposição entre a categoria 1 (no alto) e 2 (na parte de baixo da Figura 4).

O grupo que menciona a dificuldade financeira desde a infância, atribui a ela o motivo para o cometimento do primeiro delito, portanto, existindo um *continuum* entre a condição financeira a que foi submetido e o motivo por ele afirmado como sendo responsável por sua iniciação no mundo do crime. Atribui aspectos positivos ao presente (que está bem, que está passando por purificação, que poderia ser pior e que está passando por um bom aprendizado), talvez como uma forma de se conformar com as dificuldades enfrentadas na vida.

O grupo formado pelos participantes que afirmaram não ter passado por dificuldades financeiras, menciona o cometimento do primeiro delito após os 18 anos, julga que teve o passado com acontecimentos positivos (que foi bom, que foi a melhor época da vida, que não tem queixa dele), tende a negar o delito ou que ele aconteceu por circunstâncias alheia à sua vontade (foi envolvido, não teve apoio, não sabe, imaturidade ou numa briga), julga que terá um futuro melhor (relacionado à família, trabalho, não voltar a cometer crimes, enfim, viver bem).

E um terceiro grupo que não referiu a condição financeira, porém, atribui ao vício o motivo do primeiro delito, que este ocorreu quando tinha menos de 17 anos, julga o presente como algo negativo (é ruim, está preso, é triste, está péssimo, sofre,

é uma vergonha, está difícil), sobre o passado, não quer pensar ou gostaria de voltar atrás, ou aquele que não se arrepende do que fez.

Tabela 68 - Coeficientes de discriminação para os fatores encontrados nas questões de Condição Financeira

Questão	1º Fator	2º Fator
Dificuldade financeira na infância	0.593	0.040
Dificuldade financeira na adolescência	0.579	0.056
Dificuldade financeira na vida adulta	0.391	0.015
Faixa etária do primeiro delito	0.097	0.294
Motivo do primeiro delito	0.154	0.327
O que pensa do passado	0.132	0.308
O que pensa do presente	0.016	0.470
O que pensa do futuro	0.063	0.025
Uso de violência no crime	0.000	0.014

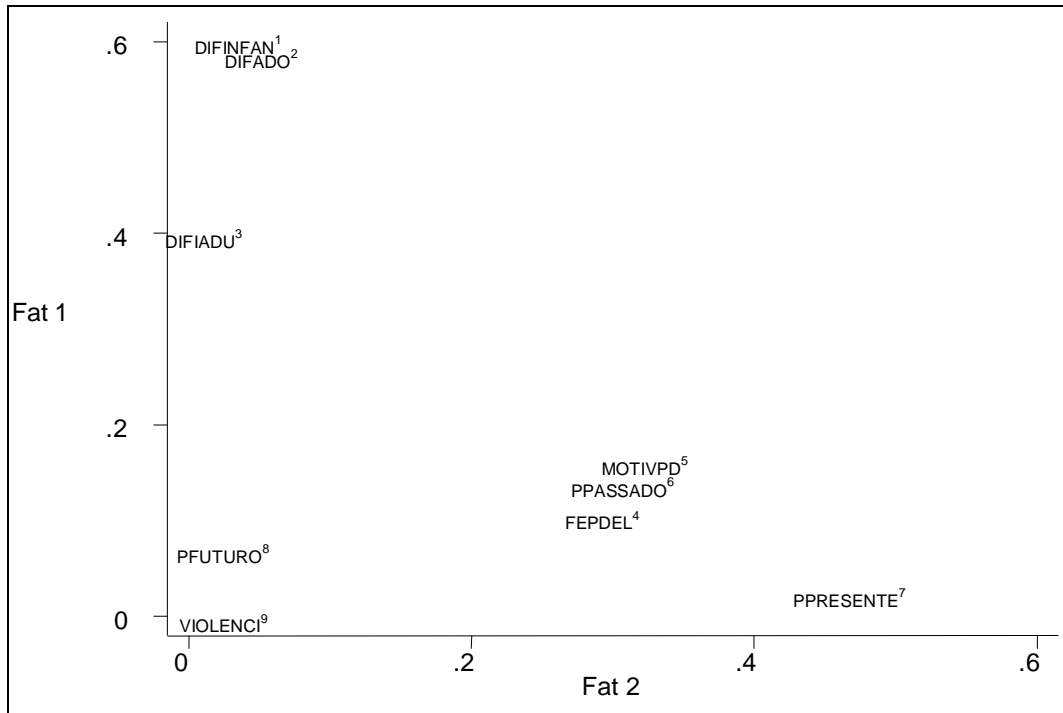


Figura 3- Associações ($\eta^2_1 \times \eta^2_2$) para variáveis de condição financeira e crime
 DIFINFAN¹: Dificuldade financeira na infância DIFADO²: Dificuldade financeira na adolescência
 DIFIADU³: Dificuldade financeira na vida adulta FEPDEL⁴: Faixa etária do primeiro delito
 MOTIVPD⁵: Motivo do primeiro delito PPASSADO⁶: O que pensa do passado
 PPRESENTE⁷: O que pensa do presente PFUTURO⁸: O que pensa do futuro
 VIOLENCI⁹: Uso de violência no crime

Uso de substâncias psicoativas, HIV e crime

Este escopo apresentou um comportamento de ordenação, evidenciado pelo formato em arco da disposição dos pontos, chamado por Colugnati (2001) de efeito ferradura.

Este efeito também surge de uma compensação entre características, do tipo 'ausência/presença', mais adequado aos tipos de dados estudados neste trabalho. Nestes casos também é comum encontrarmos fatores não ortogonais, ou seja, dependentes, conforme se nota nos coeficientes de discriminação apresentados na Tabela 69 e na Figura 5.

A 'ausência/presença' se dá pelas variáveis de 'drogas ilícitas' e pelo reconhecimento do crime. Observando a Figura 6, nota-se que no canto inferior esquerdo estão presentes somente as categorias que 'negam' o uso de drogas ilícitas e o delito, enquanto no canto oposto estão as categorias com uso de drogas consideradas mais pesadas (*crack*), uso de drogas no cometimento do delito (drogas ilícitas e álcool/drogas ilícitas) tendo como motivo do primeiro delito e a explicação por ser o único na família com problemas judiciais, o 'vício'.

Esta disposição evidencia uma consistência forte entre os prisioneiros, sendo que tendem a negar ou confessar todos os aspectos que tratam destas características.

Apesar de não contribuir globalmente observa-se a categoria de HIV positivo no lado direito da Figura 6.

O perfil de um grupo é de usuários de drogas (destacando-se o *crack*), que atribuem o motivo do primeiro delito ao vício, assim como o fato de serem os únicos na família com problemas judiciais, no momento do crime usavam drogas, são soropositivos ou não tem o resultado do teste de HIV.

Destaca-se um outro grupo que afirma não usar drogas, atribui à incontinência familiar o motivo do primeiro delito ou o fez para se defender, ou ainda por dificuldade financeira, e tem os pais alcoolistas.

E por fim, um terceiro grupo que nega o delito e o uso de drogas, portanto, tende a negar qualquer envolvimento com a criminalidade.

Tabela 69 - Coeficientes de discriminação para os fatores encontrados nas questões de uso de substâncias psicoativas, HIV e crime

Questão	1º Fator	2º Fator
Teste de HIV	0.050	0.062
Uso de drogas ilícitas	0.419	0.037
Faixa etária que começou a usar drogas ilícitas	0.609	0.037
Uso de bebida alcoólica pelos pais	0.037	0.022
Uso de bebida alcoólica (Alcoolismo)	0.025	0.008
Faixa etária do primeiro delito	0.369	0.229
Motivo do primeiro delito	0.647	0.624
Explicação por ser único na família com problemas judiciais	0.456	0.524
Utilização de substância psicoativa por ocasião do delito	0.469	0.513
Uso de violência no crime	0.040	0.027

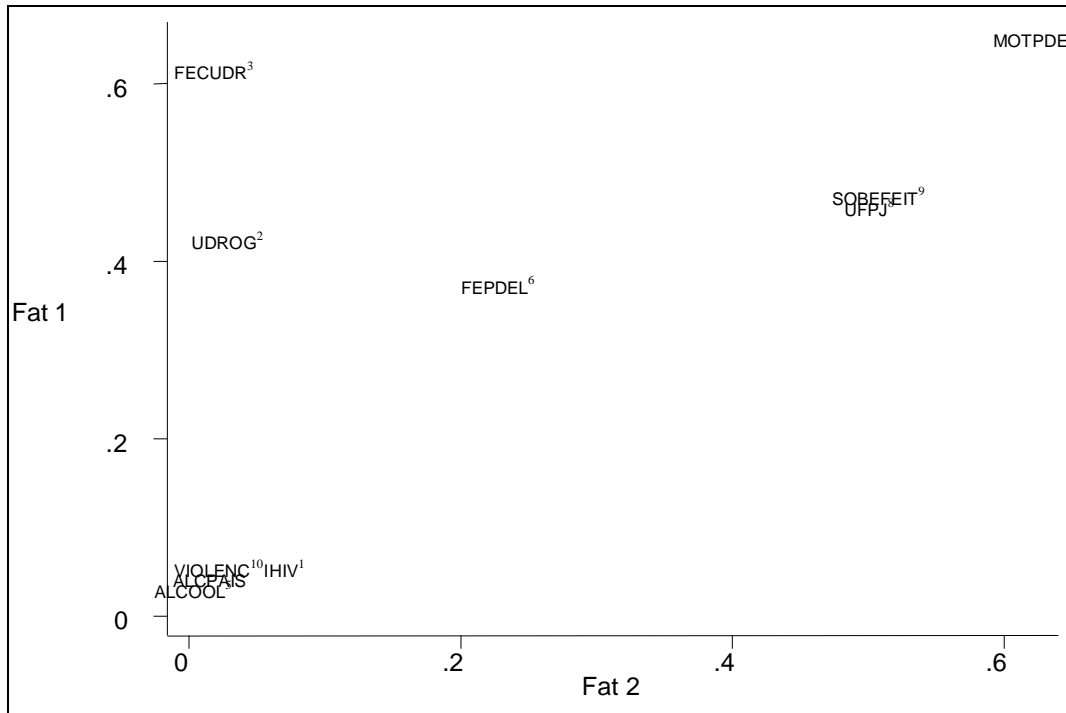


Figura 5 - Associações ($\eta^2_1 \times \eta^2_2$) para variáveis HIV, uso de substâncias psicoativas e crime

THIV¹: Teste de HIV UDROG²: Uso de drogas ilícitas FECUDR³: Faixa etária que começou a usar drogas ilícitas ALCPAIS⁴: Uso de bebida alcoólica pelos pais ALCOOL⁵: Uso de bebida alcoólica (alcoolicismo) FEPDEL⁶: Faixa etária do primeiro delito MOTPDEL⁷: Motivo do primeiro delito UFPJ⁸: Explicação por ser único na família com problemas judiciais SOBEFEIT⁹: Utilização de substância psicoativa por ocasião do delito VIOLENC¹⁰: Uso de violência no crime

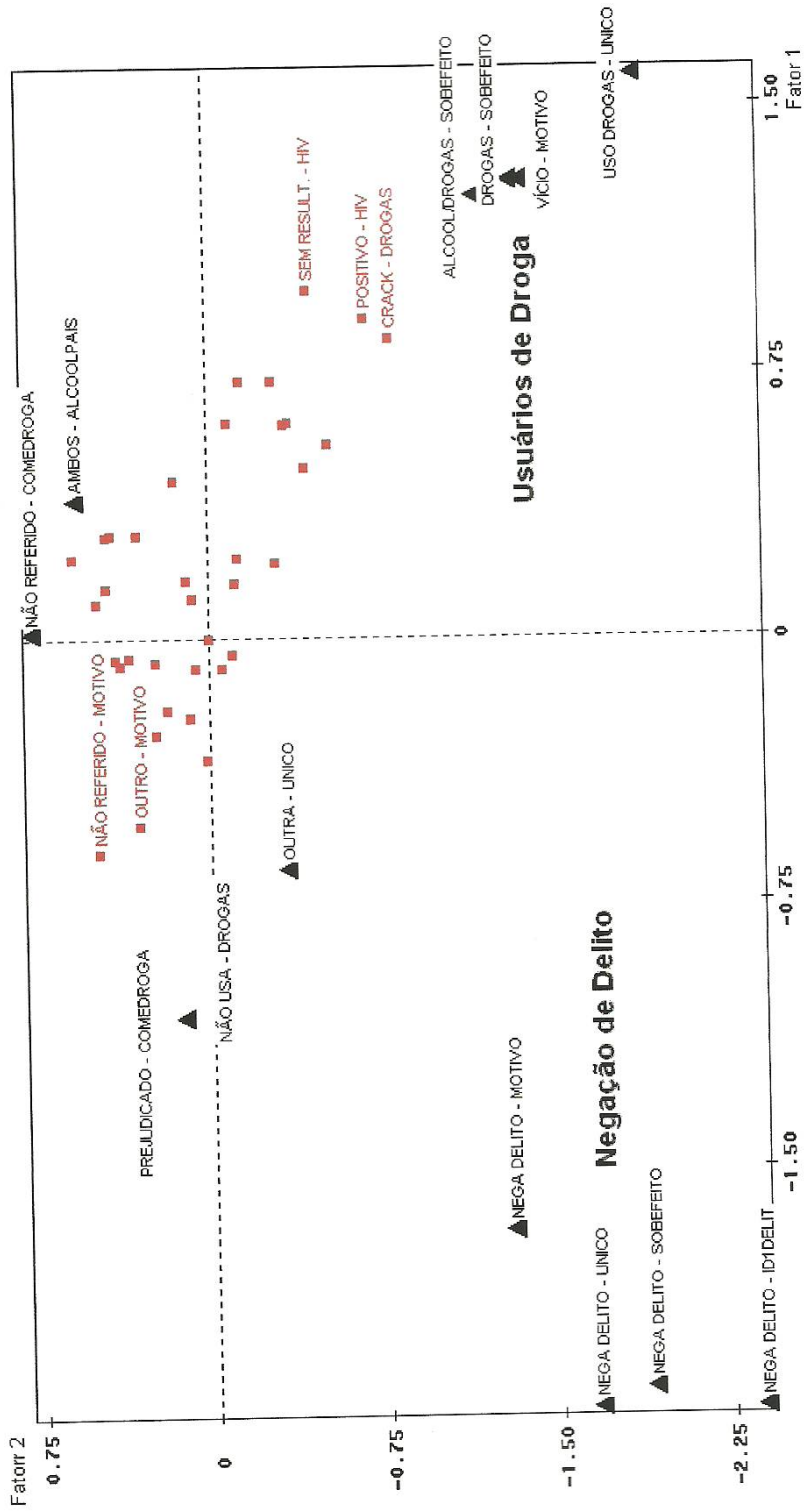


Figura 6 – Mapa de A. C. M. para variáveis de H. I. V., uso de substâncias psicoativas e crime

Os dados encontrados nesta terceira etapa da análise, em que se procurou levantar perfis dos participantes, através da ACM apontam que as associações foram de média para baixa intensidade, com coeficientes máximos em torno de 0,6. No entanto, são interpretáveis e consistentes.

No escopo de família e drogas ilícitas/H. I. V. observam-se as maiores associações, além da presença de dois fatores, o que praticamente não acontece com o escopo financeiro o qual aponta um fator único.

A variável de violência não se associou em nenhum dos escopos em que foi incluída. Aparece como um fator de pouca expressividade (terceiro ou quarto), e, portanto não foi reportado ou interpretado.

CONCLUSÕES FINAIS

Conforme referido no item procedimento, os dados que permitiram a definição do perfil de encarcerados foram obtidos a partir de entrevistas realizadas por técnicos e estagiários com base no instrumento Entrevista de Inclusão.

Como todo instrumento ele comporta limitações que poderão eventualmente ser minimizadas em pesquisas futuras. Neste sentido, procede-se a seguir a sugestões de alterações que podem torná-lo melhor.

Aprimorar a formulação de alguns itens utilizando uma linguagem mais abrangente, como por exemplo, para Dados Pessoais, utilizar “Identidade” e acrescentar informações sobre escolaridade neste item.

Alteração em perguntas que podem subentender um certo preconceito como por exemplo a relativa à família: (Existem pessoas da família com problemas judiciais Quem Se é o único, como você explica isso...), visto que parece insinuar que a questão da criminalidade envolve um aspecto familiar pois se ele não é o único, já está explicado o porquê do seu envolvimento com o crime. Agora, se é o único, a explicação deveria ser relacionada a uma característica particular dele.

A partir destas sugestões, a autora propõe o Roteiro com as alterações mencionadas (Anexo III).

Um outro aspecto observado em relação ao Roteiro, diz respeito ao treinamento que deve ser feito aos seus aplicadores, visto que houve dificuldades em coletar alguns dados, por não terem sido referidos em vários roteiros, como por exemplo, estado civil, cor, naturalidade, e principalmente a situação processual.

Foi necessário se consultar o Prontuário Penitenciário de vários participantes ou quando este já havia sido transferido (o Prontuário vai junto) as “fichas”

arquivadas na Unidade que contêm estas informações.

O levantamento complementar destes dados, portanto, acabaram dispensando um trabalho árduo da autora, o qual seria dispensável, caso tais informações tivessem sido coletadas pelo aplicador.

Ainda sobre a coleta de dados, os aplicadores deveriam ser treinados para que os problemas apontados anteriormente não ocorressem e também para que houvesse maior fidedignidade em relação a certas características dos entrevistados, como por exemplo, a cor. É necessário frisar que pode ter ocorrido divergências em relação a este dado, pois o 'pardo' pode ter sido considerado de cor branca ou negra, produzindo discrepância quanto a esta informação do encarcerado.

O Roteiro como instrumento para a caracterização dos encarcerados mostrou-se eficaz para este objetivo. Ele abrange vários aspectos da vida do prisioneiro, detalhando-os de forma que se tornam úteis para um maior conhecimento a respeito do entrevistado.

Também questões nele inseridas relacionadas ao envolvimento com o crime, culminando na situação carcerária e processual, permitem aglutinar informações que podem se tornar importantes em trabalhos que eventualmente sejam realizados com esta população.

Deve-se salientar que a probabilidade de respostas dissimuladas ou omissão de fatos considerados comprometedores aos entrevistados, podem ter ocorrido. Com isso, deve-se levar em conta a probabilidade de viés dos resultados no que se refere a determinadas respostas dadas pelos participantes. Por exemplo, é comum ao prisioneiro idealizar a família, atribuindo características irreais aos seus familiares, não significando que ele esteja querendo 'ludibriar' o entrevistador, mas simplesmente porque ele relata sobre a família que gostaria de ter, portanto, à

família idealizada por ele.

Também no que se refere às drogas e aos crimes pode ter havido omissão no relato, na tentativa de não se comprometer em relação a comportamentos anti-sociais. Quanto aos crimes, os que foram cometidos na menoridade do entrevistado, podem ter sido omitidos sem que se possa confirmar através do Prontuário Penitenciário ou do Diário da Vida Criminal, visto ser o menor de 18 anos inimputável legalmente.

Os resultados da *primeira parte da análise*, onde as variáveis foram estudadas individualmente e onde se procurou verificar diferenças entre presos condenados e provisórios, revelaram que, para a maioria das variáveis estudadas, estas diferenças não são significantes. Neste sentido, estas diferenças representam características comuns aos dois grupos, o que permite o uso de generalizações destas, para toda a população de encarcerados.

As variáveis que não apresentaram diferença significativa evidenciam que a população de encarcerados é formada, predominantemente, por sujeitos de cor branca, solteiros, católicos, com primeiro grau de escolaridade incompleto. São trabalhadores urbanos não qualificados, principalmente ajudantes e serventes, que começaram a trabalhar entre 13 e 15 anos e que trabalhavam por ocasião do delito que cometeram.

Em relação ao grupo familiar, têm o pai vivo, e nos casos em que o pai já faleceu, contavam, os entrevistados, com menos de 20 anos, na época. A qualidade do relacionamento com o pai, é avaliada, geralmente, como boa ou ótima.

A mãe está viva, e nos casos em que é falecida, os participantes tinham na ocasião, também, menos de 20 anos. O relacionamento com a mãe é, também considerado positivo.

Pertencem a família numerosa, geralmente com quatro filhos, no mínimo. É freqüente virem de famílias de pais separados, apesar de terem sido criados pelos pais. Quanto à vida conjugal, apesar de solteiros, têm uma companheira e quando tem filhos, a média é de um a dois.

Também afirmam não ter problemas judiciais na família e ainda, que os pais não usaram drogas ilícitas ou bebida alcoólica. Nos casos em que o alcoolismo foi referido, o pai foi a pessoa mais apontada.

Os entrevistados tiveram condições financeiras desfavoráveis, desde a infância, portanto, passaram por dificuldades.

Os aspectos afetivo-relacionais mostraram que a mãe é considerada a pessoa mais importante do passado, porém, no presente, outros membros da família, como filhos e companheira, ganham, também esta importância.

Quanto às melhores lembranças da infância e adolescência, o lazer é muito referido. Em relação às piores, foram citados agressão física, acidente ou doença, no período da infância, e foram omitidas lembranças negativas da adolescência. Consideram que têm amigos. Quando indagados sobre o maior defeito que possuem, características como irresponsabilidade, ambição, gênio difícil, foram apontadas.

Consideram o passado e o presente como algo negativo, porém acreditam que o futuro será melhor. Consideram a vida como algo bom, apesar das dificuldades e privações no passado e atualmente pelas quais passaram e referem passar.

No que tange às drogas ilícitas, usaram principalmente as drogas combinadas, tendo a maconha, sido muito referida. Quase a metade do grupo pesquisado não se submeteu ao Teste de H. I. V.

O envolvimento com o crime, mostra que muitos cometeram o primeiro delito após os 18 anos, não tendo passado por instituições de menores. Não usaram drogas no momento em que cometeram o crime, e tiveram a dificuldade financeira como principal motivo da ação criminosa. O crime mais cometido entre os entrevistados, foi contra o patrimônio, com destaque para o roubo e furto.

Quanto às variáveis que apresentaram diferença significativa entre os grupos de condenados e provisórios, estas revelaram as seguintes características para cada um deles:

Em relação aos condenados, verificou-se que são um pouco mais velhos, a faixa etária de maior incidência é de 19 a 37 anos, e estão entre os que mais referiram ter tido algum trabalho registrado.

Quanto ao que gostariam que mudasse na vida, mencionaram o desejo de sair da prisão. Os que foram os únicos na família com problemas judiciais, não encontraram explicação para este fato.

Referem o alcoolismo com mais frequência, e crimes relacionados a tóxicos são mais relatados. Atribuem à situação de dificuldade financeira o principal motivo do primeiro delito e caso pudessem escolher a pena que receberam, optariam por um regime prisional mais brando.

Quanto aos provisórios, estão, geralmente, na faixa de 18 a 32 anos, e muitos são oriundos da região sul do país.

Mencionam mudanças mais genéricas, como modo de viver, quando indagados sobre o que gostariam que mudasse na vida.

Afirmaram com mais frequência, não serem os únicos na família com problemas judiciais e explicaram o envolvimento com o crime como sendo motivado, basicamente, por uma “característica própria” (ovelha negra, falta de pensar).

Referem o uso das drogas ilícitas precocemente, e o porte ilegal de armas esteve mais presente entre eles.

O fato de terem cometido menos evasão, talvez seja justificado por estarem sendo presos pela primeira vez. Se pudessem escolher, não queriam nenhuma penalidade pelo delito cometido.

A *segunda parte da análise* dos resultados procurou estabelecer associações entre pares de variáveis apontando as conclusões a seguir.

A chance do participante ser alcoolista aumenta em mais de duas vezes quando ambos ou um dos pais também o é; não se encontrou associação entre o uso de álcool pelos pais e uso de drogas ilícitas pelo participante.

Não houve associação entre o emprego de violência no crime e o fato do prisioneiro ser alcoolista; os crimes perpetrados com o emprego de violência foram cometidos por indivíduos que negaram o uso de substâncias psicoativas (álcool e drogas ilícitas) no momento em que cometeram a ação criminosa.

Não há associação entre o fato do prisioneiro já ter passado por instituições de menores e ter cometido crime violento.

A prática de crimes violentos é mais freqüente entre os brancos e negros do que entre os pardos.

Na *terceira parte da análise*, onde se buscou a associação entre múltiplas variáveis, surgiram, basicamente, três grupos de variáveis relacionadas aos seguintes escopos: das relações familiares, da condição financeira e do uso de substâncias psicoativas, HIV e crime.

O escopo das **relações familiares** apresenta três grupos, sendo o primeiro formado pela ausência paterna (morto, ignorado ou que abandonou a família), os participantes mencionaram terem sido criados pela mãe ou mãe e outros (padrasto

ou avós).

A pessoa referida como mais importante no passado foi a mãe e outros (geralmente avós) e atualmente também é a mãe. Com isso, a mãe torna-se a figura mais importante na vida deste grupo, tendo presença marcante tanto na sua criação quanto em seu momento atual.

O grupo deste perfil que sofreu a ausência materna, refere ter sido criado pelo pai e este é referido como a pessoa mais importante atualmente, embora a figura do pai não tenha se mostrado expressiva no passado.

O terceiro grupo, formado neste perfil, teve a presença dos pais, que vivem juntos e criaram o entrevistado. Neste grupo os pais são apontados como as pessoas mais importantes no passado do participante. Atualmente a família, como um todo, é referida (avós, filhos e companheira).

No escopo relativo à **condição financeira**, o primeiro grupo menciona a dificuldade financeira vivida desde a infância e atribui a ela o motivo para o cometimento do primeiro delito. Existe um *continuum* entre a condição financeira e a iniciação no mundo do crime.

Este grupo atribui aspectos positivos ao presente (afirmam estar bem e acreditam que poderia ser pior e que estão passando por um bom aprendizado).

O grupo formado pelos participantes que afirmaram não ter passado por dificuldades financeiras, menciona o cometimento do primeiro delito após os 18 anos, julgam ter tido, no passado, acontecimentos positivos (consideram-no bom, a melhor época que tiveram na vida, e não se queixam dele).

Tendem a negar o delito ou afirmam que ele aconteceu por circunstâncias alheias à sua vontade, tais como ter sido envolvido, a falta de apoio, imaturidade, ter cometido o crime numa briga ou simplesmente não sabe explicar o motivo. Julgam

que terão um futuro melhor (relacionado à família, trabalho, não voltar a cometer crimes, enfim, viver bem).

Um terceiro grupo no qual não foi referida a condição financeira, atribui ao vício o motivo do primeiro delito.

Referem ter cometido o crime com menos de 17 anos, julgam o presente como algo negativo, sendo as principais queixas o fato da realidade atual ser ruim, o fato de estarem presos, se sentirem tristes, sofrerem e até se sentirem envergonhados.

Sobre o passado, não querem pensar ou gostariam de voltar atrás, ou ainda não se arrependem do que fizeram.

No escopo relativo ao **uso de substâncias psicoativas, HIV e crime**, o primeiro grupo é de usuários de drogas (destacando-se o *crack*). Os participantes deste grupo atribuem o motivo do primeiro delito ao vício, assim como o fato de serem os únicos na família com problemas judiciais.

No momento do crime usavam drogas, são soropositivos ou não tem o resultado do teste de HIV.

Destaca-se um outro grupo que afirma não usar drogas e atribui à incontinência familiar, defesa própria, ou dificuldade financeira o motivo do primeiro delito. Neste grupo também é encontrada a presença de pais alcoolistas.

Por fim, um terceiro grupo nega o delito e o uso de drogas, portanto, tende a negar qualquer envolvimento com a criminalidade.

A variável “crime violento” não se associou em nenhum dos escopos em que foi incluída.

Tomados em conjunto os resultados dos três níveis de análises realizadas, pode-se dizer que o estudo revela um perfil de encarcerados que corrobora, em

grande parte, a visão que se tem desta população. A de que se tratam de indivíduos jovens, provenientes de camadas sociocultural mais carentes, com poucas chances de acesso ao mercado formal de trabalho, em função do baixo nível de escolaridade e que têm no crime e nas drogas uma forma alternativa de acesso aos bens de consumo.

Em relação à violência, ainda que todo crime encerre em si um ato de violência, ela é restrita na maioria das vezes ao patrimônio e em escala menor à integridade da vítima.

São provenientes de família numerosa e apesar de muitos terem sido criados pelos pais, estes freqüentemente estão separados (muitos tem o pai ignorado ou que abandonou a família). Consideram a mãe a pessoa mais importante do passado. Designam-se solteiros, porém, têm uma companheira, não tem filhos ou quando os têm é de um a dois.

Como se observou, os crimes violentos são perpetrados principalmente pelos indivíduos brancos ou negros, com idade superior a 30 anos, que não passaram por instituições de menores e não eram usuários de substâncias psicoativas, bem como, ao cometerem o delito, nada usavam destas substâncias.

Sugestões de novas pesquisas

Poucas pesquisas foram encontradas nas publicações nacional sobre os encarcerados. Portanto, a autora sugere algumas que podem ser feitas:

- Validação do instrumento Entrevista de Inclusão utilizado neste trabalho;
- Conhecer as razões do predomínio de criminosos que empregam violência no cometimento de crimes na faixa etária superior a 30 anos;

- Explorar possíveis fatores associados ao fato de brancos e negros cometerem mais o crime com emprego da violência do que os pardos;
- Estudo sobre a utilização de substâncias psicoativas pelos encarcerados e o tipo de crime mais freqüentemente cometido;
- Fazer levantamento de características de reincidentes em crimes violentos.

REFERÊNCIAS

- Agresti, A. (1980). Analysis of categorical data. New York: John Wiley & Sons.
- Alexandre, J. W., Hillbrand, M., Spitz, R. T., & Young, J. L. (1999). Parricides: Characteristics of offenders and victims, legal factors, and treatment issues. Aggression and Violent Behavior, 4(2), 179 -190.
- Andrade, A. G. (1995). As drogas mais usadas no Brasil e suas conseqüências. In: Drogas, Aids e Sociedade (Programa Nacional de DST/AIDS, ed.), 53-59, Brasília: Ministério da Saúde/Programa Nacional de DST/AIDS.
- Andrade, A. G., Queiroz, S., Villaboim, R. C. M., Cesar, C. L. G., Alves, M. C. G. P. Bassit, A. Z. *et al.* (1997). Uso de álcool e drogas entre alunos de graduação da Universidade de São Paulo (1996). Rev ABP-APAL, 19, 53-59.
- Baus, J., Kupek, E. & Pires, M. (2002). Prevalência e fatores de risco relacionados ao uso de drogas entre escolares. Rev Saúde Pública, 36(1), 48-57.
- Beato, C. C. (1998). Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. Rev Bras Cien Sociais, 13 (37), 29-37.
- Beckman, A. A., Brusman, L. A., McElroy, S. L., Nelson, E. B., Ombala, J. M., Paul, E. J., Soutullo, C. A., Strakowski, S. M., & Taylor, P. J. (1999). Psychiatric features of 36 men convicted of sexual offenses. Journal of Clinical Psychiatry, 60(6), 414-420.
- Bifulco, A., Brown, G. W., & Harris, T.O. (1994). Childhood Experience of Care and Abuse (CECA): A Retrospective Interview Measure. Child Psychology and Psychiatry, 35, 1419-1435.
- Brame, R., Bushway, S., & Paternoster, R. (1999). Assessing stability and change in criminal offending: A comparison of random effects, semiparametric, and fixed

- effects modeling strategies. Journal of Quantitative Criminology, 15(1), 23-61.
- Brinkley, C. A., Harpur, T. J., Johnson, M. M. & Newman, J. P. (1999). Cohesion in texts produced by psychopathic and nonpsychopathic criminal inmates. Personality and Individual Differences, 26(5), 873 - 885.
- Boyum, D. & Kleiman, M. A. R. (1995). Alcohol and other drugs. In: Crime (D. Boyum & M. A. R. Kleiman, eds.), 295 - 326, California: Institute for Contemporary Studies Press.
- Caldeira, Z. F., Lima, E. S., & Dias, P. T. P. (1998). Da teoria à prática. In: Caldeira ZF, org. Uma proposta de trabalho preventivo: da teoria à prática. Rio de Janeiro: Kat's Gráfica e Ed., 20 - 27.
- Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas da Unifesp. (1999). Cocaína – pasta de coca, crack, merla. São Paulo: Departamento de Psicobiologia e Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas da Unifesp.
- Colugnati, F. A. B. (2001). Uma Estratégia de Análise Psicométrica para Instrumentos Baseados em Escala de Likert via Análise de Correspondência. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.
- Conway, K. P. (1999). A longitudinal investigation of the relation between co-offending with violent accomplices and subsequent violent crime. Dissertation Abstracts International, 59(10B), 5604.
- Cooke, D. J., & Marshall, L. A. (1999). The childhood experiences of psychopaths: A retrospective study of familial and societal factors. Journal of Personality Disorders, 13(3), 211-225.
- Costa, A. M. (1980). Criminologia II (18ª ed.). Rio de Janeiro: Rio.

- Crichton, J. (1999). Mental disorder and crime: Coincidence, correlation and cause. Journal of Forensic Psychiatry, 10(3), 659-677.
- Deitos, F. T., Santos, R. P., Pasqualotto, A. C., Segat, F. M., Guillande, S. & Benvegnú, L. A. (1998). Prevalência do consumo de tabaco, álcool e drogas ilícitas em estudantes de uma cidade de médio porte no sul do Brasil. Inf Psiquiatr;17, 11-15.
- Deu, N. (1998). Executive function and criminal fantasy in the premeditation of criminal behaviour. Criminal Behaviour and Mental Health, 8 (Suppl), 41-50.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (1999). Ministério da Justiça. Lei nº 8.069 (13 de julho de 1990).
- Ferreira, R. M. F. (1979). Meninos de Rua. São Paulo: Comissão de Justiça e Paz.
- Ferreira, P. M. & Martini, R. K. (2001). Cocaína: lendas, história e abuso. Rev Bras Psiquiatr 23(2), 36-45.
- Foucault, M. (1987). Vigiar e punir: História da violência nas prisões. [Surveiller et punir] Trad. Lígia M. Pondé Vassalo. (7ª ed.), Petrópolis: Vozes.
- Gaillard, B. & Sauret, M. (1999). Lecture psychanalytique d'un cas de passage a l'acte criminel. Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique, 52(3), 296 - 314.
- Galduróz, J. C. F., Noto, A. R. & Carlini, E. (1997). IV levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em 10 capitais brasileiras - 1997. São Paulo: Departamento de Psicobiologia e Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas da Unifesp.
- Galduróz, J. C. F., Noto, A. R. & Carlini, E. (1998). IV levantamento sobre o consumo de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua - 1997. São Paulo: Departamento de Psicobiologia e Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas

Psicotrópicas da Unifesp.

Galduróz, J. C. F., Noto, A. R., Carlini, E. & Nappo, S. A. (1999). I levantamento domiciliar nacional sobre uso de drogas psicotrópicas. São Paulo: Departamento de Psicobiologia e Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas da Unifesp.

Gifi, A. (1990) Nonlinear Multivariate Analysis. New York: John Wiley & Sons.

Gleason, W. J. (1997) Psychological and social dysfunctions in battering men: A review. Aggression and Violent Behavior, 2(1), 43-52.

Hare, R.D. (1998). The PCL-R assessment of psychopathy: Some issues and concerns. Legal and Criminological Psychology, 3, 101-122.

Hare, R. D., Hart, S. D., & Harpur, T. J. (1991). Psychopathy and the DSM-IV criteria for antisocial personality disorder. Journal of Abnormal Psychology, 100(3), 391-398.

Hird S, Khuri E, Dusenbury L, Millman RB. Adolescents.(1997) In: Lowinson JH, Ruiz P, Millman RB, Langrod JG. Substance abuse. A comprehensive textbook. 3ª ed. Baltimore: Williams & Willkins.

Hoge, R. D., & Simourd, D. J. (2000). Criminal psychopathy: A risk and need perspective. Criminal Justice and Behavior, 27(2), 256-272.

Hosmer, D. W. Jr & Lemeshow, S. (1989). Applied Logistic Regression. New York: John Wiley & Sons.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento.

Irwin H. J. & Kocsis, R. N. (1998). The psychological profile of serial offenders and a redefinition of the misnomer of serial crime. Psychiatry, Psychology and Law, 5(2), 197-213.

- Kruh, I. P. (1999). Violence-prone personality traits and specific violent tendencies: A study of juveniles tried as adults. Dissertation Abstracts International, 59(9B), 5092.
- Leite, M. C.; Andrade, A. G. *et al.* (1999). Cocaína e crack: dos fundamentos ao tratamento. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.
- Lohman, C. I. (1998). Crime, mental disorders, and public perception. Dissertation Abstracts International, 58(11-B), 6239.
- May, H. (1999). Who killed whom? Victimization and culpability in the social construction of murder. British Journal of Sociology, 50(3), 489-506.
- McElroy, S. L.; Soutullo, C. A.; Taylor, P. J.; Nelson, E. B.; Beckman, A. A.; *et al.* (1999). Psychiatric features of 36 men convicted of sexual offenses. Journal of Clinical Psychiatry, 60(6), 414-420.
- Minayo, M. C. S. & Deslandes, S. F. (1998). A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. Cad Saúde Pública, 14(1), 21 – 38.
- Mirabete, J. F. (2000). Manual de direito penal. 14^a ed. São Paulo:Atlas.
- Morana, H. C. P. (1999). Subtypes of antisocial personality disorder and the implication in forensic research: Issues in the personality disorders assessment. International Medical Journal, 6(3), 187-199.
- Morgado AF, Iguchi T, Bueno JR. (1983) Epidemiologia da dependência de drogas em grupos populacionais do Brasil. Jornal Brasileiro Psiquiatria, 32(5), 281-292.
- Muza, G. M., Bettiol, H., Muccillo, G. & Barbieri, M. A. (1997). Consumo de substâncias psicoativas por adolescentes escolares de Ribeirão Preto, SP. Rev Saúde Pública, 31, 163 - 170.
- Oddone-Paolucci, E. A. (1999) Latent variable path analysis of the development of pedophilia and its associated pathologies. Dissertation Abstracts International,

59(9-B), 5140.

Palmer, R. A. (2000). Motivating and mitigating factors in the commission of homicide. Humanities and Social Sciences, 60(7-A), 206 - 343.

Roxin, C. (2000). Política criminal e sistema jurídico-penal. Trad. Luís Greco. Rio de Janeiro: Renovar.

Sá, A. A. (2001). Delinquência infanto-juvenil como uma das formas de solução da privação emocional. Psicologia – Teoria e Prática, 3(1), 13 - 21.

Santos, D. R. & Etunger, F. (2001). O uso de drogas em escolas públicas participantes do projeto circuito ciências. Universidade de São Paulo: Educação em Ciências.

Santos, M. F. F. (1989). Roteiro de Inclusão de Prisioneiros. (Manuscrito não publicado). Campinas, São Paulo.

Santos, M. F. F. & Carvalho, S. F.. (1999). Perfil do prisioneiro de uma Instituição Penal de Campinas no ano de 1997 (Resumo). IV Encontro Científico Interno do Instituto de Psicologia e Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, p. 86.

Santos, M. F. F. & Amaral, M. (1999). Perfil do prisioneiro de uma Instituição Penal de Campinas no ano de 1998 (Resumo). IV Encontro Científico Interno do Instituto de Psicologia e Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, p. 87.

Santos, M. F. F. (2000). Perfil do prisioneiro de uma Instituição Penal de Campinas no ano de 1999 (Resumo). V Encontro Científico Interno do Instituto de Psicologia e Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Silva, T. T. (Org.) (2000). O Panóptico/Jeremy Bentham. Jacques-Alain Miller;

- Michelle Perrot; Simon Werret. (G. L., Louro; M. D., Magno; T.T., Silva, Trads).
Belo Horizonte: Autêntica.
- Souza, D. P. O. & Martins, D. T. O. (1998). Perfil epidemiológico de usuários de droga numa escola pública de primeiro e segundo graus em Cuiabá, Brasil, 1995. Cad Saúde Pública; 14, 391 - 400.
- Tavares, F. B.; Béria, J. B. & Lima, M. S. (2001). Prevalência do uso de drogas e desempenho escolar entre adolescentes. Rev Saúde Pública; 35(2), 87 - 94.
- Valle Silva, N. (1985). Atualização da Escala Sócioeconômica de Ocupações para 1980. Rio de Janeiro: Laboratório Nacional de Computação Científica.
- Welsh, G. S. (1965). MMPI Profiles and Factor Scales A and R. Journal of Clinical Psychology, 21, 10 - 34.
- Webb, E.; Ashton, C. H.; Kelly, P. & Kamali, F. (1996). Alcohol and drug use in UK university students. Lancet, 348, 922-925.
- Welsh, R. K. (1999). Psychopathy and psychological risk markers of violent recidivism. Dissertation Abstracts International, 60(6-B), 2968.
- Young, U. H. (2000). The experience of empathy in the antisocial personality. Dissertation Abstracts International, 60(7-B), 3584.
- Yunes, J. & Rajs, D. (1994). Mortalidade por causas violentas. Cadernos de Saúde Pública, 10 (supl. 1), 88 -125.
- Zachary, R A. (1996). Shipley Institute of Living Scale (Rev. ed.). Los Angeles: Weston Psychological Services.

ANEXO I

ENTREVISTA DE INCLUSÃO

I - Dados Pessoais

Nome:.....

Apelido..... Matrícula..... Cor.....

Data Nascimento:// Idade.....

Religião..... Naturalidade.....

Endereço:.....

Há quanto tempo residia neste local.....

Mudou-se muitas vezes de cidade

Para onde..... Com quem

Sua vida ficou melhor ou pior

Em que aspecto

II - Escolaridade

Última série que frequentou

Completo ou não

Matéria que teve dificuldade

Série que reprovou

Porque

Motivo pelo qual parou de estudar

Estudou em outras Unidades Prisionais

Como era seu relacionamento com colegas e professores

III - Trabalho

Idade que começou trabalhar

Que tipo de atividade já exerceu

Em qual permaneceu por mais tempo

Gostava do que fazia

Último trabalho registrado

Estava trabalhando quando cometeu o delito

Em que.....

Se não, por que

.....

IV - Dados Familiares

Nome do pai.....

Profissão

Vivo Idade.....

Falecido há quanto tempo.....

Faleceu de queQuantos anos você tinha.....

Como se relaciona(va) com seu pai

Nome da mãe

Profissão

Viva Idade

Falecidahá quanto tempo

Faleceu de queQuantos anos você tinha.....

Como se relaciona(va) com sua mãe

Número de irmãos sua ordem de nascimento.....

VII - Saúde

Tem problemas de saúde atualmente

Qual

Há quanto tempo..... Está sendo medicado.....

Doenças que já teve

.....

Acidentes:

Onde se machucou

Já doou sangue

Já foi operado do que

Recebeu sangue Por que

Quantas vezes..... há quanto tempo

Já fez teste de HIV

Quando qual foi o resultado

Quais as doenças que teve na infância

Teve internações quando criança

Existem problemas graves de saúde na família

Quem e o que:

Existem problemas psiquiátricos na família.....

Quem e o que:

VIII- Dinâmica Afetivo-Emocional

Qual a pessoa mais importante para você no passado:.....

e atualmente.....

Qual a melhor lembrança que tem da sua infância:

e da sua adolescência.....

Qual a pior lembrança que tem da sua infância:.....

e da sua adolescência.....

Qual era seu passatempo predileto:

Você tem amigos.....

onde costumava se reunir com os amigos.....

O que costuma deixar-lhe nervoso

como reage.....

Qual você acha que seja seu maior defeito

O que você acha que faz, muito bem

IX- Drogas

Já usou drogas

Quais

Idade que começou.....Por que começou.....

Teve problemas com isso

Quais.....

Sofreu abstinência

Usava sozinho ou acompanhado

Usava diariamente ou de finais de semana

Quanto usava

Costumava beber quando não tinha a droga

Já passou droga para outros

Perdeu dinheiro ou acumulou bens com a droga.....

Uso de tóxicos por: () Pai () Mãe

X - Bebida

Fazia uso de bebida alcoólica.....De que tipo.....

..... Com

que freqüência.....

Em que ocasiões

Quantidade que ingeria na semana:

Destilados (cachaça, whisky...)

Fermentados (cerveja, vinho...)

Menos de ½ litro ()

1 garrafa ()

½ litro ()

2 a 5 garrafas ()

Mais de ½ litro ()

6 ou mais garrafas ()

Alguma vez sentiu que deveria diminuir a quantidade de bebida ou parar de beber

.....Quando.....

Por que

As pessoas o aborreciam porque criticavam o seu modo de beber

..... qual era a sua reação.....

Você se sentia culpado (chateado com você mesmo) pela maneira com que

costumava beber

Você costumava beber pela manhã para diminuir o nervosismo ou a ressaca

.....

Quando bebia, sentia-se irritado

Sentia-se solitário

Uso de bebida alcoólica: () Pai () Mãe

XI - Vida Carcerária

Já estive em instituições de menores

É a primeira vez que veio preso

Quantos anos você tinha quando cometeu o primeiro delito, mesmo que fosse menor de idade.....Qual foi Por que o fez.....

Existem pessoas da família com problemas judiciais Quem Se é o único, como você explica isso

Estava trabalhando quando foi preso

Cometeu delito(s) sob efeito de: () Álcool () Drogas () nada

Você recebe visitaDe quem.....

Com que frequência

Está sentindo falta da visita de alguém

De quem

Por que você acha que ele(a) não vem lhe visitar

Que tipo de apoio recebe da família

Possui advogado particular

Quais os tipos de dificuldades que encontra na cadeia

Como você se relaciona com os seus companheiros de prisão

Como você se relaciona com os funcionários

Já recebeu algum benefício

Já cometeu evasão ou tentativa de evasão

Por que Quais os motivos que o levaram à fuga

Queria prosseguir a execução da pena Ou sofreu pressões

..... Quais

Quais os artigos em que foi enquadrado

E atualmente

Se sente informado de sua situação processual.....

Data do início do cumprimento da pena:/...../.....

Final da pena:/...../.....

Tempo da pena

XII - Auto Crítica

O que você pensa do seu passado

O que você pensa do seu presente

O que você pensa do seu futuro

O que você pensa da vida

Já sentiu que viver não valia a pena Por quê

.....

Mudou de idéia Por quê

O que você acha dos delitos que cometeu

.....

Acha justa a pena que lhe foi concedida pelo(s) delito(s) que cometeu.....

Por quê.....

Se tivesse o direito de escolher a punição pelo(s) delito(s) que cometeu, qual pena

escolheria

O que você gostaria que mudasse em sua vida

.....

XIII - Situação Processual

01- Inq..... Proc Art..... Pena

02- Inq..... Proc Art..... Pena

03- Inq..... Proc Art..... Pena

04- Inq..... Proc Art..... Pena

05- Inq..... Proc Art..... Pena

06- Inq..... Proc Art..... Pena

07- Inq..... Proc Art..... Pena

08- Inq..... Proc Art..... Pena

09- Inq..... Proc Art..... Pena

10- Inq..... Proc Art..... Pena

Observações: _____

Cidade,/...../.....

Aplicador: Nome e função

ANEXO II

ROTEIRO DE INCLUSÃO

Identificação

Nome: _____ Matrícula: _____

Cor: _____ Apelido: _____ Data de Nascimento: __/__/__

Idade: _____ Estado Civil: _____ Naturalidade: _____

Última residência (local e tipo): _____

Número de cômodos: _____ Pessoas com quem vivia (nº): _____

Escolaridade

Última série que frequentou: _____ completa: _____ Matéria(s) que teve

dificuldades _____ série(s) que reprovou:

_____ por que _____ motivo pelo qual

parou de estudar: _____ e preso, estudou

_____ por que _____

Trabalho

Idade que começou a trabalhar: _____ no quê: _____

Quais trabalhos já teve: _____

Em qual ficou mais tempo: _____ quanto tempo _____

Último trabalho: _____ registrado: _____

está trabalhando: _____ no que: _____ se não, por

que: _____

Dados familiares

Idade do pai: _____ vivo: _____ se morto, quantos anos você tinha quando ele

morreu: ____ Profissão dele: _____ usava drogas ou bebida

alcoólica: _____ Idade da mãe: ____ viva: _____ se morta, quantos anos você tinha quando ela morreu: ____ Profissão dela: _____ usava drogas ou bebida alcoólica: _____ Número de irmãos: ____ sua ordem de nascimento: _____ seu relacionamento com o pai: _____ com a mãe: _____

Relacionamento entre eles: _____ viviam juntos: _____

Se não foi criado pelos pais, quem o criou: _____

Esteve em instituições: _____ quais: _____

tempo: ____ Já viveu na rua: _____ como era punido pelos pais quando criança: _____

Se tiver uma companheira, responda: idade: _____ ocupação: _____

Escolaridade: _____ tempo que estão juntos: _____ nº de filhos: _____

Idade dos filhos: _____ quantos estudam: _____

ela recebe ajuda financeira de parentes: _____ de quem: _____

Tem filhos de outra união: ____

quantos: _____ tem notícias ou contato com eles: ____ onde e com quem

vivem: _____

Dados pessoais

Pessoa mais importante para você no passado: _____ Atualmente: _____

Melhor lembrança que você tem: _____

Pior lembrança que você tem: _____

Passatempo predileto: _____ e aqui: _____

Você tinha amigos: ____ e aqui: _____ recebe visitas: _____ de quem: _____

freqüência da visita: _____

Quais destes itens se aplicam a você (risque embaixo)

Carinhoso, inteligente, vingativo, amado, simpático, feio, sozinho, educado, errado, calmo, pensamentos ruins, ativo, extrovertido, sincero, sem valor, bem humorado, cheio de ódio, esperto, nervoso, covarde, inseguro, influencia os outros, agressivo, honesto, trabalhador, dor de cabeça, batadeira, problemas intestinais, pesadelo, tontura, problema estomacal, desmaio, falta de apetite, insônia, alcoolismo, tremores, depressão, não faz amigos, não conseguia emprego, suor excessivo,

idéias suicidas, bonito, problemas sexuais, muito ambicioso, solidão, alergia, não toma decisões, uso de drogas, uso de fumo, gagueira, tomou ou toma remédios, falta de ar, perseguido, sonambulismo, tomado, ingrato, traidor, correto

Como seria descrito pelo seu melhor amigo: _____

E por seu inimigo: _____

Saúde

Tem problemas de saúde atualmente: _____ qual: _____

Há quanto tempo: _____ está sendo medicado: _____ doenças

que já teve: _____ acidentes: _____ aonde

machucou: _____ já doou sangue:

_____ já foi operado: _____ Do que: _____ recebeu

sangue: _____ por que: _____ Esteve internado em hospital psiquiátrico:

_____ por que: _____ quantas vezes: _____ quanto

tempo: _____ já usou drogas: _____ Quais:

_____ idade que começou:

_____ teve problemas por isso: _____ quais: _____

Você bebia para parar de tremer: _____ o álcool o acalma: _____ você era

alcoólatra: _____ já fez teste de HIV: _____ qual o resultado:

Quantidade de bebida alcoólica que ingeria na semana: Destilados (cachaça,

whisky...) Menos de ½ litro () ½ litro () Mais de ½ litro ()

Fermentados (cerveja, vinho...) 1 garrafa () 2 a 5 garrafas ()

6 ou mais garrafas ()

Vida carcerária

É a primeira vez que veio preso: _____ em quais esteve antes: _____

Quais os tipos de dificuldades que encontra na prisão: _____

Artigos que já foi enquadrado: _____

Idade do primeiro delito, mesmo que menor: _____ qual: _____ por

que o fez: _____

Atualmente está condenado ou enquadrado em qual(is) artigo(s): _____

Data do início do cumprimento de pena: ___/___/_____ final da pena:

_____ Tempo da pena: _____ tempo que já cumpriu:

_____ data que chegou a esta prisão: ___/___/_____

cometeu algum delito sob o efeito de drogas: _____ quais:

_____ e de bebida alcoólica: _____ Em que

mudaria sua vida se pudesse: _____

Nº do Inquérito	Nº do Processo	Artigo	Pena

Cidade, ___/___/_____

Aplicador - função

ANEXO III
ROTEIRO DE INCLUSÃO

I – Identidade

Nome:.....

Apelido..... Matrícula..... Cor.....

Data Nascimento:// Idade.....

Religião..... Naturalidade.....

Endereço:.....

Há quanto tempo residia neste local.....

Mudou-se muitas vezes de cidade

Para onde..... Com quem

Sua vida ficou melhor ou pior

Em que aspecto

Escolaridade

Última série que frequentou

Completo ou não

Matéria que teve dificuldade

Série que reprovou

Porque

Motivo pelo qual parou de estudar

Estudou em outras Unidades Prisionais

Como era seu relacionamento com colegas e professores

.....

.....

II. Atividade Ocupacional

Idade que começou trabalhar

Que tipo de atividade já exerceu

Em qual permaneceu por mais tempo

Gostava do que fazia

Último trabalho registrado

Estava trabalhando quando cometeu o delito

Em que.....

Se não, por que

.....

III - Família

Nome do pai.....

Profissão

Vivo Idade.....

Falecido há quanto tempo.....

Faleceu de queQuantos anos você tinha.....

Como se relaciona(va) com seu pai

Nome da mãe

Profissão

Viva Idade

Falecidahá quanto tempo

Faleceu de queQuantos anos você tinha.....

Como se relaciona(va) com sua mãe

Número de irmãos sua ordem de nascimento.....

Pais vivem juntos: Sim () Não ()

Há quanto tempo

Constituíram nova família Sim () Não ()

Por quem você foi criado

Vida Matrimonial

Estado Civil:

Tem companheira: Sim () Não () Casados legalmente

Idade..... Profissão

Escolaridade.....

Há quanto tempo estão juntos

Número de filhos Idade.....

Quantos estudam

Teve filhos de outra união

Quantos..... tem contato

Com quem vivem

IV – Condição financeira vivida

Última residência:

Tipo de construção própria () alugada () cedida ()

Nº de cômodos Nº de pessoas que viviam com você

Passou por dificuldades financeiras na: infância - () sim () não

adolescência -() sim não () e vida adulta - sim () não ()

Você considera que a sua situação sócio econômica melhorou () ou piorou () Por

que

.....

V - Saúde

Tem problemas de saúde atualmente

Qual

Há quanto tempo..... Está sendo medicado.....

Doenças que já teve

.....

Acidentes:

Onde se machucou

Já doou sangue

Já foi operado do que

Recebeu sangue Por que

Quantas vezes..... há quanto tempo

Já fez teste de HIV

Quando qual foi o resultado

Quais as doenças que teve na infância

Teve internações quando criança

Existem problemas graves de saúde na família

Quem e o que:

Existem problemas psiquiátricos na família.....

Quem e o que:

VI- Aspectos afetivo-relacionais

Qual a pessoa mais importante para você no passado:.....

e atualmente.....

Qual a melhor lembrança que tem da sua infância:

e da sua adolescência.....

Qual a pior lembrança que tem da sua infância:.....

e da sua adolescência.....

Qual era seu passatempo predileto:

Você tem amigos.....

onde costumava se reunir com os amigos.....

O que costuma deixar-lhe nervoso

como reage.....

Qual você acha que seja seu maior defeito

O que você acha que faz, muito bem

VII - Uso de substâncias psicoativas

Já usou drogas

Quais

Idade que começou.....Por que começou.....

Teve problemas com isso

Quais.....

Sofreu abstinência

Usava sozinho ou acompanhado

Usava diariamente ou de finais de semana

Quanto usava

Costumava beber quando não tinha a droga

Já passou droga para outros

Perdeu dinheiro ou acumulou bens com a droga.....

Uso de tóxicos por: () Pai () Mãe

Bebida

Fazia uso de bebida alcoólica.....De que tipo.....

..... Com

que freqüência.....

Em que ocasiões

Quantidade que ingeria na semana:

Destilados (cachaça, whisky...)

Fermentados (cerveja, vinho...)

Menos de ½ litro ()

1 garrafa ()

½ litro ()

2 a 5 garrafas ()

Mais de ½ litro ()

6 ou mais garrafas ()

Alguma vez sentiu que deveria diminuir a quantidade de bebida ou parar de beber

.....Quando.....

Por que

As pessoas o aborreciam porque criticavam o seu modo de beber

..... qual era a sua reação.....

Você se sentia culpado (chateado com você mesmo) pela maneira com que

costumava beber

Você costumava beber pela manhã para diminuir o nervosismo ou a ressaca

.....

Quando bebia, sentia-se irritado

Sentia-se solitário

Uso de bebida alcoólica: () Pai () Mãe

VIII - Envolvimento com o crime

Já estive em instituições de menores

É a primeira vez que veio preso

Quantos anos você tinha quando cometeu o primeiro delito, mesmo que fosse menor de idade.....Qual foi Por que o fez.....

Existem pessoas em sua família com problemas judiciais..... Em caso afirmativo, quem E como você explica o seu envolvimento com o crime

.....

Estava trabalhando quando foi preso

Cometeu delito(s) sob efeito de: () Álcool () Drogas () nada

Você recebe visitaDe quem.....

.....

Com que frequência

Está sentindo falta da visita de alguém

De quem

Por que você acha que ele(a) não vem lhe visitar

Que tipo de apoio recebe da família

Possui advogado particular

Quais os tipos de dificuldades que encontra na cadeia

Como você se relaciona com os seus companheiros de prisão

Como você se relaciona com os funcionários

Já recebeu algum benefício

Já cometeu evasão ou tentativa de evasão

Por que Quais os motivos que o levaram à fuga

Queria prosseguir a execução da pena Ou sofreu pressões

..... Quais

Quais os artigos em que foi enquadrado

E atualmente

Se sente informado de sua situação processual.....

Data do início do cumprimento da pena:/...../.....

Final da pena:/...../.....

Tempo da pena

IX - Autocrítica

O que você pensa do seu passado

O que você pensa do seu presente

O que você pensa do seu futuro

O que você pensa da vida

Já sentiu que viver não valia a pena Por quê

.....

Mudou de idéia Por quê

O que você acha dos delitos que cometeu

.....

Acha justa a pena que lhe foi concedida pelo(s) delito(s) que cometeu.....

Por quê.....

Se tivesse o direito de escolher a punição pelo(s) delito(s) que cometeu, qual pena
escolheria

O que você gostaria que mudasse em sua vida

.....

X - Situação processual

- 01- Inq..... Proc Art..... Pena
- 02- Inq..... Proc Art..... Pena
- 03- Inq..... Proc Art..... Pena
- 04- Inq..... Proc Art..... Pena
- 05- Inq..... Proc Art..... Pena
- 06- Inq..... Proc Art..... Pena
- 07- Inq..... Proc Art..... Pena
- 08- Inq..... Proc Art..... Pena
- 09- Inq..... Proc Art..... Pena
- 10- Inq..... Proc Art..... Pena

Observações: _____

Cidade,/...../.....

Aplicador: Nome e função